

Mudança Sintáctica

Clíticos, negação e um pouquinho de *Scrambling*

Ana Maria Martins

Universidade de Lisboa

Resumo

Apresenta-se neste artigo a colocação dos clíticos em frases finitas na história do português europeu. Por terem implicações com a posição dos clíticos, são abordados, numa perspectiva diacrónica, aspectos da sintaxe da negação e das construções com *scrambling*, ou seja, com movimento dos complementos do verbo para a posição pré-verbal. O artigo tem orientação minimalista, segundo Chomsky 93 e, nesta ordem, analisam-se: a colocação dos clíticos no português europeu atual em comparação com as demais línguas românicas; a situação no português dos séculos XIII ao XVII, em confronto com o português europeu atual; as mudanças ocorridas; a estruturação com a interpolação do *não* entre o clítico e o verbo e sua posterior perda; por fim, algumas outras questões e um refinamento da análise antes apresentada, com base em propostas de Chomsky 94.

1 Introdução

O tema central do trabalho que aqui se apresenta é a colocação dos clíticos, em frases finitas, na história do português. Só na medida em que têm implicações no que diz respeito à posição dos clíticos, serão também abordados, numa perspectiva diacrónica, aspectos da sintaxe da negação e, muito levemente, das construções com *scrambling* (isto é, com movimento dos complementos do verbo para posição pré-verbal). O artigo, que traduz uma análise de inspiração minimalista (na esteira de Chomsky 1993), está dividido em cinco secções. A secção 1 trata sumariamente da colocação dos clíticos no português actual, na sua variante europeia, em confronto com as demais línguas românicas. Na secção 2, a situação do português dos séculos XIII a XVII é contrastada com a do português europeu actual. Na secção 3, apresenta-se uma explicação para as mudanças ocorridas. A secção 4 trata de um tipo de estrutura que sobrevive a essas mudanças permitindo a interpolação de *não* entre o clítico e o verbo e dá conta da posterior perda de tal estrutura; como se verá, está em causa, neste caso, uma evolução relativa à sintaxe da negação e não à sintaxe dos clíticos. Finalmente, na secção 5, identificam-se algumas questões que ficaram por tratar nas secções anteriores e propõe-se um refinamento da análise previamente apresentada (fazendo apelo à hipótese de que certas categorias funcionais possam ter especificadores múltiplos — de acordo com Chomsky 1994 — e de que o fenómeno de *scrambling* no português antigo decorra de tal possibilidade).

Não se considera neste trabalho o caso do português do Brasil onde, presumivelmente, a mudança no que diz respeito à colocação dos clíticos segue, desde sempre, um percurso autónomo (cfr. Pagotto 1992, 1993 e Lobo 1992).

2. A colocação dos clíticos no português contemporâneo, em confronto com as demais línguas românicas.

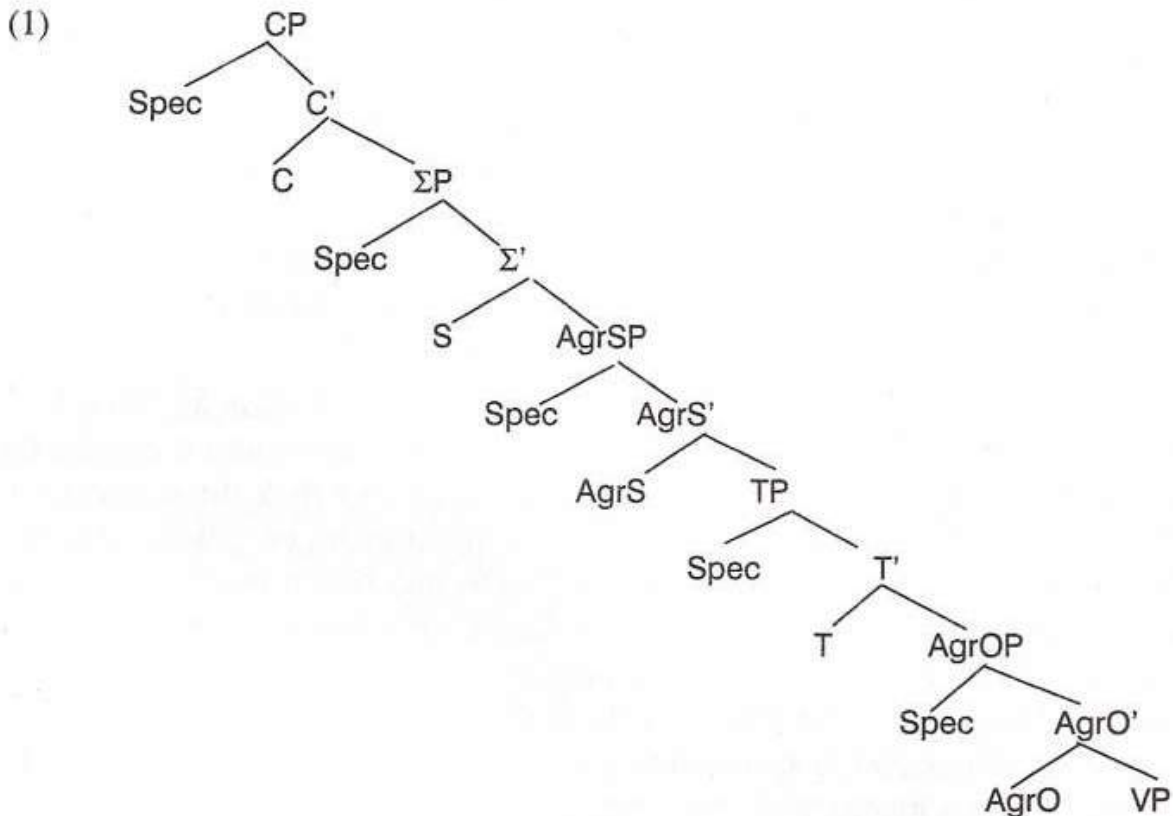
Como mostrei em trabalhos anteriores (v. Martins 1994a, 1994b), a colocação dos clíticos nas línguas românicas correlaciona-se com outros fenómenos que nelas se manifestam, nomeadamente o padrão de resposta afirmativa mínima (não-marcada) a interrogativas totais e a existência ou não da construção de VP nulo. Assim, as línguas em que existe ênclise em domínios temporalizados são também aquelas em que a construção de VP nulo é permitida e em que a resposta mínima afirmativa a uma interrogativa total consiste (apenas) no verbo ("Viste o João? **Vi.**"); por outro lado, as línguas em que a próclise ocorre sempre em domínios temporalizados são aquelas em que a construção de VP nulo não é admitida e em que a resposta mínima afirmativa a uma interrogativa total consiste numa palavra afirmativa ("Viste a Juan? **Sí.**"). O quadro I mostra os factos mencionados:

Quadro I:

Ênclise *versus* Próclise, existência *versus* inexistência da construção de VP nulo e padrões de resposta mínima afirmativa a interrogativas totais

Português {	- Deste- lhe o livro	- (Sim,) <u>dei</u> .	√ Ênclise
	- * Lhe deste o livro?		√ VP-nulo * Próclise
Galego {	- Déches lle o livro?	- (Si,) <u>din</u> .	√ Ênclise
	- * Lle déches o livro?		√ VP-nulo * Próclise
Castelhano {	- Le diste el libro?	- <u>Sí</u> (, se lo di).	√ Próclise
	- * Distele el libro?	- *(Sí,) di.	* VP-nulo * Ênclise
Catalão {	- Li has donat el llibre?	- <u>Si</u> (, l' hi he donat).	√ Próclise
	- * Has-li donat el llibre?	- *(Si,) he donat.	* VP-nulo * Ênclise
Francês {	- Lui as-tu donné le livre?	- <u>Oui</u> (, je le lui ai donné).	√ Próclise
	- * As-lui tu donné le livre?	- *(Oui,) j' ai donné.	* VP nulo * Ênclise
Italiano {	- Gli hai dato il libro?	- <u>Sì</u> (, gliel' ho dato).	√ Próclise
	- * Hai gli dato il libro?	- *(Sì,) ho dato.	* VP-nulo * Ênclise

Para explicar estes factos, sustento que a colocação dos clíticos bem como os outros fenómenos mencionados dependem da natureza "forte" ou "fraca" da categoria funcional Sigma (Σ), o *locus* dos operadores de valor de verdade ('afirmação' e 'negação'), de acordo com Laka (1990, 1991). Σ situa-se na estrutura frásica entre C e AgrS:



As línguas românicas separam-se em dois grupos no que diz respeito à natureza de Σ : no português e no galego, Σ contém traços-V fortes; no castelhano, catalão, francês e italiano, S contém traços-V fracos. A ênclise, a construção de VP nulo e o padrão de resposta afirmativa a interrogativas totais consistindo apenas no verbo ocorrem nas línguas em que Σ tem traços-V fortes e estão ausentes das línguas em que Σ tem traços-V fracos.

Assumindo que em frases resposta mínimas a interrogativas totais, a posição nuclear de ΣP tem de ter conteúdo visível, o elemento (único) que aparece neste tipo de frase está, assim, em Σ . Se o verbo se move para S na sintaxe visível, o que acontece apenas nas línguas em que os traços-V de Σ são fortes, uma frase-resposta mínima afirmativa é constituída pelo verbo (contendo um morfema abstracto afirmativo). Se não há movimento do verbo para Σ na sintaxe visível, o que acontece nas línguas em que os traços-V de Σ são fracos e portanto o princípio *Procrastinate* (Chomsky 1993) se aplica, uma palavra afirmativa ocupa a posição nuclear de SP, sendo aí gerada.

A legitimação de VP nulo (como a de outras categorias vazias, *vide*

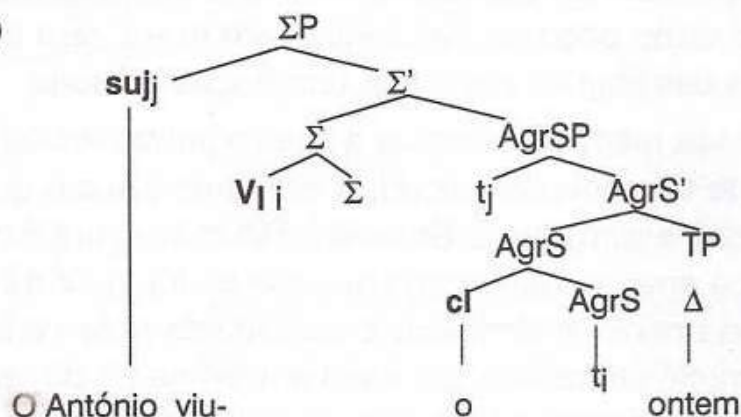
'pro') depende de uma categoria funcional com traços fortes; essa categoria é, no caso de VP nulo, Σ . Concretamente, VP nulo é licenciado numa relação de tipo 'especificador-núcleo' com Σ , Σ contendo traços-V fortes (do mesmo modo que 'pro' é licenciado numa relação 'especificador-núcleo' com AgrS, AgrS forte).

A ênclise é o resultado do movimento do verbo para Σ na sintaxe visível, estando os clíticos incorporados em AgrS, posição em que verificam um traço [+ específico]¹ — assumo, seguindo Kayne (1989), que os clíticos se movem como núcleos (mas veja-se a secção 5). O movimento do verbo na sintaxe visível só tem lugar quando os traços-V de Σ são fortes, já que não o sendo o princípio *Procrastinate* aplica-se. A ênclise ocorre pois em português e galego, línguas em que os traços-V de Σ são fortes, mas não em castelhano, catalão, francês e italiano, línguas em que, sendo os traços-V de Σ fracos, o movimento do verbo para Σ é adiado até LF.

O português do Brasil parece contradizer esta generalização. Na verdade, o português do Brasil admite a construção de VP nulo e tem o padrão de resposta mínima afirmativa característico das línguas em que, de acordo com a hipótese apresentada, Σ tem traços-V fortes; no entanto, os clíticos ocorrem generalizadamente em próclise. A interpretação que dou a este facto é a de que, presumivelmente, no português do Brasil, os clíticos terão sofrido um processo de morfologização que os tornou morfemas de natureza prefixal, ligados ao verbo; por isso deixaram de poder mover-se como núcleos independentes, não podendo igualmente ser deixados para trás pelo movimento do verbo. Dada a inseparabilidade entre o clítico e o verbo, no português do Brasil, o movimento do verbo para Σ na sintaxe visível não acarreta ênclise.

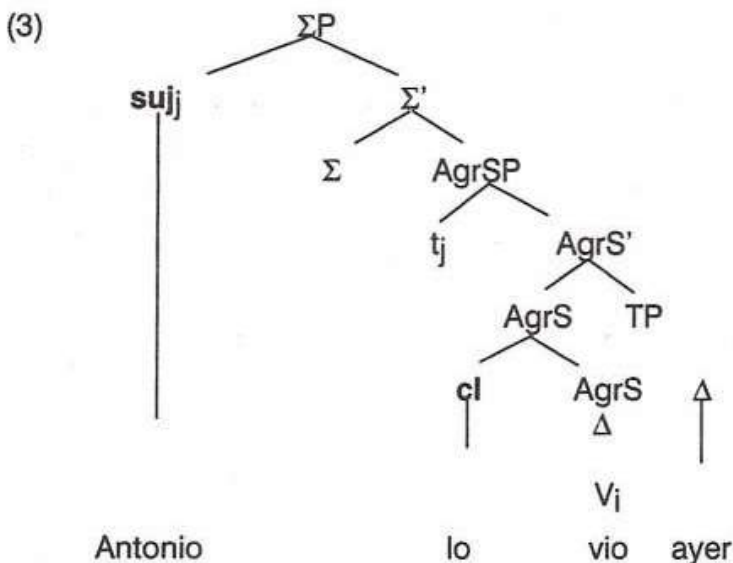
O contraste entre o português europeu e línguas românicas do tipo do castelhano, no que diz respeito à colocação dos clíticos, é mostrado por (2) e (3) abaixo. Quanto a posição do sujeito em (2) e (3), veja-se Martins 1994b.)

2)



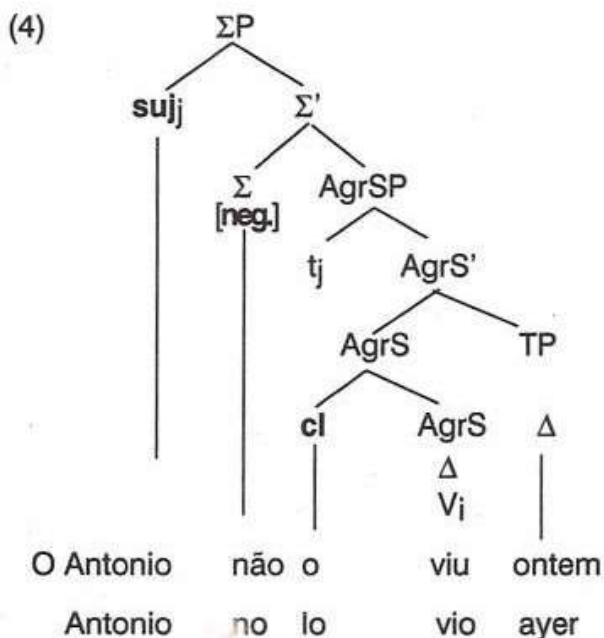
1 No que diz respeito ao traço de 'especificidade' como desencadeador do movimento dos clíticos, ver Sportiche (1992), Uriagereka (1992b, 1995), Delfitto and Corver (1995) e Martins (1994a, 1995).

(Quanto à posição do sujeito em (2) e (3), veja-se Martins 1994b.)



Ao contrário do que se observa em frases afirmativas, em frases negativas a ênclise nunca é derivada, ainda que Σ tenha traços-V fortes (o caso do português), como se pode ver em (4):

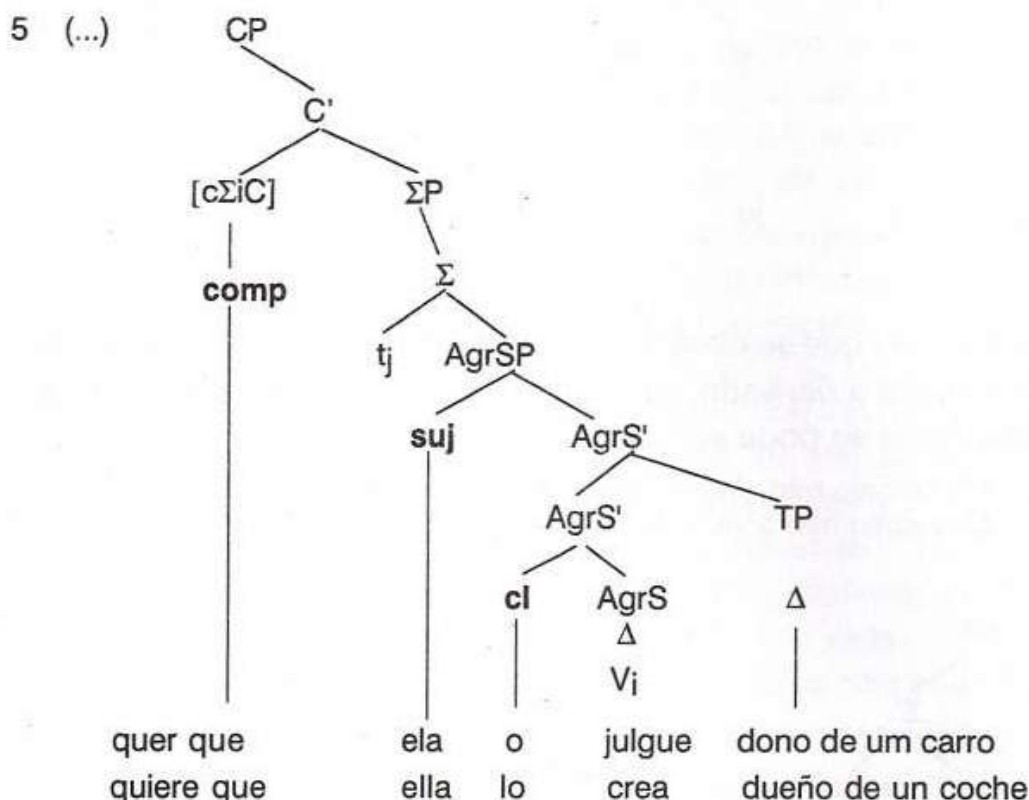
- (4) a. *O António não viu-o ontem
 b. O António não o viu ontem



Para explicar este facto, proponho que se um núcleo funcional tem (em si mesmo) conteúdo lexical (note-se que Neg é realizado por um elemento do tipo "palavra" — nos termos de Chomsky 1994 — gerado na posição nuclear de SP), o movimento do verbo pode ser adiado até LF ainda que

o núcleo funcional relevante contenha traços fortes. Isto porque traços morfológicos suportados por material lexical não são visíveis em PF².

Proponho uma análise na mesma linha para dar conta da generalidade da próclise em domínios encaixados (os clíticos são sempre próclíticos em orações subordinadas em todas as línguas e em todas as épocas). Em orações subordinadas, Σ move-se para C formando o núcleo complexo [_C Σ C] o qual tem conteúdo lexical; o movimento do verbo para [_C Σ C] pode por isso ser adiado até LF, como mostra (5):

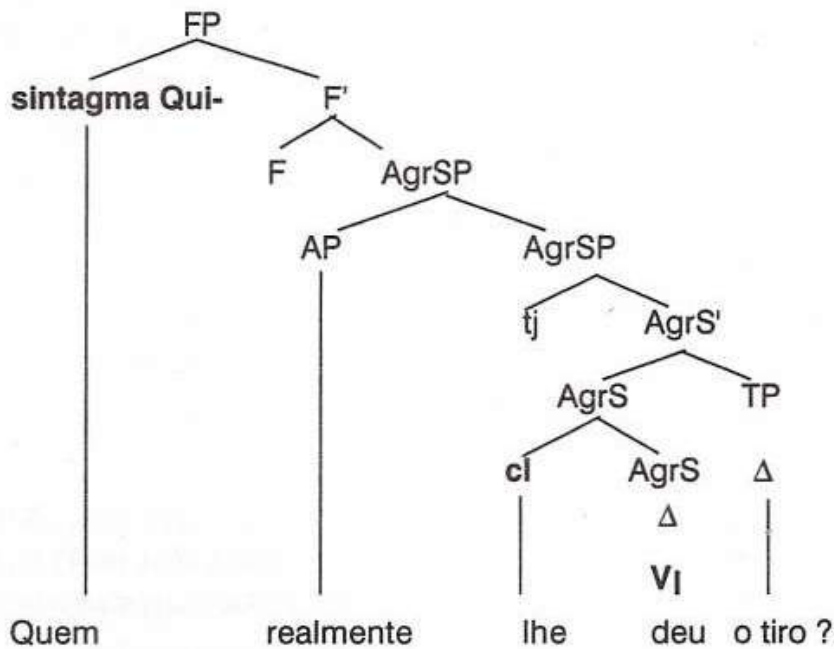


Af(irmação) e Neg(ação) são universalmente valores de Σ , ou seja, são as suas instanciações não marcadas. Algumas línguas, como o português, apresentam ainda a opção de instanciarem Σ como F(oco). Contrariamente a Af e Neg, F é 'não V-relacionado' (i. é, tem como propriedade inerente não conter traços-V). Spec de FP sendo uma posição não L-relacionada (logo uma posição A'), é uma posição para operadores. Sintagmas QU-, sintagmas focalizados, quantificadores e certos advérbios, quando ocorrem na periferia esquerda da frase, ocupam Spec de FP - cfr. Uriagereka (1992a, 1992b). Sempre que FP é projectado, a próclise é derivada, pois não contendo F traços-V o verbo não sobe para além de AgrS (posição em que termina

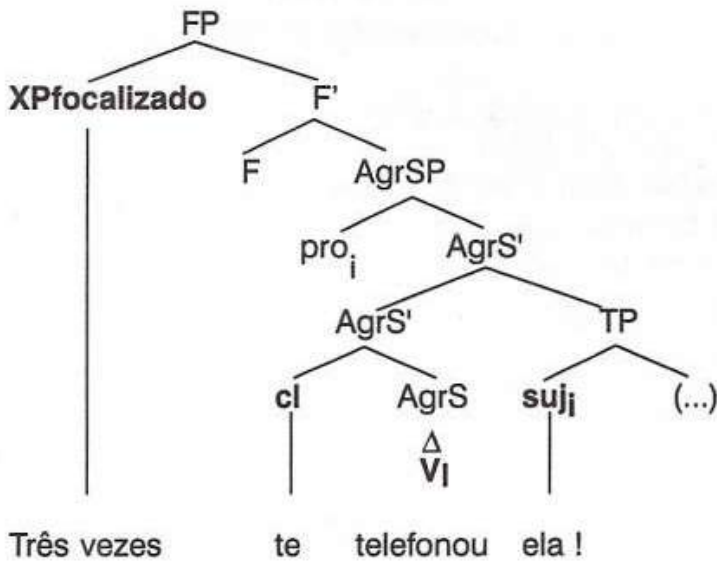
² Este assunto é discutido em Martins (1994a, 1994b).

a verificação da morfologia verbal)³. Estruturas deste tipo estão representadas em (6) e (7):

(6)



(7)



Definido o terreno em que vamos mover-nos, observemos agora o português de outras épocas.

3 F contém inerentemente um traço de ênfase com conteúdo prosódico o qual é realizado no elemento que ocupa Spec de FP. Assim, não havendo movimento para esta posição na sintaxe visível, FP não pode ser projectado (se o for, a derivação abortará em PF). Frases com sintagmas QU- ou sintagmas focalizados *in situ*, bem como com sintagmas quantificacionais pós-verbais, não envolvem pois FP; daí que nelas a ênfase, e não a próclise, seja derivada. Sobre este assunto, veja-se Martins (1994b).

3. A colocação dos clíticos no português dos séculos XIII a XVII.

Nos contextos em que os clíticos precedem necessariamente o verbo no português moderno, o mesmo acontecia no português antigo⁴. Ou seja, a ordem 'clítico-verbo' é regular, no português antigo, em orações subordinadas, em orações não-dependentes negativas e em orações dependentes introduzidas por sintagmas QU-, sintagmas focalizados, quantificadores e certos advérbios. O português moderno e o português antigo diferem, no entanto, no que diz respeito à necessidade ou não de adjacência entre clítico e verbo nestes contextos. De facto, em contraste com o português moderno, o português antigo admitia que os clíticos pré-verbais ocorressem separados do verbo por diversos constituintes (o fenómeno de interpolação). As frases (8) a (18) são disso exemplo:

- (8) Se **me** Deus enton a morte non deu (Ogando 1980:281- séc. XIII)
- (9) que diga que **lij** eu Alguna cousa diuia (Martins 1994b- doc. de 1275)
- (10) e porque se **nos** a nos ho Priol agrauou e se nos queyxou (*idem* - doc. de 1299)
- (11) eu nõ poderey star que nõ faça aquilo que **me** per El Rej em esta rrazõ he mandado (*idem* - doc. de 1411)
- (12) como **o** elles mjlor e mays conpridamẽte poderem seer (*idem* - doc. de 1411)
- (13) e que sempre **a** os Moesteyros de Anssedj e de Arnoya usarõ e possoyrã (*idem* - doc. de 1285)
- (14) E sse pela uẽtujra **uos** alquẽ a dita via enbargar (*idem* - doc. de 1269)
- (15) E com todas as pertenças que aos ditos casaes **lhes** dereitamẽte pertẽçe (*idem* - doc. de 1522)
- (16) E ja **m'** El tanto mal fez que... (Ogando 1980:256)
- (17) Ajmda **nos** este doutor ensina (Lobo 1991:161)
- (18) Ainda **vos** eu mais direi (Ogando 1980:254)

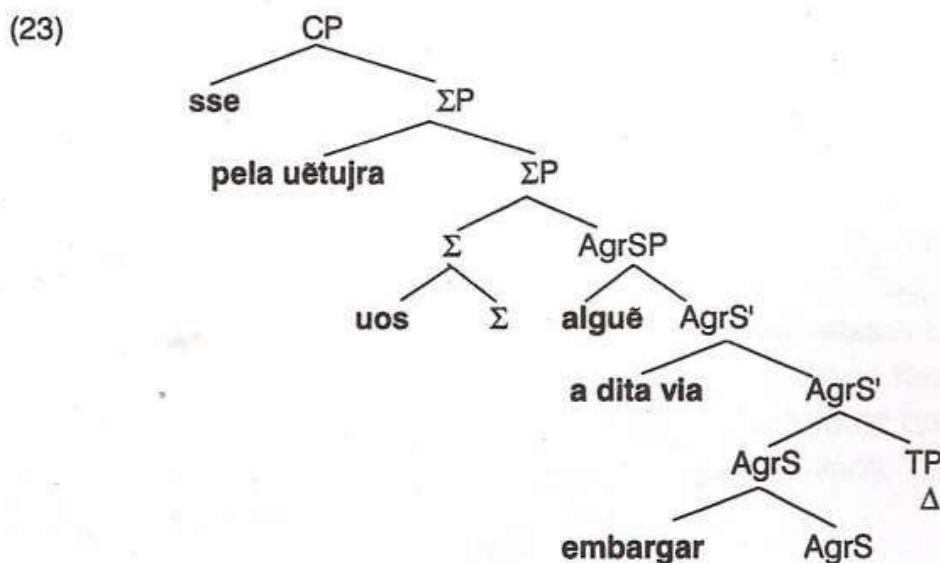
A interpolação é opcional no português antigo, como mostram os exemplos (19) a (22) abaixo. Nas frases (19) e (21) temos exemplos de interpolação; nas frases (20) e (22), que contrastam minimamente com as primeiras, temos exemplos de frases em que material potencialmente interpolável ocorre à esquerda do clítico, estando assim este adjacente ao verbo.

- (19) como **se** nesta carta contem (Martins 1994b - doc. de 1538)
- (20) como nesta carta **se** contem (*idem* - doc. de 1532)
- (21) de quem quer que **lhe** sobre elle algũu embargo ou empedymeto puser (*idem* - doc. de 1544)
- (22) de quem quer que sobre elles algũu embargo ou Inpedimento **lhes** poser (*idem* - doc. de 1544)

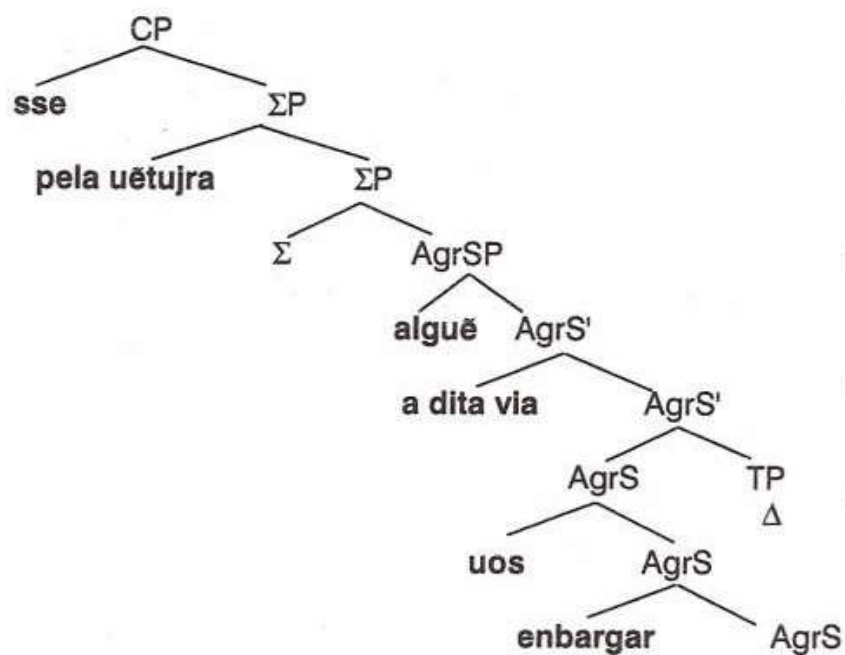
4 O termo "antigo" é aqui tomado no sentido lato de 'n-o-moderno'. Não deve ser entendido como designação de um período particular dentro da História da Língua Portuguesa.

De acordo com a análise apresentada para dar conta da colocação dos clíticos no português actual, em estruturas com próclise o clítico e o verbo estão ambos incorporados em AgrS (reveja as representações (4) a (7)). Nas frases do português antigo dadas acima, no entanto, não pode ser esse o caso, visto que nelas um ou mais constituintes que são projecções máximas intervêm entre o clítico e o verbo. Assumindo que no português antigo, como no português moderno, o verbo sobe até AgrS (sendo os traços-V de AgrS invariavelmente fortes ao longo da história do português), o clítico, em estruturas com interpolação (como as frases (8) a (18)), terá de estar incorporado num núcleo funcional mais alto do que AgrS. À partida, há duas possibilidades, Σ ou C. Mas as Frases (13) a (15) mostram que C não pode ser o lugar de poiso do clítico, já que nelas uma projecção máxima intervem entre o elemento em C e o clítico - o constituinte que intervem entre C e o clítico pode ser um modificador frásico, como em (14), um tópico, como em (15), ou um elemento em Spec de FP, como em (13). Concluo então que em estruturas com interpolação o clítico está incorporado em Σ , sendo os constituintes que ocorrem entre o clítico e o verbo especificadores ou adjuntos no domínio de AgrS.

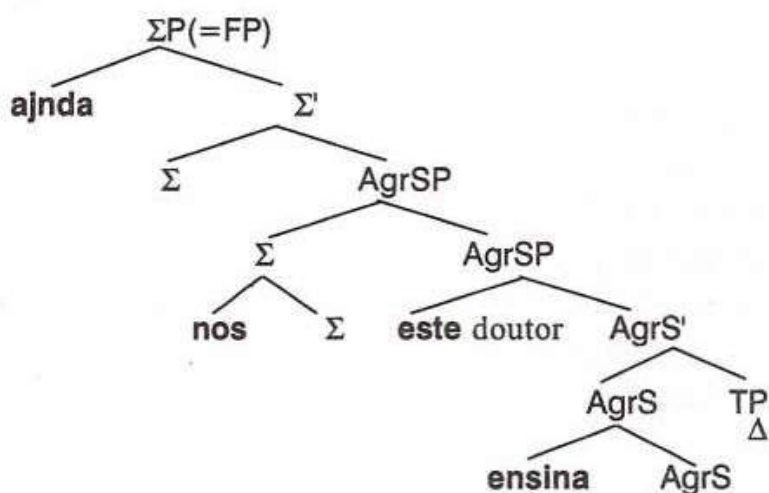
Admitamos pois que há duas posições para os clíticos no português antigo, AgrS e S. No português moderno, pelo contrário, os clíticos incorporam-se necessariamente em AgrS, não tendo acesso a Σ . Por isso, as frases com interpolação, como (8) a (18), são gramaticais no português antigo mas agramaticais no português moderno. A possibilidade de os clíticos ocorrerem não-adjacentes ao verbo depende de poderem ter Σ como alvo de movimento. As representações (23) a (26) ilustram, simplificada, qual a estrutura de frases com e sem interpolação no português antigo:



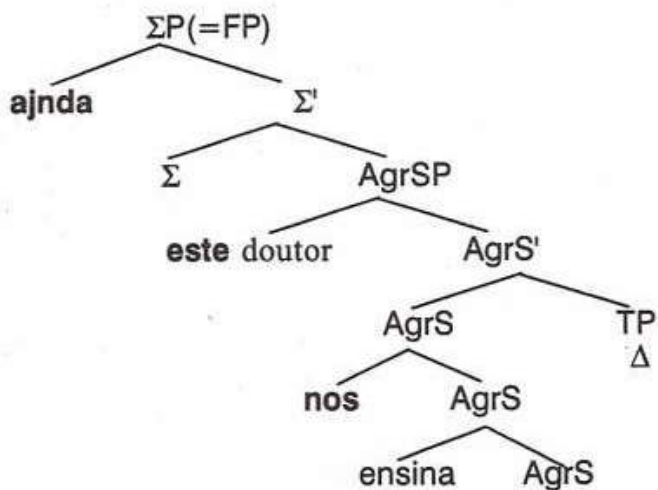
(24)



(25)



(26)

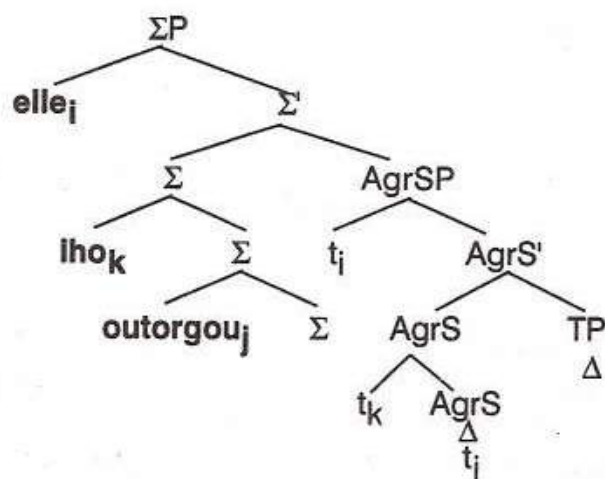


Em orações não-dependentes afirmativas, não introduzidas por sintagmas QU-, sintagmas focalizados, quantificadores ou advérbios “proclisadores”, os clíticos podem preceder ou seguir o verbo no português antigo, enquanto no português moderno são necessariamente enclíticos. As duas ordens alternativas estão atestadas desde os textos mais antigos até ao período pós-clássico, como mostram os exemplos (27) a (32):

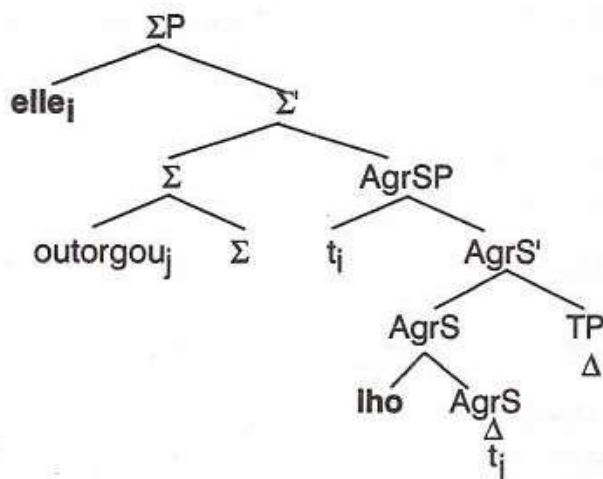
- | | | |
|-----------|---|---|
| Séc. XIII | { | <p>(27) E rey uos me enuiastes dizer (...) e eu envieyuos dizer (...)e uos me enuiastes dizer... (Chancelaria de Afonso III. Livro I:fl.43v - v. Duarte 1986)</p> <p>(28a)E a donzella lhe disse entom que achara um mouro doente (Primeiro Livro de Linhagens - v. Piel e Mattoso 1980:28)</p> <p>(28b)E a donzela foi-se e deo agoa à rainha (Primeiro Livro de Linhagens - v. Piel e Mattoso 1980:23)</p> |
| Séc. XIV | { | <p>(29a)E Rotas lho outorgou (Crónica Geral de Espanha de 1344 - v. Cintra 1954:36)</p> <p>(29b)E elle outorgoulho (Crónica Geral de Espanha de 1344 - v. Cintra 1954:36)</p> |
| Séc. XV | { | <p>(30a)E o asno lhe deu dous couces (Fabulário, 16 - v. Huber 1933:334.1)</p> <p>(30b)E a aguia feze-o assy (Fabulário, 14 - v. Huber</p> |
| Séc. XVI | { | <p>(31a)el rei Mahamed anconij veo visitar dom Francisco, & lhe pedio hos mouros que (...) foram captiuos (Crónica de D. Manuel - v. Góis 1566:II,22)</p> <p>(31b)continuadamente ten guarda de muitos soldados, & muitos porteiros, & falão lhe cõ dificuldade (Crónica de D. Manuel - v. Góis 1566:II,22)</p> |
| Séc. XVII | { | <p>(32a)Poderei me parece, servir a V. M. com duzentas cartas (D.Francisco Manuel de Melo, <i>Cartas</i> - v. Lapa 1937:7)</p> <p>(32b)se quereis vir, parece-me que é tempo (D. Francisco Manuel de Melo, <i>Cartas</i> - v. Lapa 1937:51)</p> |

Admitindo que existem duas posições acessíveis aos clíticos no português antigo, a situação de alternância entre as ordens ‘verbo-clítico’ e ‘clítico-verbo’ em orações não-dependentes afirmativas, exemplificada pelas frases (27) a (32), é previsível. Neste tipo de oração, o verbo sobe para Σ na sintaxe visível para verificação de traços, já que, como foi dito, os traços-V de Σ são fortes. A ordem ‘verbo-clítico’ obtem-se quando o clítico tem como alvo final de movimento AgrS; se o clítico se move adicionalmente para Σ , incorporando-se à sua esquerda, a ordem ‘clítico-verbo’ é derivada. As duas estruturas alternativas são representadas por (33) e (34):

(33)



(34)



A hipótese de que há duas posições para os clíticos no português antigo, AgrS e Σ , mas só uma no português moderno, AgrS, permite-nos assim dar conta uniformemente das duas grandes diferenças entre o português antigo e o português moderno no que diz respeito à colocação dos clíticos: 'potencial interpolação' *versus* 'adjacência obrigatória', em certos contextos; 'alternância entre próclise e ênclise' *versus* 'ênclise obrigatória', em outros contextos.

Esta hipótese permite-nos além disso explicar que a interpolação só seja possível em contextos de próclise obrigatória. Neste tipo de contextos, o verbo está em AgrS e os clíticos em Σ , havendo pois espaço para a interpolação de outros constituintes. Nos contextos que, no português antigo, são de alternância entre próclise e ênclise, um clítico pré-verbal está necessariamente adjacente ao verbo porque clítico e verbo estão ambos incorporados em Σ . Permite-nos ainda perceber qual a estrutura de frases, como (35) abaixo, em que as duas posições relevantes, Σ e AgrS, estão ambas ocupadas por clíticos.

- (35) e esto Aíam pela mha quintáa de ualuerde por tal preyto e
cõdiçom que ssi **lhis** os meus filhos **lhos** derẽ por outro
logar bem parados que **os** per hj o Aíam (Martins 1994b -
doc. de 1328)

A questão a considerar seguidamente é a de saber porque podiam os clíticos mover-se para Σ no português antigo, enquanto no português moderno o acesso a essa posição lhes está vedado. Em termos minimalistas, só há movimento para verificação de traços morfológicos. No português antigo, os clíticos que se moviam para Σ transportariam pois algum traço que precisava ser verificado em Σ . Pensemos nesse traço como um traço de ênfase, dado que, de acordo com Laka (1990, 1991), os processos de ênfase envolvem Σ . As frases com movimento do clítico para Σ exprimiriam pois afirmação ou negação enfáticas, enquanto as frases com o clítico em AgrS (a posição não marcada para os clíticos) exprimiriam negação ou afirmação neutras. Seria essa a natureza do contraste entre as frases (a) e (b) dos pares (28) a (32) acima. Nas frases (a), o clítico em Σ reforçaria o valor assertivo da frase⁵. Assim:

“E o asno deu-lhe dous couces” (afirmação neutra)

“E o asno lhe deu dous couces” (afirmação enfática) - exemplo
(28a) acima

Partindo desta hipótese, vejamos então como poderá explicar-se que, na história do português, os clíticos tenham a certa altura deixado de ser analisados como potenciais marcadores de ênfase, tendo concomitantemente perdido o acesso a Σ .

4. Uma explicação para a mudança

Digamos que o movimento dos clíticos para AgrS é dado pela gramática universal. Os clíticos têm universalmente um traço forte [+ específico] que é verificado em AgrS. O movimento dos clíticos para Σ , pelo contrário, estará sujeito a variação paramétrica; para atribuir ao parâmetro um valor positivo, a criança deverá dispor de evidência de que na língua com que está confrontado os clíticos são potenciais marcadores de ênfase. O que aconteceu na história do português foi que essa evidência se tornou a certa altura tão frágil que levou a uma fixação negativa do valor do parâmetro.

5 A ênfase implica um acréscimo da força ilocutória representativa, isto é, tendo por objectivo “relacionar o locutor com o valor de verdade da proposição expressa pelo enunciado” (Mateus et alii 1989:125). Tendo em conta que nos termos de Laka (1990, 1991), Σ é o locus dos operadores de valor de verdade e que, nos termos de Uriagereka (1993, 1995), F (que tomo como uma das instanciações de Σ - Martins 1994b) codifica sintacticamente o ponto de vista do locutor, compreende-se que Σ seja a categoria verificadora de traços de ênfase

Quando olhamos para textos do período que medeia entre o século XIII e o século XVI (cfr. Martins 1994b), verificamos que uma mudança lenta e gradual teve lugar durante este período no que diz respeito à posição dos clíticos em orações não-dependentes afirmativas - o tipo de orações em que os clíticos podiam preceder ou seguir o verbo. No século XIII, a próclise era possível mas rara; no século XVI, a situação está invertida: as ocorrências de ênclise são muito infrequentes. Esta mudança produz-se passo a passo (ainda que exista talvez um ponto de ruptura entre os séculos XIV e XV). O quadro II mostra-nos os dados relevantes:

Quadro II

Próclise *versus* ênclise em orações não-dependentes entre os séculos XIII e XVI (dados de documentos notariais)

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-49
Próclise	7,10%	24,60%	41,90%	78,90%	92,70%	98,80%
	4/56	15/61	18/43	30/38	38/41	80/81
Ênclise	92,90%	75,40%	58,10%	21,10%	7,30%	1,20%
	52/56	46/61	25/43	8/38	3/41	1/81

Os textos literários atestam a mesma progressão da ênclise para a próclise, ainda que textos da mesma época revelem oscilação entre gramáticas individuais. Assim, textos de autor produzidos entre finais do século XV e início do XVII deixam-nos ver que na gramática de alguns falantes o peso da próclise não era tão esmagador quanto sugerem os dados dos documentos notariais; mas a superioridade de frequência da próclise em relação à ênclise é sempre muito vincada ainda quando menos radical. Assim o mostram os dados do quadro III.

Durante o período em que estava a ocorrer a mudança respeitante à posição preferencial dos clíticos (em orações não-dependentes), a interpolação manteve-se produtiva, ainda que decrescendo ligeiramente⁶. No século XVII, uma mudança radical emerge: a ênclise reaparece fortemente e a interpolação desaparece. Os sermões do Padre António Vieira fornecem-nos os dados que evidenciam esta viragem. Veja-se o quadro III. De acordo com a análise proposta a simultaneidade destas duas mudanças superficiais é esperada, visto que ambas são o resultado da perda pelos clíticos do traço que os fazia aceder a Σ .

A mudança que tem lugar entre os séculos XIII e XVI tem as características de uma mudança não-gramatical. De facto, a opção entre as colocações pré-verbal e pós-verbal dos clíticos nunca se perdeu. Apenas a clara prefe-

⁶ Veja-se, mais adiante, o quadro V.

Quadro III
Próclise versus ênclise em orações não-dependentes;
interpolação em orações subordinadas

	Próclise	Ênclise	Interpolação de:	
			<i>não</i>	outros constituintes
Afonso de Albuquerque (1462?-1515)	73,50% (119)	26,50% (43)	Sim	Sim
Damião de Góis (1502-1574)	97,10% (130)	2,90% (4)	Sim	Sim
Fernão Mendes Pinto (1510?-1538)	98,10% (102)	1,90% (2)	Sim	Sim
Diogo do Couto (1542-1616)	72,50% (74)	27,50% (28)	Sim	Sim
Francisco Manuel de Melo (1608-1666)	92,30% (36)	7,70% (3)	Sim	Sim
António Vieira (1608-1697)	31,60% (117)*	68,40% (248)	Sim	
Luís António Verney (1713-1792)	27,30% (18)	72,70% (48)	Sim	Não
Almeida Garrett (1799-1854)	19,30% (11)	80,70% (46)	Sim	Não
Oliveira Martins (1845-1894)	2,40% (2)	97,60% (80)	Sim	Não

(*) As 117 ocorrências de próclise em orações não-dependentes registadas nos textos de Vieira incluem presumivelmente muitos casos em que a próclise é condicionada pela presença de um sintagma focalizado. A construção de Focalização era muito produtiva no português do século XVII, tendo o seu uso decrescido progressivamente em épocas posteriores. A identificação, caso a caso, de frases com Focalização, em textos escritos, é no entanto problemática, pelo que não foi possível apartar dos dados representados no quadro III casos de potencial Focalização.)

rência pela ordem 'verbo-clítico', no século XIII, foi pouco a pouco substituída pela preferência pela ordem 'clítico-verbo'. A mudança foi lenta e gradual como é característico das mudanças ao nível do uso (desencadeadas por factores de moda, identificação socio-cultural, imitação, expressividade ou outros). A ênclise, que se atesta pouco nos textos do século XVI, era pois permitida pela gramática, ao mesmo tempo que desfavorecida pelo uso.

Exemplos de mudanças ao nível do uso que são seguidas por mudanças gramaticais são bem conhecidos. Ponho assim a hipótese de que tenha sido isso o que aconteceu no português. A mudança que ocorreu entre o século XIII e o século XVI foi o *input* para um processo de reanálise que, como é característico das mudanças gramaticais, emergiu num curto espaço de tempo e deu origem à coexistência na mesma época de dois tipos de gramática, a gramática saída do processo de reanálise - representada, por exemplo, nos textos do Padre António Vieira - e a gramática "antiga" - representada, por exemplo, nos textos de D. Francisco Manuel de Melo, contemporâneo de Vieira. Entre o século XIII e o século XVI, em orações não-dependentes, a construção enfática, com a ordem 'clítico-verbo' tornou-se crescentemente preferida à construção não enfática, com a ordem 'verbo-clítico', até ao ponto em que a construção não enfática passou a ser muito pouco usada. O resultado de um processo deste tipo é que os falantes, perdendo a possibilidade de contrastar as construções "neutra" e "marcada", acabam por interpretar a construção "marcada" como "neutra" (cfr. Lightfoot 1991:170-171)⁷. À medida que a construção com a ordem 'clítico-verbo' ia deixando de ser interpretada como enfática, a evidência de que os clíticos podiam conter um traço de ênfase ia-se perdendo. Estavam então criadas condições para que comesçassem a surgir gramáticas com uma fixação negativa do parâmetro relevante. Era o princípio do fim da relação entre os clíticos e Σ no português.

Neste ponto cabe notar que esta explicação para a evolução ocorrida no português só faz sentido se assumirmos com Lightfoot (1991) a 'hipótese do grau-zero de aprendizagem'⁸. Na verdade, em orações subordinadas a construção enfática, com movimento do clítico para Σ e potencial interpolação, não se generalizou. Portanto, nas orações subordinadas, a criança po-

7 Além dos exemplos aduzidos por Lightfoot, segue igualmente este padrão evolutivo o caso estudado por Anderson (1977) de reanálise da construção passiva como ergativa em línguas da Polinésia.

8 Lightfoot (1991) considera que nem tudo o que uma criança ouve constitui "experiência activadora" (ingl. *triggering experience*) no processo de aquisição da linguagem. Ou seja, a criança, uma vez exposta a um dado ambiente lingüístico, usa para construir a sua gramática (fixando os valores dos parâmetros da gramática universal) apenas alguma da informação a que tem acesso, ao mesmo tempo que despreza outra. Assim, por exemplo, o facto de a criança ouvir frases agramaticais, em resultado de erros de *performance* ou do insuficiente

dia encontrar suficiente evidência de que os clíticos podiam incorporar-se em duas posições diferentes. Mas se as crianças não usam dados das orações subordinadas no processo de aquisição da linguagem, como Lightfoot (1991) propõe, elas seriam cegas a essa evidência. O facto relevante era que as orações não-dependentes tinham deixado de fornecer evidência suficientemente clara e esse facto desencadeou a reanálise.

Dir-me-ão agora que as orações não-dependentes em que a interpolação era possível - *vide* as frases (16) a (18) acima — constituíam evidência desfavorável à reanálise, evidência esta a que a criança não seria cega. Assim é; mas a interpolação em orações não-dependentes sempre foi pouco frequente: entre os 321 exemplos de interpolação que registei nos documentos notariais que estudei (em Martins 1994b), apenas um exemplo pertence a uma oração não-dependente. Por isso, esta evidência não terá sido suficientemente forte para travar o aparecimento de uma nova gramática, pelo menos entre algumas crianças⁹.

domínio de uma dada gramática pelo adulto (situações de emigração), não a leva a construir uma gramática que produza tais frases. Também construções que, sendo embora parte da gramática do adulto, se tornaram desusadas e a que por isso a criança é raramente exposta poderão não vir a ser parte da experiência activadora. Este joeiramento dos dados linguísticos disponíveis que o processo de aquisição da linguagem supõe é o que permite otimizar a aprendizagem tornando-a efectiva num espaço de tempo o mais curto possível. Lightfoot (1991) põe então a hipótese de que como estratégia de optimização da aprendizagem as crianças dêem apenas atenção a "estruturas simples" (mas capazes de constituírem o *input* necessário). Esta estratégia é comum aos vários sistemas cognitivos, não sendo específica da capacidade da linguagem. No que diz respeito à aquisição da linguagem, esta estratégia adquire a seguinte forma: as "estruturas simples" a que a criança presta atenção correspondem, basicamente, às orações não-dependentes (eventualmente acrescidas do que num domínio subordinado seja seleccionado pelo verbo da oração principal e que se poderá reduzir a Comp, admitindo que os traços de selecção relevantes estão aí representados). O material pertencente a orações subordinadas não é parte daquilo que a criança selecciona, de entre o que ouve, para construir a sua gramática. A construção de gramáticas individuais e potenciais mudanças sintácticas que dela decorram dependem pois de dados provenientes de estruturas com nível-0 de encaixe (hipótese do grau-zero de aprendizagem).

Um dos argumentos empíricos aduzidos por Lightfoot a favor da sua hipótese diz respeito à evolução da ordem das palavras em inglês. O inglês antigo era uma língua V2 assimétrica, pelo que a ordem VO ocorria normalmente em orações não-dependentes. Apesar disso, as orações não-dependentes exibiam algumas evidências de que a ordem básica era OV (por exemplo, as partículas dos *phrasal verbs* podiam não se mover com o verbo, sendo assim indicadores da posição de partida do verbo). Quando as evidências disponíveis nas orações não-dependentes enfraquecem (porque certas construções se tornam desusadas, sem deixarem de ser a gramaticais) a ordem básica OV é reanalisada como VO, ainda que em orações subordinadas a ordem OV ocorresse consistentemente.

- 9 Formas que são parte do ambiente linguístico mas que ocorrem com muito baixa frequência podem não se tornar parte da experiência activadora, como nota Lightfoot (1991:19-20)

O aparecimento dentro da comunidade linguística em causa da nova gramática, que não admite o movimento dos clíticos para Σ , terá por sua vez contribuído para fortalecer a evidência a favor da fixação negativa do parâmetro relevante. É natural assim que entre os autores do século XVIII a gramática "antiga" sobreviva menos que entre os do século XVII, e que se vislumbre menos ainda em época posterior.

Por último, cabe chamar a atenção para o facto de que as crianças que levam a cabo a reanálise virão a produzir frases em que a ordem dos clíticos é radicalmente diferente da que ocorre nas frases produzidas pelos pais. Ou seja, crianças que ouvirem quase sistematicamente frases como "e o asno lhe deu dous couces" constroem gramáticas que geram necessariamente frases como "e o asno deu-lhe dous couces". Tal facto constitui um forte argumento a favor do papel mediador da gramática universal no processo de aquisição de uma gramática particular. Admitindo que AgrS é universalmente o lugar de incorporação dos clíticos, enquanto Σ não o é, compreende-se que tendo concluído que existia apenas uma posição para os clíticos em português, as crianças que levaram a cabo a reanálise tenham identificado essa posição com AgrS. Isto apesar de nas frases produzidas pelos pais os clíticos se encontrarem, normalmente, incorporados em Σ .

5. Acerca da interpolação de 'não'.

Após a mudança que veda aos clíticos o acesso a Σ , só a interpolação de *não* continua a ser permitida. Com efeito, a interpolação de *não* é um fenómeno com características peculiares. Dois factos o mostram com muita evidência: entre os séculos XIII e XVII, a interpolação de *não* ocorre com muito maior frequência do que a interpolação de outros constituintes; a partir do século XVII, a interpolação de *não* continua a registar-se enquanto a interpolação de outros constituintes desaparece.

Comparem-se entre si os quadros IV e V abaixo. Os dados neles representados evidenciam o contraste, em termos de percentagem de ocorrência, entre a interpolação de *não* e a interpolação de outros constituintes, em contextos de potencial interpolação, no período que vai do século XIII ao século XVI:

O quadro VI, por sua vez, deixa-nos ver quais as percentagens de ocorrência da interpolação de *não* em autores dos séculos XVI a XIX e indica-nos se nos textos dos mesmos autores existe ou não interpolação de outros constituintes:

Quadro IV
Interpolação de *não* entre os séculos XIII e XVI

	Século XIII	Século XIV	Século XV	Século XVI
'Clítico-não-Verbo'	94,10%	96,80%	90,70%	90,00%
	16/17	30/31	13/14	18/20
'não-Clítico-Verbo'	5,90%	3,20%	9,30%	10,00%
	1/17	1/31	1/14	2/20

Quadro V
Interpolação de outros constituintes entre os séculos XVI e XIX

	Século XIII	Século XIV	Século XV	Século XVI
'Clítico-XP-Verbo'	66,70%	69,10%	57,00%	51,70%
	26/39	78/113	70/123	62/120
'XP-Clítico-Verbo'	33,30%	30,90%	43,00%	48,30%
	13/39	35/113	53/123	58/120

Quadro VI
Interpolação de outros constituintes entre os séculos XVI e XIX

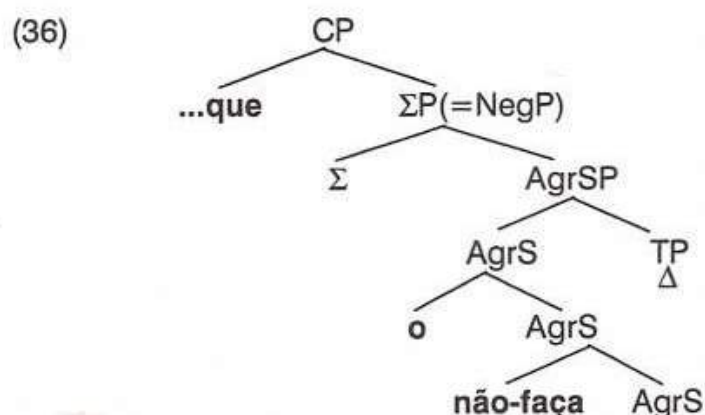
	Percentagem de atualização da interpolação do <i>não</i>	Há interpolação de outros constituintes?
Afonso de Albuquerque (1462?-1515)	64,9% (24/37)	Sim
Damião de Góis (1502-1574)	100% (14/14)	Sim
Fernão Mendes Pinto (1510?-1538)	82,4% (14/17)	Sim
Luís de Camões* (1524?-1579)	56,6% (30/53)	Sim
Diogo do Couto (1542-1616)	81,8% (18/22)	Sim
Francisco Manuel de Melo (1608-1666)	89,5% (34/38)	Sim
António Vieira (1608-1697)	92,5% (37/40)	Não
Luís António Verney (1713-1792)	26,3% (5/19)	Não
Almeida Garrett (1799-1854)	92,6% (25/27)	Não
Alexandre Herculano* (1810-1877)	35,00%	Não
Oliveira Martins (1845-1894)	83,3% (5/6)	Não

(* dados de Said Ali (1908), parágrafo 153)

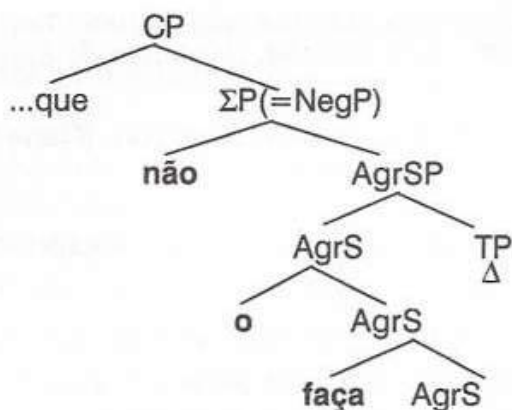
A perda da possibilidade de interpolação de diversos constituintes a partir do século XIII deve-se, como vimos, ao processo de reanálise que veda aos clíticos o acesso a Σ . Se a interpolação de *não* continua a registar-se (com frequências muito elevadas) muito para além da época em que a reanálise ocorre, isso indica-nos que a interpolação de *não*, diferentemente da interpolação de outros constituintes, não depende do movimento do clítico para Σ . Ou seja, *não* pode aparecer interpolado entre o clítico e o verbo estando o clítico e o verbo ambos incorporados em AgrS. Se assim é, é porque *não* está também em AgrS. A hipótese que naturalmente se configura é que nas gramáticas que admitem a interpolação de *não* este não é um núcleo autónomo mas sim um morfema projectado do léxico associado ao verbo. Nas gramáticas que não admitem a interpolação de *não*, pelo contrário, *não* é o núcleo de ΣP , sendo pois gerado em Σ (=Neg).

Os dados do quadro IV (acima) mostram que as duas gramáticas coexistem desde o século XIII, embora a gramática em que Σ -Neg é representado por um morfema verbal seja claramente dominante na comunidade linguística durante o período medieval e clássico. Ela é presumivelmente a gramática mais antiga. A gramática inovadora terá resultado da reanálise do morfema *não* como núcleo (lexical) de Σ ; a reanálise terá sido favorecida pelo facto de *não* ser, na gramática mais antiga, um morfema com relativa autonomia, como veremos.

Cada uma das gramáticas deriva frases com as estruturas representadas, simplificadamente, em (36) e (37) - (36) correspondendo à gramática conservadora; (37) à gramática inovadora:



(37)



Esta análise vai de encontro à intuição de Said Ali (1908:§50), o qual afirma referindo-se à interpolação de *não*: “a linguagem mantendo a negação presa ao verbo, procurava traduzir com fidelidade a concepção de um facto negativo. *Não fazer* é uma noção simples, indecomponível, inseparável”.

Como mostra o quadro VI, as duas gramáticas, a que deriva a interpolação de *não* e a que a não permite, continuam a existir depois do século XVI numa situação de prolongada diglossia que se estende até (quase) aos nossos dias e que deixa espaço para preferências e usos individualizados. A vitalidade da gramática conservadora decresceu, no entanto, enormemente neste século.¹⁰

Observemos então mais de perto a gramática conservadora. A interpolação de *não* atesta-se geralmente em orações subordinadas e em orações não-dependentes introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados ou advérbios “proclisadores”. Nas restantes orações não-dependentes, *não* precede normalmente o clítico e o verbo. São exemplo disso as frases (38) a (43):

- (38) Eu não me admiro, senhores, que aquella estatua em um momento se convertesse toda em pó. (Vieira, *Sermões*, II:161)
- (39) Não há dúvida, que lhe não faz mal, senão bem, e o maior de todos os bens. (Vieira, *Sermões*, II:327)
- (40) Meu Agostinho, também esses versos que se liam então, já os não há. (Vieira, *Sermões*, II:162)
- (41) Êste é um século democrático; tudo o que se fizer há-de ser pelo povo e com o povo...ou não se faz
(Garrett, *Doutrinas de Estética Literária*, p.62)

¹⁰ Situações como esta, em que diferentes gramáticas coexistem na comunidade linguística e um mesmo indivíduo pode dominar mais do que uma gramática, são conhecidas. Lightfoot (1991:136-138) encontra uma situação do mesmo tipo na história do inglês; Zibri-Hertz (1993), no francês contemporâneo. Relevantes a este respeito são também os trabalhos de Anthony Kroch.

- (42) Escuso dizer-vos, Senhores, que **me não** julguei obrigado a ser escravo da cronologia (Garrett, *Doutrinas de Estética Literária*, p.65)
- (43) Também o **não** fiz para imitar o estilo de Byron. (Garrett, *Doutrinas de Estética Literária*, p.28)

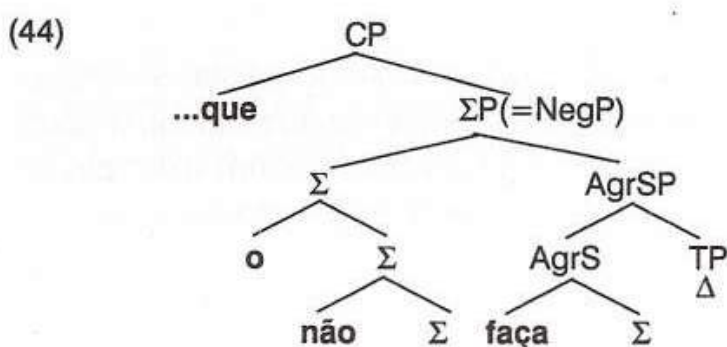
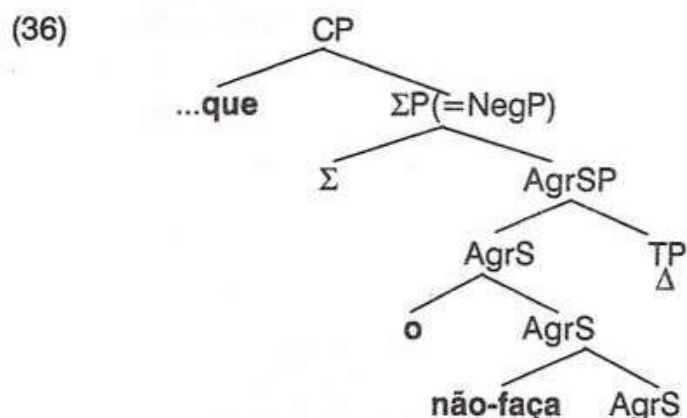
As frases com a ordem 'clítico-não-verbo' são o correspondente negativo das frases afirmativas com próclise obrigatória, ou seja, sem movimento do verbo para Σ na sintaxe visível. As frases em que se regista normalmente a ordem 'não-clítico-verbo' são aquelas em que se esperaria que o verbo (incorporando o morfema negativo) subisse para Σ na sintaxe visível, dado que Σ tem traços-V fortes e não tem conteúdo lexical.

Estes factos podem ser explicados se admitirmos que na gramática conservadora, em frases negativas, é o morfema negativo por si e não o verbo (integrando o mesmo morfema) que sobe para Σ para satisfazer requisitos de verificação morfológica. Assim, a ordem 'não-clítico-verbo' é derivada nos casos em que o movimento de *não* para Σ ocorre na sintaxe visível; a ordem 'clítico-não-verbo' emerge nos casos em que o movimento pode ser adiado até LF (por razões independentes da sintaxe da negação).

Esta hipótese supõe que admitamos que um morfema pode ter suficiente autonomia para mover-se sozinho (ou ser deixado para trás pelo movimento do núcleo lexical a que se liga, como nos casos de mesóclise). Os estudos de morfologia, desde os mais tradicionais até aos mais recentes, têm mostrado que, de facto, o grau de dependência das unidades morfológicas em relação a unidades lexicais é bastante variável e que certos elementos apresentam um comportamento que os coloca na fronteira entre o morfema e a palavra (veja-se, por exemplo, o que acontece com as partículas que são parte dos *phrasal verbs* do inglês e de outras línguas germânicas). Na gramática conservadora, *não* tinha pois este duplo estatuto: era um morfema no léxico, onde *não* constituía um item independente, mas uma unidade com autonomia na sintaxe onde, sendo interpretado pelo módulo *Morfologia* como uma unidade do tipo "palavra" (nos termos de Chomsky 1994), podia mover-se independentemente do verbo sem bloquear a convergência da derivação.

A ordem 'não-clítico-verbo' ocorre pois quando *não* está em Σ , quer tenha sido aí gerado quer tenha subido a partir de AgrS para satisfazer requisitos de verificação morfológica; a ordem 'clítico-não-verbo' ocorre quando *não* está em AgrS, juntamente com o verbo e o clítico. Visto que no português medieval e clássico o clítico pode, no entanto, subir para Σ , espera-se que a ordem 'clítico-não-verbo' também possa ocorrer quando *não* está em Σ (estando o verbo em AgrS). Ou seja, as frases com interpolação de *não*

poderão ter quer a estrutura representada em (36) — abaixo repetida — quer a estrutura representada em (44):



Sendo assim, esperamos encontrar interpolação de *não* também em orações não-dependentes (não introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados ou advérbios “proclisadores”), diferentemente do que acontece com a interpolação de outros constituintes. Os exemplos (45) a (53) mostram que esta previsão se verifica:

- (45) e durante ho tempo das ditas tres vidas **lho nom** possam tolher (Martins 1994b - doc. de 1496)
- (46) e elles emprazadores **lhes nō** tolherá os penhores e nō faram outro feu nem foro a outra nehũa pesoa (Martins 1994b - doc. de 1522)
- (47) e que nam pagando a dita Renda que possam ser penhorados em seus bées e vendidos E aRematados sem mandado e autorjdade de Justiça e **se nam** chamaram por ello forcados nem esbulhados (Martins 1994b - doc. de 1522)
- (48) Dito isto, ho irmãoo que se chamaua Rey das ilhas começou de tratar comigo, dyzendo que ho fizese Rey e que ele terya as ilhas por vos alteza; eu **lho nom** outorguey (Afonso de Albuquerque. V. Bulhão Pato 1884:88)
- (49) cuidando que estivesse elRei nellas dixee a dom Lourenço que entrasse dētro, ho prēdesse, & lho trouxesse viuo, mas dom Lourēço **ho nam** achou nos paços (Damião de Góis. V. Góis 1566:6-7)

- (50) E isto era no tempo em que na mesma cidade de Lisboa se quebrarão os escudos pella morte del Rey dom Manoel da gloriosa memoria, que foy em dia de santa Luzia treze do mes de Dezēbro do anno de 1521, de que sou bē lebrado, & doutra cousa mais antiga deste reino **me não** lēbro. (Fernão Mendes Pinto. V. 1614:3/1)
- (51) seu filho D. Fernando com tomar as galés na India **o não** vimos despachado, nem luzirem nelle muitas mercês (Diogo do Couto. V. Couto 1616:55)
- (52) No correio passado **vos não** escrevi, porque, sem ir ao Alentejo, estou meio aleijado de êste braço direito (D. Francisco Manuel de Melo. V. Lapa 1937:51)
- (53) sem embargo **lhe não** valerá a boa letra e ortografia, de que vem vestido, para que deixemos de dizer não é agudíssimo, nem vivo de sal em demasia (D. Francisco Manuel de Melo. V. Lapa 1937:59)

Esperaremos também que este tipo de exemplos deixe de atestar-se depois do século XVII, após o processo de reanálise que retirou aos clíticos o acesso a Σ . Também esta previsão se verifica. Não atestei nenhum exemplo de interpolação de *não* em orações não-dependentes¹¹ a partir do século XVII¹².

Sumariando: a interpolação generalizada depende da subida dos clíticos para Σ e da permanência do verbo em AgrS; regista-se pois apenas nos contextos em que não há movimento do verbo para Σ na sintaxe visível¹³; e deixa de ser gramaticalmente possível quando os clíticos perdem o traço que lhes garantia o acesso a Σ . A interpolação de *não* dá-se em duas situações: ou o clítico e o elemento negativo estão ambos incorporados em AgrS ou estão ambos incorporados em Σ ¹⁴; dado que a interpolação de *não*, contrariamente à interpolação de outros constituintes, não depende necessariamente da subida do clítico para Σ , ela continua a ser um processo pro-

11 Não introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados ou advérbios "proclisadores".

12 Um exemplo de interpolação numa oração não-dependente (do tipo relevante) atesta-se, contudo, em Vieira cuja gramática, como vimos, era a gramática saída do processo de reanálise. Isto mostra que Vieira também dominava a gramática mais antiga (cfr. Lightfoot 1991:138). A frase em questão é a seguinte: *Ele queria voltados os seus olhos de modo que não vissem a vaidade e isto o não podia fazer neste mundo, para qualquer parte que voltasse os olhos, porque neste mundo tudo é vaidade.* (Vieira, *Sermões*, VI:259)

13 Isto é, em orações subordinadas e orações não-dependentes introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados e certos advérbios.

14 A interpolação de *não* pode ainda ocorrer estando *não* e o verbo incorporados em AgrS enquanto o clítico sobe para Σ . Neste caso, a interpolação de *não* pode co-ocorrer com a interpolação de outros constituintes.

utivo muito para além do tempo em que a interpolação generalizada era admitida pela gramática; por outro lado, porque em orações negativas o verbo nunca sobe para além de AgrS na sintaxe visível, a interpolação de *não* pode ocorrer mesmo em orações não-dependentes, contrariamente ao que acontece com a interpolação de outros constituintes.

Merece ainda ser notado que embora a interpolação de *não* em orações não-dependentes se ateste sempre muito pouco (facto para o qual não tenho uma explicação a propor), ela parece ser mais frequente entre os séculos XV e XVII (época a que pertencem todos os exemplos de que dispoño) do que no período anterior. Este facto é esperável já que é precisamente na época em causa que a construção enfática (com movimento dos clíticos para Σ) é particularmente favorecida pelo uso.

Retomando a questão da coexistência das duas gramáticas que designei como “conservadora” e “inovadora”, quero mostrar, para finalizar, que se tivermos em conta a situação do latim, no que diz respeito à sintaxe de *não*, podemos ver com mais clareza o percurso evolutivo deste elemento.

Em latim existem dois itens com a realização *non*. Um deles tinha carácter adverbial e não é o que aqui nos importa considerar. O outro era um puro morfema, ou seja, um elemento dependente do verbo quer no léxico quer na sintaxe. Que assim era, mostra-o o padrão não-marcado de resposta mínima negativa a interrogativas totais que, em contraste com o português, inclui o verbo¹⁵, como mostram os exemplos (54) e (55):

- (54) a. Rediitne pater eius?
'O pai dele voltou?'
b. **Non rediit.** (*apud* Woodcock 1957:129)
não voltou
- (55) a. Non ego illi argentum redderem?
'Eu não lhe daria (devia ter dado) o dinheiro?'
b. **Non redderes.** (*apud* Hale e Buck 1903:137)
não darias

Assuma-se, conforme acima exposto, que os elementos que aparecem em respostas mínimas a interrogativas totais estão incorporados em Σ . Então se em (54)-(55) *non* e o verbo (em vez de *non* isoladamente) estão em Σ é porque *non* nem é gerado em Σ nem para lá pode mover-se independentemente do verbo.

Aquilo que opõe entre si a gramática que as frase (54)/(55) representam e a gramática a que chamei “conservadora” corresponde pois ao pri-

15 Sobre este assunto, veja-se Woodcock (1959:129).

meiro passo no sentido da transformação de *non/não* numa unidade autónoma (de puro morfema passa a unidade mista, na fronteira entre o morfema e a palavra); a mudança que faz emergir a gramática "inovadora" representa o completar desse processo de autonomização. As duas evoluções têm lugar em época pré-literária pois, como vimos, quer a gramática "conservadora" quer a gramática "inovadora" estão já representadas nos textos portugueses mais antigos (século XIII). A expansão entre a comunidade de falantes da gramática "inovadora" far-se-á, no entanto, lentamente, pelo que a situação de diglossia se prolonga até ao século XX.

6. Refinando a análise e deixando em aberto algumas questões (em jeito de conclusão).

Nesta última secção, identifico algumas questões que ficaram por tratar e sugiro formas de lidar com elas. A hipótese que proporei não altera a substância da análise que apresento nas secções anteriores, ainda que, se vier a mostrar-se consistente, implique alguma alteração da forma dos argumentos que suportam essa análise.

Nas secções 3. a 5., atribuí uma estrutura parcialmente idêntica às frases, do português antigo, com interpolação (de constituintes diferentes de *não*) e às frases (afirmativas¹⁶) com próclise em domínios não dependentes. Considerei que num caso como no outro a derivação das frases envolveria movimento do clítico para Σ para verificar um traço de ênfase.

Esta análise, só por si, não permite, no entanto, explicar a diferente frequência com que a interpolação e a próclise (no contexto relevante) ocorrem ao longo do tempo, nem a diferente progressão dessa frequência. De facto, quando pomos lado a lado os dados relativos à interpolação e os dados relativos à próclise, no português dos séculos XIII a XVI, observamos o seguinte (de acordo com os dados de Martins 1994b):

- No século XIII e na primeira metade do XIV, a próclise (em orações não-dependentes afirmativas¹⁷) ocorria com uma frequência baixa (7,1%-24,6%); no mesmo período, a interpolação era muito frequente (66,7%-69,1%).

- Entre a segunda metade do século XIV e o século XVI, a frequência da próclise, no contexto relevante, aumenta drasticamente, até atingir valores muito altos (41,9% -> 78,9% -> 98,8%); simultaneamente, a frequência da interpolação decresce (ainda que de forma mais suave).

16 Não introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados ou advérbios "proclisadores".

17 Não introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados ou advérbios "proclisadores".

Os quadros VII e VIII fornecem os dados relevantes.

Quadro VII

Próclise ≈ Ênclise em orações não-dependentes entre os séculos XIII e XVI

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-49
Proclise	7,10%	24,60%	41,90%	78,90%	92,70%	98,80%
	4/56	15/61	18/43	30/38	38/41	80/81
Ênclise	92,90%	75,40%	58,10%	21,10%	7,30%	1,20%
	52/56	46/61	25/43	8/38	3/41	1/81

Quadro VIII

Interpolação (# de não) entre os séculos XIII e XVI

	Século XIII	Século XIV	Século XV	Século XVI
'Clítico-XP-Verbo'	66,70%	69,10%	57,00%	51,70%
	26/39	78/113	70/123	62/120
'XP-Clítico-Verbo'	33,30%	30,90%	43,00%	48,30%
	13/39	35/113	53/123	58/120

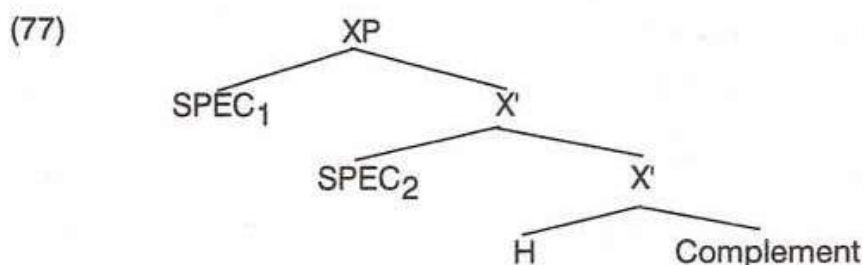
Tendo em conta estes factos, não parece provável que as frases com interpolação e as frases relevantes com próclise sejam sempre actualizações do mesmo tipo de construção. Ou seja, não é verosímil que no português do século XIII a construção enfática (com movimento dos clíticos para Σ) fosse muito usada em orações subordinadas (aquelas em que quase sempre ocorre a interpolação) e muito pouco usada em orações não-dependentes; nem é verosímil que à medida que a construção enfática era crescentemente usada em orações não-dependentes, o seu uso fosse decrescendo em orações subordinadas.

Esta dificuldade poderá ser ultrapassada se admitirmos que a interpolação estaria associada a dois tipos de estrutura, só um deles envolvendo movimento do clítico para Σ . Assim, no português do século XIII a construção enfática seria pouco usada quer em domínios não-dependentes quer em domínios de subordinação e a frequente interpolação registada em orações subordinadas corresponderia à actualização de uma estrutura independente. Pode aliás supor-se que, ao longo de todo o período em causa, a

construção enfática tenha ocorrido sempre com mais baixa frequência em orações subordinadas, já que os processos de ênfase se manifestam tipicamente em orações não-dependentes, por serem elas que traduzem asserções, integrando pois o ponto de vista do locutor (Cfr. Ross 1970; Kuroda 1992; Torrego e Uriagereka 1993).

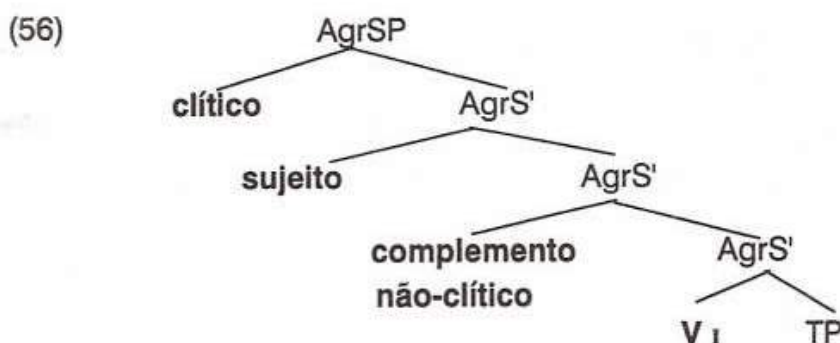
No português antigo, os complementos do verbo (no sentido lato de Larson 1988, 1990) podiam ocorrer em posição pré-verbal como resultado de elevação por *scrambling*. Seguindo Chomsky (1994), assumamos que *scrambling* pode traduzir-se em movimento para uma posição de especificador de uma categoria que admita especificadores múltiplos - sendo tal possibilidade função de uma opção paramétrica:

Recall that the bare phrase structure theory allows multiple SPECs in principle. Is this option realized? If so, we will have the structure (77)



Here we may assume SPEC₁ and SPEC₂ to be equidistant targets for movement, being within the same minimal domain. [...] If a language permits (77) then it should allow multiple assignment of Case and agreement from the same head, since SPEC is available for checking of these features. [...] Finally, it permits scrambling with A-position properties [...]. (Chomsky 1994 [1995:432])

Dada esta hipótese, se admitirmos que no português antigo AgrS podia ter mais do que uma posição de especificador e os clíticos podiam mover-se como projecções máximas, uma frase com interpolação poderia ter a estrutura representada em (56) - onde o número de posições de Spec varia em função do número de elementos movidos por *scrambling*:



Este tipo de estrutura não dava origem a interpolação em orações dependentes afirmativas¹⁸ já que nelas o verbo movendo-se para Σ deixava para trás os complementos elevados para uma das posições de especificador de AgrS.

Uma análise nesta linha é capaz de dar conta também dos factos do galego actual. Com efeito, a interpolação é possível no galego actual (ainda que menos produtiva do que em época antiga), mas a próclise em orações não-dependentes afirmativas¹⁹ não é admitida. Quer isto dizer que no galego actual os clíticos não podem estar associados ao traço de ênfase que, em época mais antiga, lhes garantia (tal como no português) o acesso a Σ . Se, apesar disso, a interpolação continua a ser possível é porque a interpolação pode ser actualizada através de um outro tipo de estrutura (que não associa os clíticos a Σ), conforme propusemos.

De acordo com Chomsky (1994), os clíticos caracterizam-se (universalmente) por serem simultaneamente X^{\min} e X^{\max} ²⁰, podendo, pois, mover-se quer como núcleos quer como projecções máximas. O facto de estruturas como (56) terem deixado de existir no português poderá dever-se a que AgrS tenha deixado de admitir especificadores múltiplos, assim se perdendo no português — por oposição ao galego — o fenómeno de *scrambling*.²¹ A posição única de (Spec, AgrSP] de que o português moderno dispõe está “reservada” para o sujeito.

18 Não introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados ou advérbios “proclisadores”.

19 Não introduzidas por quantificadores, sintagmas QU-, sintagmas focalizados ou advérbios “proclisadores”.

20 Tal deriva da própria definição de ‘projecção máxima’ (X^{\max}) e de ‘projecção mínima’ (X^{\min}): “Given a phrase marker, a category that does not project any further is a maximal projection XP and one that is not a projection at all is a minimal projection X0” (Chomsky 1994 [p. 398 da republicação de 1995]).

21 Uma questão fica em aberto relativamente a esta possível análise. Assim, será preciso explicar porque é que na estrutura representada em (56) os clíticos precedem necessariamente o sujeito, ocupando a posição de Spec mais alta, pelo que a ordem ‘sujeito-clítico-XP-verbo’ não se atesta. A ordem dos complementos não-clíticos entre si, por sua vez, pode oscilar, assim como a ordem relativa entre sujeito e complementos:

(1) de qualquer pessoa (...) que lhe sobre ello algũu enbarguo poser (Martins 1994b - doc. de 1476)

(2) de quem quer que uos Algũu enbargo sobrel quiser pøer (Martins 1994b - doc. de 1381)

(3) Nem os que esta estoria desta guisa contam (Pádua 1960:72)

(4) mas ainda a algũus outros, que ella por tall rrazon maa vontade tiinha (Pádua 1960:72)

(5) asy ã como ho ele na dita procuraçõ ha (Martins 1994b - doc. de 1306)

(6) nẽ por tãto que nos por ela outrem de (Martins 1994b - doc. de 1305)

Observando de novo os quadros VII e VIII, damos-nos conta de um outro facto que merece alguma reflexão. Quer no que diz respeito à interpolação, quer no que diz respeito à posição dos clíticos em relação ao verbo, há um claro momento de viragem que se situa entre os séculos XIV e XV. É a partir deste momento que a produtividade da interpolação quebra e que a frequência da próclise deixa de aumentar gradualmente, disparando para valores muito elevados.

Suponhamos que o ponto de ruptura que os quadros VII e VIII deixam ver corresponde ao momento em que tem lugar o processo evolutivo do qual resulta que AgrS deixa de admitir especificadores múltiplos²²; ou talvez antes ao momento em que a gramática saída desse processo evolutivo alcança uma difusão considerável no seio da comunidade linguística. A partir desse momento, a gramática de um certo número de falantes deixaria de gerar a estrutura representada em (56), compreendendo-se assim que a frequência da interpolação decrescesse²³.

Fica, no entanto, por explicar a coincidência no tempo entre decréscimo da interpolação e incremento da próclise (em orações não-dependentes do tipo relevante). Será que tal coincidência é, do ponto de vista da teoria da gramática, fortuita? Se nos situarmos fora do plano da explicação gramatical, podemos observar que as mudanças em causa ocorrem numa época que, dentro da história da língua portuguesa, é talvez aquela em que mais coisas acontecem ao mesmo tempo:

"atrevo-me a sugerir que o período que medeia entre o reinado de D. Fernando e o reinado de D. Afonso V foi, do ponto de vista linguístico, aquele em que a língua portuguesa mais rápida e essencialmente se transformou. [...] Que a língua não evolui paulatinamente, como um ribeiro de Bernardim corria ou como os homens antigos falavam, sabe-se. [...] A época em que o infante D. Pedro, duque de Coimbra viveu [1392-1449] foi um desses períodos de rápida renovação [...] A renovação verificou-se no plano da fonologia, da morfologia e da sintaxe, e também (se não principalmente) no do léxico." (Castro 1993:97-98)

22 Está fora do âmbito deste artigo determinar o que terá motivado tal processo evolutivo.

23 Dado que a opção pela interpolação e a opção pela próclise em orações não-dependentes (não introduzidas por elementos "proclisadores") desaparecem simultaneamente, é de supor que no século XVII (época a partir da qual tal mudança tem lugar) a interpolação já só pudessem resultar do movimento dos clíticos para S. Na verdade se os clíticos pudessem ainda mover-se para uma posição de *scrambling* seria de esperar que a interpolação sobrevivesse para além da época em que a próclise em orações não-dependentes (do tipo relevante) deixou de ser possível (como aliás aconteceu no galego).

Tendo em conta a diversidade de evoluções que se manifestam nesta época, parece claro que não são todas manifestações de uma mesma mudança gramatical. A coincidência entre elas poderá ser antes fruto de uma "dinâmica de mudança", socialmente criada, que terá propiciado uma aceleração e radicalização de mudanças em curso ao nível do uso, assim modificando acentuadamente o ambiente linguístico (e as experiências activadoras) e favorecendo a emergência de mudanças gramaticais.

"After all, the history of a language is not determined by the properties it shows at some arbitrary starting point and by the properties of the mental genotype. Many changes are due to other things, which relate to the ways in which grammars are used rather than to their internal structure."
(Lightfoot 1992:166)

Résumé

Ce travail présente une étude de l'emploi des clitiques en des phrases finies dans l'histoire du portugais européen. Sont abordés, dans une perspective diachronique, des aspects de la syntaxe de la négation et des constructions avec *scrambling*, c'est-à-dire, avec déplacement des compléments du verbe vers une position pré-verbale, étant donné leurs implications dans la position des clitiques. Le travail a une orientation minimaliste, selon Chomsky 93, et, dans cet ordre, sont analysés: l'emploi des clitiques en portugais européen actuel en comparaison avec les autres langues romanes; la situation du portugais des siècles XIII au XVII, par rapport au portugais européen actuel; les changements ayant eu lieu; la structuration avec interpolation de *non* entre le clitiques et le verbe et sa chute postérieure; enfin, d'autres questions sont posées et on procède à un raffinement de l'analyse présentée auparavant, à partir des principes proposés par Chomsky en 94.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso de - Ver PATO, R. A. Bulhão, ed. (1884)
- ANDERSON, S. (1977) "On Mechanisms by which Languages Become Ergative". In: C. H. Li, ed. **Mechanisms of Syntactic Change**. Austin / London: University of Texas Press.
- CASTRO, I. (1993) "A elaboração da língua portuguesa no tempo do infante D. Pedro". **Biblos LXIX**.
- CHOMSKY, Noam (1993) "A Minimalist Program for Linguistic Theory". In K. Hale e S. J. Keyser, eds. **The View From Building 20. Essays in Honor of Sylvain Bromberger**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. Reeditado em CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1994) "Bare Phrase Structure". *MIT Occasional Papers in Linguistics*. Reeditado em: G. Webelhuth, ed. (1995) **Government and Binding Theory and the Minimalist Program**. Oxford/Cambridge: Blackwell.
- CINTRA, L. F. Lindley (1954) **Crónica Geral de Espanha de 1344 (Edição Crítica do Texto Português)**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Vol. II.

- COUTO, Diogo do (1616) **Da Ásia de Diogo do Couto. Decada Setima. Parte Primeira.** Lisboa: Na Regia Oficina Typografica. 1782.
- DELFITTO, D. e CORVER, N. (1995) "Feature Primitives and the Syntax of Specificity". In: H. P. Kolb e G. Müller, eds. **GLOW Newsletter 34.** Tübingen University / Tilburg University.
- DIESING, M. (1990) **The Syntactic Roots of Semantic Partition.** Ph. D. Dissertation. University of Massachusetts, Amherst. Publicado em: DIESING, M. (1991) *Indefinites.* Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- DUARTE, L. F. (1986) **Os Documentos em Português da Chancelaria de Afonso III (Edição).** Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- GARRETT, A. de Almeida. **Doutrinas de Estética Literária.** Textos Literários / Autores Portugueses. Lisboa 1938.
- GÓIS, Damião (1566) **Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel.** Parte II. Acta Universitatis Conimbricensis. Coimbra. 1953.
- HALE, W. G. e BUCK, C. D. (1903) **A Latin Grammar.** Alabama Linguistics and Philosophical Series 8 University of Alabama Press. 1987 (5ª reimpressão)
- HUBER, J. (1933) **Gramática do Português Antigo.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1986.
- KAYNE, R. (1991) "Romance Clitics, Verb Movement and PRO". **Linguistic Inquiry 22.**
- KAYNE, R. (1994) **The Antisymmetry of Syntax.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- KURODA, S.-Y. (1992) **Japanese Syntax and Semantics.** Dordrecht / Boston / London: Kluwer Academic Publishers.
- LAKA, I. (1990) **Negation in Syntax. On the Nature of Functional Categories and Projections.** Ph. D. Dissertation. Massachusetts Institute of Technology.
- LAKA, I. (1991) "Negative Fronting in Romance: Movement to S". Manuscrito. University of Rochester.
- LAPA, M. Rodrigues, ed. (1937) **D. Francisco Manuel de Melo, Cartas Familiares.** Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- LARSON, R. (1988) "On the Double-Object Construction". **Linguistic Inquiry 19.**
- LARSON, R. (1990) "Double Object Revisited: Reply to Jackendoff". **Linguistic Inquiry 21.**
- LIGHTFOOT, D. (1991) **How to Set Parameters. Arguments from Language Change.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- LOBO, T. (1991) "Observações sobre a Síncrise Pronominal no Século XV e nas variantes Europeia e Brasileira do Português Contemporâneo". **Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística.** Lisboa: Colibri.
- LOBO, T. (1992) **A Colocação dos Clíticos em Português. Duas Sincronias em Confronto.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- MARTINS, A. M. (1994a) "Enclisis, VP-deletion and the Nature of S". **Probus 6.**
- MARTINS, A. M. (1994b) Clíticos na História do Português (vol. 1) / Clíticos na História do Português. Apêndice Documental (vol. 2). Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- MARTINS, A. M. (1995) "A Minimalist Approach to Clitic Climbing". A publicar em: **Proceedings of the Chicago Linguistics Society's 31st Regional Meeting.**
- MARTINS, J. P. Oliveira (1885) **História da República Romana.** Tomo II. Lisboa: Parceria António Maria Pereira. 1919 (3ª edição).
- MATEUS, M. H. M. et alii (1989) **Gramática da Língua Portuguesa.** Lisboa: Caminho (2ª edição revista e aumentada)
- MELO, D. Francisco Manuel de - Ver LAPA, M. Rodrigues.
- OGANDO, V. (1980) "A colocación do pronome átono en relación co verbo no galego-português medieval". **Verba 7.**

- PÁDUA, M. P. C. (1960) **A Ordem das Palavras no Português Arcaico**. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos.
- PAGOTTO, E. G. (1992) **A Posição dos Clíticos em Português. Um Estudo Diacrônico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.
- PAGOTTO, E. G. (1993) "Clíticos, mudança e seleção natural". In: I. Roberts e M. A. Kato, orgs. **Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica**. Campinas SP: Editora da Unicamp.
- PATO, R. A. Bulhão, ed. (1884) **Cartas de Afonso de Albuquerque Seguidas de Documentos que as Elucidam**. Tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.
- PIEL, J. e MATTOSO, J. (1980) **Livros Velhos de Linhagens**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- PINTO, Fernão Mendes (1614) **Peregrinaçam**. Porto: Portugalense Editora. 1944. Vol. I.
- ROSS, J. R. (1970) "On Declarative Sentences". In: Jacobs e Rosenbaum, eds. **Readings in English Transformational Grammar**. Massachusetts: Gin and Company.
- SAID ALI, Manuel (1908) **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. S. Paulo: Melhoramentos.
- SPORTICHE, D. (1992) "Clitic Constructions". Manuscrito. University of California, Los Angeles.
- TORREGO, E. e URIAGEREKA, J. (1993) "Indicative Dependents". Manuscrito. University of Massachusetts at Boston / University of Maryland at College Park.
- URIAGEREKA, Juan (1992a) **Extraction Parameters**. Manuscrito. University of Maryland, College Park.
- URIAGEREKA, Juan (1992b) "A Focus Position in Western Romance". Comunicação apresentada em **GLOW 1992**, Lisboa. A publicar em: K. Kiss, ed. **Discourse Configurational Languages**. Oxford: Oxford University Press.
- URIAGEREKA, J. (1993) "Why do Clitics Move Where?". Comunicação apresentada em **Going Romance 1993**, Utrecht.
- URIAGEREKA, J. (1995) "Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance". **Linguistic Inquiry** 26.
- VERNEY, Luís António (1746) Verdadeiro Método de Estudar. Vol. I: **Estudos Linguísticos**. Edição de António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1949.
- VIEIRA, António (1679-1748) **Sermões**. Porto: Livraria Chardron. 1907-1909.
- WOODCOCK, E. C. (1957) **A New Latin Syntax**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- ZIBRI-HERTZ, A. (1993) "The Syntax of Nominative Clitics in Standard and Advanced French". Comunicação apresentada em **Going Romance 1993**, Utrecht.

Importância das fontes judiciais no conhecimento do português seiscentista

Rita Marquilhas
Universidade de Lisboa

Resumo

Edita-se neste artigo um conjunto de nove textos portugueses da primeira metade do século XVII, provas reunidas pelos promotores do Santo Ofício da Inquisição, textos saídos das mãos de executantes que não eram profissionais da escrita. Objetiva-se demonstrar o alcance testemunhal deste tipo de documento quando se pretende reconstruir através do estudo das grafias a substância fonológica do português da época. Identificam-se transcrições quase-fonéticas e hipercorreções que demonstram que falantes portugueses da primeira metade do século XVII conheciam uma série de inovações que poderiam ser consideradas mais tardias, quer por os gramáticos as referirem só a partir do século XVIII, quer por estarem ainda hoje diatopicamente limitadas a áreas restritas do português europeu. Agrupam-se os textos por critério geográfico, dada a necessidade de conservar essa perspectiva nos estudos de mudança lingüística.

A busca de textos antigos que reflectam traços da fonologia é uma obsessão junto dos historiadores de todas as línguas com tradição escrita. Mas o facto de a competência gráfica se ter restringido no Ocidente, até finais da época medieval, a um grupo selecto de indivíduos sujeitos a um treino gráfico sistemático, o treino scriptológico¹, deixa apenas margem para se identificarem com segurança as *scriptae* que esses copistas dominavam e não a fonologia das suas línguas. Quando a prática da escrita transpôs os limites dos conventos, das chancelarias e das universidades, o formalismo scriptológico deixou de ter condições para se impor a todo e qualquer utilizador da tecnologia gráfica, pelo que a história da língua, quando se concentra em períodos pós-medievais, tem progressivamente acesso a textos lavrados por mãos pouco especializadas. O fraco convencionalismo da sua escrita leva a que se possa afrouxar, para estes textos, o sobreaviso em relação à falta de correspondência entre unidades da língua oral e unidades da língua escrita.

No caso específico do século XVII português há uma fonte onde se colhem inúmeros produtos gráficos saídos das mãos de executantes que não

1 Para uma definição de scriptologia, do objecto, dos métodos, e dos problemas que esta disciplina se propõe resolver, cf. Hans GOEBL, "Qu'est-ce que la scriptologie", *Medioevo Romanzo*, II, 1, 1975, pp.3-43 (pp. 3-6).

eram profissionais da escrita — chamemos-lhe *mãos inábeis*.² Trata-se das provas reunidas pelos promotores do Santo Ofício da Inquisição, destinadas à constituição de processos judiciais.

Os cadernos do promotor do arquivo da Inquisição

O tribunal da Inquisição portuguesa (1536-1821) foi ganhando jurisdição sobre inúmeros delitos que, na formulação de Elvira Mea, cabiam na seguinte tipologia: judaísmo, protestantismo, maometismo, bigamia, superstição, feitiçaria, solicitação, sodomia, proposições (blasfémias, palavras escandalosas, manifestações contra o dogma, juízos contra a Igreja — instituição e formulações de conteúdo erótico-sexual), entrave da acção do Santo Ofício e desrespeito pelas imagens.³ Competia ao promotor inquisitorial de cada distrito do reino e possessões (Évora, Lisboa, Coimbra e Ceuta)⁴ desempenhar as funções do ministério público, pelo que era o funcionário que requeria a prisão dos acusados, escorado em provas testemunhais cujo arquivo tinha de manter organizado.⁵ Daqui resultou, do ponto de vista arquivístico, uma colecção de documentos judiciais organizada ora pelo nome do réu (caso dos *processos* constituídos na sequência das prisões), ora pela cronologia da delação (caso dos *livros de denúncias* e, em parte também, dos *cadernos do promotor*).

Esta última colecção, a dos *cadernos do promotor*, reúne toda a sorte

-
- 2 A expressão "mãos inábeis" pretende ser uma tradução aproximada de "scripteurs maladroits", "escritores inexpertos" e "poor writers", expressões usadas por Claire Blanche-Benveniste nos trabalhos em que aproveita como fonte os textos produzidos por falantes em fase de aquisição da escrita. Cf. "Les unités: langue écrite, langue orale", Clotilde PONTECORVO e Claire BLANCHE-BENVENISTE (eds.), *Proceedings of the Workshop on Orality versus Literacy: Concepts, Methods and Data. Siena, Italy 24-26 September 1992*. Estrasburgo, European Science Foundation, 1993, pp. 133-194; "Aspectos preliminares a una reflexión sobre la interpretación", *Substratum*, II, 4, 1994, pp. 47-63; "The construct of oral and written language", LUDO VERHOEVEN (ed.), *Functional Literacy. Theoretical Issues and Educational Implications*. Amesterdão-Filadélfia, John Benjamins, 1994, pp. 61-74.
- 3 Elvira MEA, *A Inquisição de Coimbra no Século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989, pp. 189-190.
- 4 Na fase experimental da instituição chegou contudo a haver tribunais distritais no Porto, em Lamego, e em Tomar. Cf. António BAIÃO, *A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua História*, liv. I, "A Inquisição no Seculo XVI". Separata de *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV e ss.. Lisboa, 1906, pp. 62-65.
- 5 Cf. *op. cit.*, pp. 68-69, 77. Baião comenta aqui o Regimento de 1552 (outros se sucederam, publicados em 1613, 1640 e 1774), mas as incumbências do promotor não se modificaram ao longo do período de vigência da Inquisição em Portugal.

de documentos cujo teor podia importar numa ordem de prisão e que, mais tarde, se julgado conveniente, viria a ser transcrito para o processo gerado.⁶ Há neste cadernos correspondência com funcionários da instituição (comissários e familiares dos Inquisidores), denúncias feitas por escrito, diligências encomendadas a comissários para que a inquirição de heresia também abrangesse zonas periféricas, inícios de processos deixados suspensos, processos completos saídos da justiça ambulante exercida pelos inquisidores na visitação dos seus distritos, provas materiais de delitos, devassas enviadas ao Santo Ofício pela justiça episcopal e, a partir de 1620, denúncias e apresentações feitas na Mesa dos tribunais de distrito (até perto de 1620 recolhiam-se estes últimos depoimentos nos *livros de denúncias*). É um conjunto de textos originais, linguisticamente importante pela sua assistemática ao nível da génese autoral, material e circunstancial, sendo a garantia da assistemática dada não só pelo vasto leque de delitos que cabiam no foro inquisitorial como pelo facto de a delação ser compulsiva para todas as pessoas particulares (calar uma culpa própria ou alheia era caso para excomunhão⁷ e, por várias razões, muitos optavam pela denúncia escrita).

Edita-se abaixo um pequeno conjunto de nove desses textos, todos eles da primeira metade do século XVII, com o intuito de demonstrar o alcance testemunhal deste tipo de documentação quando se pretende reconstruir através do estudo das grafias a substância fonológica do português da época moderna. A sua apreciação gráfica não pode, de modo algum, tomar a direcção da análise quantitativa, uma vez que não há qualquer homogeneidade entre o grupo dos respectivos executantes. Mas fica sempre lugar para a análise qualitativa que deixa ver muito claramente algumas constantes ao nível da notação.

6 O traslado para os processos estava expressamente previsto no liv. I. tít. VI, § 15 do *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal*. Lisboa-Estaos, Manuel da Silva, 1640.

7 Logo a primeira carta do édito e tempo da graça, publicada em Évora a 20 de Outubro de 1536 por Fr. Diogo da Silva, bispo de Ceuta e inquisidor-mor, apelava nestes termos para a delação ou a apresentação dos hereges e apóstatas: "Mandamos hũa duas e tres vezes a todos e quaesquer dos sobredictos vizinhos e moradores desta cidade [...] que [...] pareçam perante nos em nossas pousadas nesta cidade onde seremos presente e residente a confessar e declarar todos e quaesquer erros e delictos que tenham feytos e commettidos de heresia e apostasia da fee ou aconselhado feyto obrado consentido e visto fazer e obrar a outras quaesquer pessoas assy pais e Mãis como outros quaesquer parentes presentes ou absentes posto que sejam mortos sendo elles confitentes companheiros consortes participantes ou consentidores dos dictos delictos e erros [...]". António BAIÃO, *op. cit.*, Doc. I.60 traslado para os processos estava expressamente previsto no liv. I. tít. VI, § 15 do *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal*. Lisboa-Estaos, Manuel da Silva, 1640.

Tendências gerais das mãos inábeis

Numa situação em que a prática da escrita e a exposição a produtos gráficos são realidades ocasionais, geram-se personagens com mãos inábeis que, mesmo que executem uma caligrafia aperfeiçoada, conhecem apenas algumas das regras do sistema gráfico. Os estudos sincrónicos sobre a aquisição, pelas crianças, da escrita alfabética convencional têm identificado nelas alguns processos psicológicos constantes que parecem ter também ocorrido na génese dos textos seiscentistas aqui estudados. Revelam as crianças um léxico mental que inclui um repertório limitado de formas irregulares, insuficiente para travar a criatividade na aplicação dos princípios alfabéticos.⁸ Pensando concretamente no princípio fonográfico, segundo o qual há uma correspondência estável entre segmentos vocálicos e consonânticos por um lado, e letras ou combinações de letras por outro, as crianças aplicam-no muitas vezes de forma sistemática, gerando-se grafias normalizadoras,⁹ úteis na apreensão da sua consciência fonológica.

O princípio fonográfico (aquele que é rigorosamente aplicado nos alfabetos fonéticos que conhecemos) exige para cada diferente segmento uma tradução gráfica específica; logo, para segmentos iguais tem de haver grafias iguais. Em mãos inábeis, alheias a muitas excepções convencionais ditadas pela etimologia ou pela tradição de escrita,¹⁰ verifica-se que as inovações ao nível da fonologia encontram o caminho para se manifestar precisamente na criatividade com que o princípio fonográfico é respeitado. As *hipercorreções* e as *transcrições quasi-fonéticas* são o resultado legível desse esforço para

8 Uma apresentação do estado actual da investigação sobre factores que influenciam a aquisição das normas escritas encontra-se em Artur Gomes de MORAIS e Ana TEBEROSKY, "Erros e transgressões infantis na ortografia do português", *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, 8, 1994, pp.15-51 (pp. 21-25).

9 Sobre medidas normalizadoras na psicogénese da escrita cito, traduzindo, Emilia Ferreira: "Sem entrar em detalhes, queria chamar a atenção para o facto de, no início do seu período alfabético, as crianças fazerem esforços sofisticados para tornar o sistema que estão a assimilar mais coerente do que ele é. Para além de tentarem criar uma ortografia regular, dispensam muitas coisas alheias aos princípios alfabéticos capitais (fronteiras de palavra, sinais de pontuação, etc.)". *Idem*, "Some remarks about the acquisition of written language as a conceptual object", Ludo VERHOEVEN e Ana TEBEROSKY (eds.), *Proceedings of the Workshop on Understanding Language in a Developmental and Cross-Linguistic Approach. Wassenaar, The Netherlands 7-9 October 1993*. Estrasburgo, European Science Foundation, 1994, pp. 49-69 (cit. p. 58).

10 Evito propositadamente o termo *ortografia* porque falar de ortografia em Portugal antes de 1911 é um anacronismo. Até àquela data funcionaram várias convenções paralelas de notação, pelas quais foram pugnando diferentes gramáticos logo desde o século XVI. Mas dentro de uma variação limitada pelos pólos etimológico e fonético, acabava por haver sempre grafias convencionais, se bem que frouxamente vinculativas.

conferir coerência a um sistema de escrita que começa por aparentar ser fonográfico, mas acaba por revelar-se frequentemente logográfico.

Nos textos adiante editados identificam-se transcrições quasi-fonéticas e hipercorreções que demonstram que falantes portugueses da primeira metade do século XVII conheciam já uma série de inovações que, à partida, poderiam ser consideradas mais tardias, quer por os gramáticos as referirem só a partir do século XVIII, quer por estarem ainda hoje diatopicamente limitadas a áreas restritas do português europeu.

Comentarei de seguida algumas dessas grafias, e as inovações que elas testemunham, agrupando os textos onde ocorrem segundo um critério geográfico, dada a necessidade de conservar a perspectiva dialectal nos estudos de mudança linguística.

Textos de proveniência setentrional

São apenas dois textos (I e III), ambos arquivados pelo promotor de Coimbra, sendo o primeiro de proveniência desconhecida e o segundo de Ponte de Lima. Interessam quase exclusivamente, do ponto de vista gráfico, por atestarem a paragoge vocálica de *schwa*, /ə / ou /α/, junto da última sílaba de palavras oxítonas terminadas em vogal ou ditongo. As formas *maoes* para "maus" (I:1^a,1)¹¹ e *merceas* para "mercês" (III:4, 11) são nítidos resultados, por adição de letras, da tentativa de transcrição de um fenómeno de paragoge hoje encontrável em falantes minhotos. Parece legítimo intuir uma execução algo morosa destes textos, possivelmente acompanhada de soletração.

Textos de proveniência meridional

Os textos II, IV, V e IX, conservados pela Inquisição de Évora, foram todos eles lavrados em diferentes pontos do Alentejo (Portel, Montemor o Novo, Évora e Alcácer do Sal, respectivamente). Apenas um deles (texto IV) está isento de grafias que traíam a monotongação do ditongo /ej/, marca dialectal por excelência dos falantes portugueses meridionais¹²; nos outros observam-se as formas *tindero* (II:2), *Caera* por "Caeira" (II:14), *ede* por "heide" (V:1^a,5, 10), *ribero* (V:1^a,7) e *le* por "lei" (IX:1^a,14).

11 O número romano remete para o lugar do texto na antologia, o ordinal corresponde ao número de ordem da página e o último número é o da linha em que se encontra a forma citada. Para textos contidos numa só página omite-se o ordinal.

12 Cf., por exemplo, Luís Filipe Lindley CINTRA, "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses", *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983 (ed. original do artigo: 1971), pp. 117-163 (pp. 143, 154 e 161).

No texto IV surge por duas vezes a letra *x*, em vez de *ch* na grafia de formas que contêm etimologicamente uma africada palatal surda: *fexada* (IV:15) e *xagas* (IV:20). Esta substituição de *ch* por *x* revela a simplificação de /tʃ/ em /s/, fenómeno hoje estendido a todos os dialectos do centro e sul do português europeu.¹³

Também para a palatalização de /s/ implosivo é possível encontrar uma transcrição directa, agora no texto II, que inclui as formas *maix* (II:1^a,4) e *lluix* (II:1^a,12). O fenómeno encontra-se hoje nos dialectos centro-meridionais que desconhecem a articulação apical da fricativa /s/ e foi explicitamente testemunhado pela primeira vez só no século XVIII.¹⁴

Este mesmo texto II, que terá sido escrito em Portel, atesta a elevação, em posição pretónica e postónica, da vogal média /e/ para a vogal alta /ə/, fenómeno comum a todos os dialectos do português europeu, mas tradicionalmente datado de época tardia.¹⁵ À primeira vista parece arriscado acreditar-se em testemunhos gráficos para tal elevação, uma vez que ainda hoje a ortografia do português não tem sinal privativo para a transcrição de /ə/. Mas perante formas como *terazeiro* (II:1^a,3), *outeras* por "outras" (II:1^a,9), *Ceristam* por "cristão" (II:1^a,10) *esteragado* (II:1^a,18) e *teratar* (II:1^a,21), em que o grupo consonântico integrado por vibrante simples aparece transcrito, naturalmente acompanhado de soletração, com um /ə/ anaptíctico, torna-se evidente que àquela letra *e* é atribuído um valor alto. O autor deste texto de Portel parece não se aperceber da diferença entre a segunda sílaba de *outeras*, por exemplo, e a de *Caterina* (II:1^a,14). Das duas uma: ou sincopava o /e/ pretónico desta última forma, dizendo "Catr'ina", ao mesmo tempo que conservava o grupo consonântico de "outras", ou sujeitava os grupos consonânticos com vibrante a uma anaptixe de /ə/, vogal semelhante ao resultado da elevação do /e/ pretónico etimológico.

13 Para uma avaliação dos problemas levantados pela história desta evolução cf. Luís PRISTA, "Tentativa de cenário para tʃ > s", *Varição Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade. Actas do Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística. Miranda do Douro. Setembro de 1993*. Lisboa, APL-Edições Colibri, 1994, pp. 183-226.

14 Cf. Paul TEYSSIER, *História da Língua Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982 (ed. original: 1980), pp. 54-55. O primeiro testemunho é de 1746, de Luís António Verney.

15 A reflexão mais completa sobre os factores a considerar na datação deste fenómeno encontra-se em José G. Herculano de CARVALHO, "Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona", *Estudos Linguísticos*, vol. II. Coimbra, Coimbra Editora, 1984 (ed. original: 1962), pp. 75-103. Cf. também a recensão exaustiva da bibliografia sobre a história da elevação do vocalismo átono pretónico contida em Ana Maria MARTINS, *Elementos para um Comentário Linguístico do Testamento de Afonso II (1214)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986, pp.37-40.

Já o texto IX, de Alcácer do Sal, regista outras particularidades do português meridional. Uma é hoje facilmente reconhecível por qualquer falante leigo da variante padrão: a nasalização progressiva de “mesa”, que aflora na grafia *mensa* (IX:2^a,2); esta nasalização não era, pelo menos na época, exclusiva da forma “mensa”, uma vez que também se encontra a grafia *monsa* para “moça” noutro texto da Inquisição de Évora.¹⁶ Por outro lado, atesta este documento de Alcácer uma aparente evolução do ditongo /ow/ para /oj/ em posição final absoluta, contexto que não é o tradicional da alternância /ow/~/oj/ em português, reservado a sílabas iniciais ou mediais.¹⁷ Mas a forma *tomoi*, por “tomou” (IX:1^a,10) não deve remeter para a substituição de um ditongo por outro. É mais provável que revele a monotongação de /ow/, bem antiga em dialectos meridionais,¹⁸ seguida da prótese de /i/. Formas como *soi*, *encomendoj*, *estoi*, *queixoi*, *tornoi*, *tomoi*, *mandoi* podem reencontrar-se em textos de mãos alentejanas conservados pelos promotores da Inquisição, ao lado de grafias como *hei* para “é” e *estai* para “está”.¹⁹ Podemos, por conseguinte, agrupar à grafia *tomoi* do texto IX, as do texto V, de Évora, que testemunham também elas um /i/ paragógico alentejano: *porquei* (V:1^a,11) e *morei* por *moreri*, “morrer”, com omissão do segundo *r* (V:1^a,10).

Textos da região de Lisboa

O conjunto dos textos VI, VII e VIII quase só acresce novas grafias àquelas meridionais que tínhamos visto testemunharem a simplificação de /tʃ/, a evolução de /s/ implosivo e a elevação de /e/ pretónico e postónico.

Para ilustrar a simplificação da africada palatal surda encontramos o recurso ao dígrafo *ch* tanto para a escrita de formas que etimologicamente pediriam *x* — *abaCho* (VI:,1^a,22,28) *dibaCho* (VI:1^a,38) — como para formas com africada etimológica - *feiCha* (VI:1^a, 29), *aCha* (*loc. cit.*), *Chão* (VI:2^a,17) e *Chamase* (VI:2^a,26).

Já no texto VIII, redigido em Cascais, se encontra eco de uma articulação marcada (mas não obrigatoriamente palatal) do /s/ implosivo. O seu redactor, um sargento que servia na fortaleza de Nossa Senhora da Luz e

16 ANTT, Inquisição de Évora, liv. 226, *Cadernos do Promotor*, fl.406v, Sousel, 1641.

17 Cf. Luís F. Lindley CINTRA, “Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico”, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983 (ed. original do artigo: 1958), pp. 35-54 (p. 52).

18 Cf. *id.*, *ibid.*, p. 48.

19 ANTT, Inquisição de Lisboa, liv. 224, *Cadernos do Promotor*, fl. 230r, Lisboa, 1630 (o autor deve ser contudo do sul porque usa também a grafia *menza*); ANTT, Inquisição de Évora, liv. 223, *Cadernos do Promotor*, fls. 187r-188r, p191, Beja, 1653.

que aí acabou preso, confessava estar a iniciar-se na prática da escrita²⁰ e encontrou na hipercorreção uma forma de transmitir certa diferença fónica entre /s/ e /z/ de ataque de sílaba e os mesmos segmentos em posição de coda: os primeiros transcrevia sistematicamente por C e z, à excepção da abreviatura *snor*. (VIII:1^a,1;2^a,10), que devia integrar o seu léxico mental de irregularidades, e os segundos, sem qualquer excepção, transcrevia por s. Exemplos: *Caberam voCas Cenhorias*, por “saberão vossas senhorias” (VIII:1^a,3), *noCa Cenhora da lus*, “Nossa Senhora da Luz” (VIII:1^a,5;2^a,13), *noCa snor. do rozairo* (VIII:2^a,10), *eCa Canta Caza*, “essa santa casa” (VIII:2^a,7).

Em VII, texto de uma senhora, possivelmente nobre, de Lisboa, reencontra-se a transcrição de um /ə/ anaptíctico em posição postónica: *foremos* por “formos” (VII:12-13), *seremos* por “sermos” (VII:14). O problema de interpretação deste tipo de grafia já foi referido acima a propósito do texto de Portel. Ou havia uma verdadeira anaptixe nos grupos consonânticos com /r/ ou já se confundiam os resultados de /e/ elevado e sincopado com os grupos consonânticos tradicionais.

Quanto aos fenómenos privativos dos três textos lavrados em Lisboa e em Cascais, refira-se a anaptixe de /j/ antes de consoante palatal, testemunhada sobretudo nas grafias de V: *lonig* para “longe”, remetendo possivelmente para um ditongo nasal /õj/ (V:1^a,5), *peis*, grafia que, além de tudo, prova a palatalização do /s/ final (VI:1^a,6), e a já referida *feiCha* (VI:1^a,29); no texto VIII ilustra-se o mesmo tipo de ditongação com a grafia *paige* para “pagem” (VIII:2^a,1).

A referência final vai para o pormenor da forma *artelhairo* (VIII:2^a,41), que convive com formas em *-eiro*, mas que talvez corresponda a um lapso fonetizante motivado pela dissimilação do ditongo /ej/ em /aj/, característica da região de Lisboa.

20 Cf. VIII:34-36: “Calgento de uoCas Cenhorias q. numqa esCerue outro papel nem tomou materia nesta uida Cnãõ depois daqi prezo”. A expressão “tomar matéria”, dado o contexto, devia significar “exercitar a escrita fazendo cópias”; é uma aceção que se encontra, por exemplo, no texto de umas constituições eclesiásticas da época quando referem o cuidado que os mestres de meninos deviam ter na escolha dos modelos que os seus alunos haviam de copiar: “[...] mas as copias, que lhe derem, que chamaõ Materias, para escreverem, contenhaõ Oraçoens da mesma Doutrina da Igreja, ou boas, e virtuosas sentenças”. *Constituiçoens synodaes do bispado de Lamego, feitas pello illustrissimo, e reverendissimo senhor D. Miguel de Portugal [...]*. Lisboa, Miguel Deslandes, 1683, (sínodo celebrado em 1639), liv. I, tít. 1, cap. 7: “Que se ensine a Doutrina Christãa aos moços”. Também Rafael Bluteau, no seu *Vocabulario portuguez, e latino* (1712-1721), registava para a designação *Materia* o seguinte conceito: “O que o discipulo escreve de sua letra, imitando a do Mestre, escrita no traslado”.

Apêndice

Textos da primeira metade do século XVII, redigidos por mãos inábeis e conservados no arquivo da Inquisição

Normas de transcrição

A transcrição é conservadora, fiel, na medida do possível, às particularidades gráficas das formas originais.

A maior concessão normalizadora consistiu na regularização das fronteiras de palavra, uma vez que a hipersegmentação que caracteriza muitos dos textos dificulta bastante a respectiva leitura. Mas o modelo seguido na imposição de fronteiras de palavras não foi o da ortografia portuguesa contemporânea; seguiram-se antes os modelos coetâneos destes manuscritos os quais, por exemplo, aglutinavam graficamente os pronomes enclíticos aos verbos de que dependiam (transcreveu-se, assim, *Cospialhe* e não "*Cospia-lhe*", *Chamase* e não "*Chama-se*"); a longa sobrevivência dessa solução aglutinadora na história gráfica portuguesa justifica a escolha feita, já que se deseja respeitar o ambiente gráfico em que os textos foram produzidos. Para além disso, não se impuseram apóstrofes (muito raros na época) em casos de contracção, optando-se pela transcrição sem fronteira de palavra (ex: *mêconmendaCe* em vez de "*m'êConmendaCe*", *fasa mecer* em vez de "*fas'a mecer*", que correspondia a "*face à mercê*").

Outra normalização abrangeu a variação alográfica. Em fonética e fonologia históricas é apenas importante respeitar as escolhas alfabéticas que presidiram à elaboração dos textos. Uma vez identificado o sinal gráfico dentro do elenco dos símbolos alfabéticos (maiúsculos ou minúsculos) e dos não alfabéticos, as pequenas variações físicas que dependem de factores cursivos deixam de ser pertinentes.

As abreviaturas conservaram-se na transcrição mas, dada a dificuldade de reprodução mecanográfica de muitos traços manuscritos, foi necessário substituir os sinais de abreviatura por um símbolo convencional, independente de qualquer variação. Assim, as abreviaturas alfabéticas foram sempre transcritas acompanhadas de ponto final (ex: *pa.* corresponde a "*pera*" ou "*para*", *friz.* corresponde a "*Fernandes*") e a abreviatura não alfabética de *item*, a única que surge nos textos, foi substituída pelo sinal arbitrário #.

Não foi julgado legítimo reconstituir qualquer sinal ou palavra que a erosão tenha camuflado mas cuja forma facilmente se poderia depreender do contexto. Se a importância destes textos está no desrespeito que evidenciam pelas convenções gráficas, não pode nunca haver uma segurança absoluta quanto à grafia que ocupava o lugar da actual lacuna.

Para simbolizar informações supra-grafémicas, como a da topografia das formas, ou extra-grafémicas, como a dos acidentes materiais que impedem hoje uma decifração linear, recorreu-se a uma bateria de símbolos desenvolvida a partir de três fontes: a tradição filológica, a proposta contida num trabalho recente de Ana Maria Martins²¹ e as idiossincrasias dos textos a editar aqui:

/	mudança de linha ²²
//	mudança de coluna
///	mudança de página
[...]	fragmento não legível por deterioração material
[.]	sinal não legível por deterioração material
[?]	sinal de difícil leitura
[???	vocábulo ou trecho de difícil leitura
< >	texto na entrelinha (superior ou inferior)
{ }	texto cancelado
{.}	sinal ilegível por cancelamento
{...}	vocábulo ou trecho ilegíveis por cancelamento
{{ }}	texto manchado
\ /	texto coberto por segunda camada gráfica
{< >}	texto escrito em uma das margens (de cabeça, de pé, de dorso ou de goteira)
(-)	linha cancelada
(*)	linha em branco
(\$)	secção da página em branco

Uma última convenção diz respeito aos fólhos não numerados, que se indicam aqui com o sinal χ combinado com o número do fólio que imediatamente os antecede.

21 Ana Maria MARTINS, *Clíticos na História do Português: Apêndice Documental. Documentos Notariais dos Séculos XIII a XVI do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994, pp.xvii-xxvii.

22 No caso das quadras do documento I, dado que se reproduziu facsimilarmente a translineação, não se formalizou a mudança de linha com um símbolo.

I

ANTT, Inquisição de Coimbra, liv. 290, *Cadernos do Promotor*, fls. 230r-231v, s. l., [1612].

Quadras anónimas, arquivadas pelo promotor entre papéis de 1612. Não é possível localizar sequer a residência do autor do texto por este não estar acompanhado de qualquer carta de remessa redigida por um comissário ou por um familiar do Santo Ofício. As quadras e o sobrescrito ocupam as faces exteriores de uma folha inteira de papel.

fl. 230r

o castigo pa. os maoes
he liCito E eu o aprouo
mas tambem senhor repro<uo>
pera os bõns auer pãos
{DEclar}
declarome os da nacam
qe. uiuem e morem na fe
Desẽ daruore De iase
itas da reDenCam
POr que rezam não <terão>
Entre os bõns bom lugar
E porq. lhe ão de negar
ser de ilustre geracam
pois he rezam que não e<rra>
aparentandose deus
na tera com os iudeus
serem os milhores da te<rra> ///

fl. 231v

DE um co/²RioSo

II

ANTT, Inquisição de Évora, liv. 209, *Cadernos do Promotor*, fl. 194r-v, [Portel], 1615.

Carta de denúncia, escrita nas duas primeiras faces de uma folha inteira de papel por um autor anónimo, referindo delatos e testemunhas residentes em Portel.

fl. 194r

dominguas do ho Cazada Cõ bertollameu /² frzi. tindero dise que elle tinha Cõta Cõ
ella /³ pello terazeiro guabandose elle disto a pallo /⁴ jorge sapateiro desta uilla e a
maix pesoas /⁵ (*) /⁶ dizia mais quella auia de uiuer na sua lli /⁷ e se não auia de
fazer furar por hũ anell /⁸ e Cospiallhe no rosto e miiua no llume e Cos/⁹piallhe no
rosto e faziallhe outeras Couzas /¹⁰ moiitas de mão Ceristam, e o seu Comoniquar
he /¹¹ Cõ iudeuos (-) /¹²tas. Caterina lluix e seu marido (-) /¹³ (-) /¹⁴ Caterina Caera e
seu marido manoell /¹⁵ piz. /¹⁶ (-) /¹⁷ # manoell da uinha Caseriro desta uilla /¹⁸
homẽ esteraguado de iuramentos e toda /¹⁹ a uida amansebado dise diante de be/
²⁰rtollameu alluers parllauars Cõntera /²¹ a fe se o uisem teratar Cõ dioguo da /²²
uinha saramenho /²³ (-) /²⁴ # hũ omẽ de nasão dise diante de tas. /²⁵ que daua
a<o> diabo a seara e que se não///

fl. 194v

fora não sei por qu[?] quelle auia de por /² foguo e mais pallauars e foi fama nesta /³ uilla que elle se queria emforquar /⁴ tas. dominguos piz. # e manoell piz. /⁵ # e manoell frz. uizinho do biCho /⁶ # e guaspar allueres llabaredas
{<bars. fiz.>}

III

ANTT, Inquisição de Coimbra, liv. 296, *Cadernos do Promotor*, fl. 670r, Ponte de Lima, 1616.

Carta oficial, escrita na primeira face de uma folha inteira de papel, por Manuel Fernandes de Magalhães, avaliador dos bens confiscados e familiar do Santo Ofício em Ponte de Lima, que acompanha uma denúncia da autoria de um padre de São Miguel da Facha.

fl. 670r

aos des de nouenbro deste ano de seis sentos /² e dezaseis anos me deu hũa pesoa por /³ min reconh<e>sida hesa carta que cõ hesta uai /⁴ en que me requra a mandase a uosas merseas /⁵ eu como aualizador dos bis confisqados /⁶ aseiteia por ao presente não estarẽ fami/⁷liar nenhũa na tera e amtreguei a do/⁸minguos andrel por me parecer pesaa /⁹ de confiansa auendo de se fazer algũa /¹⁰ deligencia nisto ou noutra couza falrei /¹¹ como uosas merseas me mandarẽ cõ o segredo /¹² nesario conforme a obriguasão que temos /¹³ oie dezaseis de outubro de seis sentos /¹⁴ e dezeseis anos manoel frz. de magu {lh}/¹⁵his (-)

IV

ANTT, Inquisição de Évora, liv. 218, *Cadernos do Promotor*, fl. 392r, Montemor o Novo, 1630.

fl. 392r

Requerimento, feito na primeira face de uma folha inteira de papel, despachado em 1630, da autoria de um procurador anónimo que representa duas cristãs-novas, sentenciadas pelo Santo Ofício, a cumprir penitência em Montemor o Novo.

Emlustricimos /² senhores /³ (\$) /⁴ Dizem maria gomes e izabel gomes am/⁵bas yrmas que elas sairão no auto da /⁶ fee que se selebrou na çidade de lxa. /⁷ pr. a era de 1629 anos penitenciadas /⁸ elas soptas. (?) semper conteniaraõ com /⁹ cuas penitencias a igeria como he obri/¹⁰gasão elas cam mosas domzelas mui/¹¹to pobers e orfas imdo elas de madruga/¹²da por não terem quem as accompan/¹³he e estando elas ia iumto a igeria ti/¹⁴nhm tiradas as penitencias por ser de /¹⁵ madrugada estar a igeria fexada o al/¹⁶caide as permdeo e as liuou a cadeia do/¹⁷mde estam perza pelo q. /¹⁸ / (\$) /¹⁹ pedem a vosas ss. pelas cimquo /²⁰ xagas de yhus. xpo. ce compade/²¹cam de sua pobera e orfindade em /²² as mandar soltar et R esmola /²³ m.

V

ANTT, Inquisição de Évora, liv. 230, *Cadernos do Promotor*, fls. 536r-537v, Évora, 1631.

Carta de ameaça de denúncia na Inquisição, da autoria de João Machado, de 22 anos, natural e morador em Évora, alfaiate, filho de Brás Fernandes, requerente de almoxarife e de uma cristã-nova, casado com uma mulher parda e preso por adultério na cadeia pública de Évora por instância da mãe e da mulher. A mensagem e o sobrescrito, com o endereço do pai, ocupam as faces exteriores de uma folha inteira de papel.

fl. 536r

fasa mecer de me terem perzo e mais /² de andarem com bedises ja que {oz} uzo /
³ comigo deste modo eu uzarei dotro modo /⁴ com u.m. eu jrei a trade a mequição /
⁵ {e mef}{.} e me ede dezenfadar com minha /⁶ mai que nuqua o ela fora tam madita
 /⁷ casta amtam jrão a diogo ribero que /⁸ a tire de la {oobe} e o meu pai poços ande
 s /⁹ ser os seos dias comigo antam mas quei /¹⁰ logo me emforque que eu não ede
 morei /¹¹ mais que hũa ues porquei quem tem /¹² tam maldito pai e tam maldita mai /
¹³ não auia de parecer ou ter ge{m}<mte> ///

fl. 537v

A bars frzi. no outeiro /² de são uisente

VI

ANTT, Inquisição de Lisboa, liv. 227, *Cadernos do Promotor*, fl. 6r-v, Lisboa, 1645.

Carta de denúncia, escrita na primeira metade de uma folha inteira de papel, do punho de Antónia de Oliveira, moradora em Lisboa, casada com Gaspar de Cerqueira, sargento da companhia dos criados d'El Rei. A delata, acusada de feitiçaria, é Vicência de Faria tecedeira.

fl. 6r

esta molher a Çonheso uai por quatro annos dandose por /² Çasamentera deÇalrose
 por feitiseira que tinha Çomido muito /³ rem<e>dio nesta tera pelo o que sabia de
 feitisarias aonde /⁴ me dise que tomava Çabesa de bode negro pa. fazer friui/⁵douros
 Com muitas Çouzas diablíquas pa. fazer uir pessoas de muito lonig <teras> (-) /⁶
 toma a tera debaÇho dos peis i esta Com os olhos postos en m /⁷ mudandose a
 pesoa ua tomala pera lhe fazer fitisos isto me dise /⁸ ella /⁹ (-) /¹⁰ toma medidas das
 esCaidas i das porta por nastros da Cabesa i fallos /¹¹ en boquadinhos pera feitisos
 isto me dise ella que fazia /¹² (-) /¹³ tira almas da outra uida Com deuasão pera lhe
 falarem a suber /¹⁴ o que esta pera uir isto me dise que o tinha feito /¹⁵ (-) /¹⁶ toma a
 pedra dera i piza Com mais feitisos i da a beber /¹⁷ pera lhe darem isto me dise que
 fazia i se me fose nesesar /¹⁸ que ella mo faria a min mesma /¹⁹ (-) /²⁰ fas deusasais de
 santos defezos que <he> são diniel i <s>anto arasmo /²¹ Com quartas diabolíquas
 Com tres Candeinhas asezas nua sem /²² Camiza Com os Cabellos deitados pellas
 Costas abaÇho fazendo /²³ mezuras pelos Cantos de Caza i abre a genela fora doras
 i dis /²⁴ palauras diabolíquas pera <a>dro o Canpanro que ueia esta /²⁵ lhe ui fazer
 eu en sua Caza /²⁶ (-) /²⁷ toma hũa basora i enfeita i uistida Como molher i deita pella
 /²⁸ esCasda abaÇho di nuote fora doras Com palauras diabli/²⁹quas i feiCha a porta i

pola manha aCha ensima isto /³⁰ me dise ella que fazia /³¹ (-) /³² busqua galinha pellos munturos mortas Com feitisos pera /³³ firuidouros isto me diChe ella que fazia /³⁴ (-) /³⁵ furtarome hũa toalha de maos ella me dise que diente de mi /³⁶ faria Couza pera adiuinha quẽ ma tomara tomou ella hũa /³⁷ pinera Com hũa tizoura no buraCo da pineira Com hũa quar/³⁸ta diaboliqua dibaCho da pinera i a fes ballha Com pala/³⁹uras isto ui eu mesmo (-) ///

fl. 6v

aponto por testemunhas gaspar de serqra. meu marido que <a> sistio /² nesta Caza algũas anos /³ (-) /⁴ felipa lobata de bulhais mora en Caza de Caterina nobre na orta /⁵ sequa tam<be[?]> site en Caza de dona brites uiu<u>a que foi molher do Caua/⁶quo /⁷ (-) /⁸ o fiziCo <mor> da armada lopo dias da Cunha foi a tangere {...} /⁹ {...} /¹⁰ (-) /¹¹ fransisCo antunes mora na sua fazenda preto de nosa snar. /¹² dos liuais he fora hade uir daqui a quinze dias /¹³ (-) /¹⁴ maria doliura. ticideira en sua Caza assiste desta usensia de fa. /¹⁵ (-) /¹⁶ gaspar moso prado foro Criado do sargento mor bento misiel /¹⁷ mora no Chão do lorero /¹⁸ (-) /¹⁹ maria de faria tem tenda na Capela <del rei> sua prima /²⁰ (-) /²¹ ines di lião molher de hũa fiziquo que lhe {...}deu /²² ora mora no goguo da pela que lhe fazia as Cartas de/²³aboliquas que ella mo dise a mi mesma /²⁴ (-) /²⁵ sua mai irmã Consuantes nestas Couzas que todas /²⁶ tres trato nestas Couza Chamase a irmã estasia /²⁷ da siliua tena Comsiguo sua <mai> esta na Crauoera Chamas /²⁸ (-) /²⁹ luiza da silua

VII

ANTT, Inquisição de Lisboa, liv. 229, *Cadernos do Promotor*, fls. 442r-444v, Lisboa, [1648].

Cartas não datadas, arquivadas entre documentos de 1648, de Margarida de Azevedo e Vasconcelos, moradora em Lisboa, que se identifica como "pessoa nobre e recolhida". Em uma das cartas denunciavam-se várias culpadas de feitiçaria (fls. 442 e 444) e na outra carta segue uma nota de remessa da denúncia. É esta segunda, escrita na primeira face de uma meia folha de papel, que aqui se transcreve.

fl. 443r

pieдозos senhores Inquizidores /² (*) /³ Com este Vai hũ papel es/⁴crita por mim de algũas /⁵ couzas q. tinhamos sabido /⁶ na forma j as aponto /⁷ e pa. descargo de nosas com/⁸ciencias e não por credito /⁹ q. demos a nada dısto e pa. /¹⁰ quietasão de nosas com/¹¹fisõis pidimos a esse se/¹²nado aseite como se fore/¹³mos pesoalmente e isto por /¹⁴ seremos pessoas nobres e /¹⁵ Recolhidas e não se sa/¹⁶ber por credito de quem /¹⁷ nos possa uer pidimos cõ /¹⁸ umildade a Vosas mes. nos /¹⁹ dem ordem pa. noso com/²⁰fesor nos asoluer Visto di/²¹zerem ser cazo Rezeruado /²² e em tudo estamos pello /²³ que Vosas merces fizerem /²⁴ cendo que nos não tinhamos /²⁵ {<escupullo por nos não pareser culpa /²⁶ formada declaro q. toda a familia /²⁷ de meus pais e auos somos christãos /²⁸ uelhos Ds. gde. a Vosas mes. em a 4 fra. /²⁹ Margda. De Azeuedo e uascõcellos>}

q. ao dito domingos franCisqo lhe ui o fato na Ca/²⁷ma dele Capitam pela manham o in<de> busCar as Chaues e mais /²⁸ o ui abraCar e beigar na faCe e o dia e noute q. o dito domin/²⁹gos franCisqo la dromia nam Ce abria porta Ce não as no/³⁰ue oras do dia e nam dromindo Ce abria a Cinqo e todas estas /³¹ Couzas paCam na uerdade na forma esCritas e aCim o iuro aos /³² Cantos auangelhos e desenCarego minha ConCienCa oiie /³³ deradeiro de agosto deste prezen ano de mil CeisCentos /³⁴ Corenta oito anos Calgento de uoCas Cenhorias q. numqa es/³⁵Cerue outro papel nem tomou materia nesta uida /³⁶ Cnão depois daqi prezo /³⁷ Gaspar ioão da Costa /³⁸ (-) /³⁹ testemunhas /⁴⁰ antonio luis alfate /⁴¹ domingos fereira artelhairo /⁴² biCente da Costa artelhairo // antonio manuel ///

fl. 440r

IX

ANTT, Inquisição de Évora, liv. 220, *Cadernos do Promotor*, fl. c30r-v, Alcácer do Sal, 1649.

Carta de denúncia, relativa ao carcereiro da cadeia pública de Alcácer do Sal, escrita em nome de vários preses por mão não identificada. O texto da carta e o sobrescrito ocupam as faces exteriores de uma meia folha de papel dobrada.

Senhores enquisidores /² (*) /³ os prezos da cadeia de alcasere do sal /⁴ fasemos a saber a uosas merses que /⁵ nesta tera esta hũa ioão roiz. coseiro /⁶ cristão nouo natural da vila de araolhos /⁷ que ora serue a dois meses de casereiro/⁸ nesta cadeia que uindo hũa note destas/⁹ de iugar pera casa se foi a hũa cristo/¹⁰ e o tomoi nas maus e dize estas palauars /¹¹ uem qua tu não mo prometeste de mo dar /¹² pera que mo tiras es hũa emposteiro agora /¹³ te digo que não quero cre em ti si senão/¹⁴ na minha le e tomo o cristo e lhe deu mui /¹⁵ tas pancadas que o crebo agora fasemos /¹⁶ estas regas a uosas merses pera nos desen /¹⁷caregamosnos agora dis que se quer pasar /¹⁸ a castela testemunhas manoel da silua /¹⁹ anto. glz. tome gonsalues manoel saram /²⁰ felipa nunes frca. gonsalues todos perzos / nesta cadeia

fl. c30v

Aos senhores enquizi/²dores na mensa do santo /³ ofisio na sidade de /⁴ euora uai da ca/⁵deia de alcasere /⁶ do sal

Résumé

Dans ce travail, on édite un ensemble de neuf textes portugais de la première moitié du XVII^e. siècle, des preuves rassemblées par les promoteurs du Saint Office de l'Inquisition, textes issus des mains d'exécutants qui n'étaient pas des professionnels de l'écriture. Le but du travail est de démontrer la portée du témoignage de ce type de document quand on prétend reconstruire à travers l'étude des graphies la substance phonologique du portugais de l'époque. On identifie des transcriptions quasi-phonétiques et des hypercorrections qui démontrent que des locuteurs portugais de la première moitié du XVII^e. siècle connaissaient une série d'innovations qui pourraient être considérées comme tardives, soit parce que les grammairiens ne les évoquent qu'à partir du XVIII^e. siècle, soit parce qu'elles se trouvent, encore aujourd'hui, limitées aux domaines liés au portugais européen. Les textes sont groupés par des critères géographiques, étant donné la nécessité de garder cette perspective dans les études de changement linguistique.

O Termo *Sintaxe**

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

De modo geral consideram-se as *construções*, unidades maiores que a palavra, como o campo de estudo da *sintaxe*. Neste artigo historiamos o termo *sintaxe*, tomando como ponto de partida a segunda metade do século XV. Do esboço histórico resulta a constatação de que noções como *construção*, *constituente*, *oração* nem sempre foram relevantes para a *sintaxe*.

0. Introdução

Uma das dificuldades em se trabalhar com teorias gramaticais de épocas diferentes é a interpretação que se atribui a termos que permaneceram em uso ao longo do tempo, mas que, ao terem implicações distintas daquelas de seu emprego na atualidade, tornam difícil para o pesquisador a compreensão das propostas apresentadas, ou conduzem-no a uma interpretação equivocada dos textos que lê. Neste artigo fazemos uma breve história do termo *sintaxe* e de outros a ele relacionados, a saber, *gramática* e *construção*.

Fazemos, no entanto, quatro cortes. O primeiro é temporal. Recuamos até o século XV, quando os vernáculos começam a ser apresentados em *artes de gramática*. Este histórico não alcança, por conseguinte, as gramáticas da Antigüidade. O segundo é geográfico: quando focalizamos o estruturalismo, detemo-nos no estruturalismo norte-americano. Por fim, tratamos cada quadro teórico em termos de linhas gerais, e, no caso da gramática gerativa, focalizamos o modelo Princípios e Parâmetros (P&P).

Organizamos o artigo em três secções que focalizam tais termos, sucessivamente, na gramática tradicional, no estruturalismo e na gramática gerativa.

1. A Sintaxe Tradicional

À primeira vista, o tempo manteve inalterada a compreensão do que

* Este trabalho constitui-se numa versão modificada e ampliada de trabalho apresentado no Simpósio Nacional Interdisciplinar "Estruturalismo: Memória e Repercussões" (UFMG/ março de 1995) durante a mesa-redonda "A Abordagem Estrutural em Sintaxe". Agradeço os comentários das participantes da mesa, Profs. Maria Angela Botelho e Bruna Franchetto, mas assumo os eventuais problemas que o texto apresente. Esta pesquisa tem sido em parte proporcionada por bolsa CNPq 300699/84-0 (NV).

seja a *sintaxe*. O termo tradicionalmente nomeou a parte da gramática que estudava as unidades maiores do que a *palavra*.

O discurso gramatical era, então, eminentemente pedagógico em sentido amplo, como Carlos Magno (742-814) já deixara registrado: "*assim como as regras monásticas ordenam os costumes honestos, assim também ensinar e aprender ordenam e ornamentam a junção das palavras, de modo que aqueles a que apetece agradar a Deus pelo reto viver devem também agradá-lo não negligenciando o falar correto*" (Apud Amsler 1989: 175-6 - tradução nossa¹). Tornar um homem *grammaticus*, resultado do ensino gramatical, era inseri-lo num contexto de ordem social (cf. Amsler 1989: 176). Cerca de seis séculos mais tarde, na primeira gramática latina da Península Ibérica a introduzir exemplificação em vernáculo, o *Baculo Cecorum*, de Juan de Pastrana (1462), e em seus muitos comentaristas, o objetivo final do ensino de *gramática* ainda era a formação do *grammaticus*:

- (i) a. *A gramática é a arte que ensina o público comum, a qual consiste em três partes que tornam o homem gramático*².
(Rombo. *Materiarum editio ex baculo cecorum a petro rombo...* Lisboa: Valentim Fernandes. 1497. fol aaij);
- b. *Três são [as partes] que tornam o homem gramático*³.
(Vaz. *In grammaticae rudimentis comentarii*. Lisboa: Hermão de Campos. s.d. fol. aj').

Nesse contexto, a gramática era composta por partes que tinham como unidade essencial a *palavra*:

*A primeira [parte] é o conhecimento dos vocábulos. Onde cada vocábulo ou é um nome, ou é um verbo, ou é um advérbio⁴, denominando-se o vocábulo muitas vezes por dição. A segunda é a própria declinação. E a declinação é a manutenção do início e a variação da terminação. Declina-se o nome por suas declinações; o verbo, pelas conjugações; o advérbio não se declina. A terceira parte é a própria construção. E se faz por quatro maneiras, a saber: entre o substantivo e o adjetivo, entre o relativo e o antecedente, entre o suposto e o verbo e quando uma palavra exige outra depois de si.*⁵

1 "sicut regularis norma honestatem morum, ita quoque docendi et discendi instantia ordinet et ornet seriem verborum, ut, qui Deo placere appetunt recte vivendo, et etiam placere non neglegant recte loquendo".

2 "Grammatica est ars docens comune vulgagium quod consistit in tribus que faciunt hominem grammaticum."

3 "Tria sunt que faciunt hominem grammaticum."

4 Advérbio inclui não só o que denominamos atualmente advérbios, como *hodie, unde, multum, bene, prudenter, non*, mas também conjunções, como *nec, aut, vel, et, sed*. (Pastrana 1497: dij r-v). Em outros autores, podia ainda incluir as preposições.

5 "Primum est cognitio vocabulorum, unde omne vocabulum aut est nomen aut verbum aut

As duas primeiras diziam respeito, respectivamente: (a) às *pars orationis*; e (b) às categorias flexionais que Anderson (1985: 172) denomina *categorias inerentes*, isto é, aquelas “que refletem uma propriedade cujo domínio é a própria palavra flexionada” (*id. et ibid.*), basicamente aquelas do nome e do verbo, os “dous reis” de “todalas linguagens”, como dizia Barros (1540 [1957]: 1). Compreendia ainda o estudo das palavras invariáveis.

A terceira tratava da *sintaxe*, ou melhor da *sintaxe regular* ou *ordinata*, uma vez que a *sintaxe irregular* ou *figurata* ficava para a retórica (Padley 1985). Cerca de um século mais tarde, em João de Barros (1540 [1957]: 2), a *sintaxe* aparecia como uma das partes da gramática, “a que responde à construção”, o mesmo na famosa gramática de Port Royal de Arnauld & Lancelot, já no século XVII (*Chapitre xxiv. De la Syntaxe, ou Construction des Mots ensemble*—1660 [1969]: 103). Seria essa uma definição extremamente atual, não fosse o termo *construção* ter, por sua vez, mudado de significado com o tempo.

A *construção* gramatical (ou melhor, a *constructio ordinata*), pelo menos até o século XVII, era uma unidade definida por dois aspectos. Primeiramente pelas três *concordâncias* ou *conveniências*, decorrentes de variações que se dão, basicamente, na forma do nome e do verbo, variações que se estabelecem: (a) ou entre o nominativo, ou suposto, e o verbo, ou aposto; (b) ou entre o nome e o adjetivo; (c) ou entre o relativo e seu antecedente. Em segundo lugar, pela *regência* ou *regimento*. A *sintaxe* era, por conseguinte, uma extensão do estudo das propriedades formais da flexão expressas em termos de *categorias de concordância* e de *categorias relacionais*⁶, respectivamente, aquelas que “dependem das propriedades de outras palavras na estrutura” ou que são “impostas pela posição estrutural ocupada pela palavra” (Anderson 1985: 172).

O foco desta *sintaxe* é a *palavra*, e de seu estudo não emergem noções como *estrutura* ou *hierarquia de constituintes*. Neste contexto não há lugar na gramática para *sentença* e *oração*, unidades da retórica, referidas na parte final dos capítulos sobre a *sintaxe* (ou melhor, na *sintaxe irregular* ou *figurata*): as *figuras*⁷. Não vale aqui substituir *suposto* ou *nominativo* pela

aduerbium. sumendo vocabulum large per dictione. Secundum declinatio eorum & declinatio est principij retentio & finis variatio. Nomen declinatur per suas declinationes. verbum suas per coniugationes. aduerbium non declinatur. Tertium constructio ipsorum Et fit quatuor modis. scilicet. inter substantiuum & adiectiuum. inter relatiuum & antecedens. inter suppositum & verbum. & quando una dictio exigit aliam post se.”

6 Cf. distinção entre categorias inerentes, relacionais e por concordância em Anderson (1985:172 ss).

7 Mesmo aqui, a ênfase recai sobre *ostropos*, isto é, figuras que envolvem um desvio do uso de uma palavra. As sete *figuras* geralmente focalizadas são: *metáfora*, *sinédoque*, *metonímia*, *antonomásia*, *onomatopéia*, *catacrese* e *metalepse*.

noção atual de *sujeito*. O *suposto* equivale ao nome quando suas propriedades são, em parte, marcadas também no verbo. Não é um constituinte de uma estrutura mais ampla que está em questão, mas um conjunto de marcas morfológicas do nome e sua repetição no verbo — ou, usando de uma metáfora atual, da cópia de traços entre partes do discurso.

Considerar a *sintaxe regular* como o estudo da concordância e também da regência gerou uma conseqüência (inusitada aos olhos atuais) para os estudos tradicionais. A transposição do modelo de análise baseado na *palavra*, empregado nas gramáticas gregas, latinas e também sanscricas — o modelo *Palavra e Paradigma* (Hockett 1954) — para a análise quer das línguas européias, quer das línguas reveladas pelos Descobrimentos levou, num primeiro momento, à relutância em se considerar que as línguas vernáculas tivessem sintaxe⁸. As três *concordâncias* — entre o nome e o adjetivo, entre o nominativo e o verbo e entre o relativo e o antecedente — eram consideradas *naturais*, *i.e.*, traços presentes em todas as línguas. No entanto, ao reconhecer que os vernáculos não tinham casos ou apresentavam menos casos morfológicos que o latim, esses gramáticos não tinham como levar a cabo o estudo da regência⁹. São inovadoras para sua época, portanto, afirmações sobre a natureza *acidental* da *regência* e a introdução das questões de ordem das palavras: “cada nação tem sua ordem” — afirmava Barros (1540 [1957]: 42), observação que seria ainda digna de nota na gramática de Port Royal: “umas [línguas] fazem o regime através de casos, outras, em vez de casos, empregam apenas pequenas partículas que os substituem, não indicando senão um pouco desses casos, como em francês, e em espanhol só se dispõe de *de* e *de à*, que indicam o genitivo e o dativo. [...] Os outros casos não têm partículas, mas o simples artigo, que também nem sempre está presente” (Arnauld & Lancelot 1660 [1992]: 138). Como pano de fundo, a questão da *universalidade*: a diferença entre as línguas podia não ser tão profunda; afinal, “*Havia hũa só lingua quando a razão era mais unida*” (Reboredo 1619: b4^v). A diferença entre as línguas se resumiria à flexão, à ordem e, evidentemente, ao léxico. É o que se depreende, por exemplo, desta introdução a um método de ensino de línguas estrangeiras muito adotado na época, a julgar pelo número de edições que teve

8 É essa uma diferença de monta entre as *três línguas sagradas* e os vernáculos. Em propostas de ensino de línguas surgidas nesse período, como a *Janua Linguarum* jesuítica, chega a afirmar-se que “... en las lenguas vulgares [...] no es necessario aprender cientificamente las cosas que tocan al methodo de la Grammatica” (Bathe 1611: fol. 35).

9 Uma saída foi a proposta de se considerar que as línguas vernáculas apresentavam casos “abstratos”, reconhecidos pelas preposições que os regiam. É a proposta, por exemplo, de Petrus Ramus (cf. Padley 1985: 43 ss).

(cf. Rosa 1994a): “O Mestre, que quizer meter em outras linguas o Discipulo [...], como na Italiana, Francesa, Grega, Hebraea &c. Ensine nella a declinar, & cõjugar, ajuntãdo as irrigularidades a hũa partes [...] em lugar dos exemplos Latinos [...] meta, como fica ditto, os da lingua que quer ensinar” (Reboredo 1619: c2^v)¹⁰.

O século XVIII assiste à introdução de uma nova terminologia, importada da lógica aristotélica: *sujeito* (ao lado de *predicado*) começa a substituir *suposto* (ao lado de *aposto*), ou mesmo *nominativo*. Aliada à nova denominação, as questões de ordenação, que ganham ênfase com a descrição de vernáculos: “O nome está no caso nominativo quando é o Sujeito de um Verbo, e então costuma vir, no Sentido correto, antes do Verbo” (Lane 1700. *Apud* Padley 1985: 184). Ainda aqui estamos frente a questões decorrentes da *palavra*, numa classificação semântica tripartite (Padley 1985: 188): o *nome* e o *verbo* são semanticamente independentes, ao passo que as *partículas* (ou seja, as preposições, os advérbios e as conjunções) não o são¹¹; a *sentença* ou *proposição*, “grupo de palavras com sentido completo”, começa, contudo, a tornar-se uma unidade da gramática, ou melhor, da “sintaxe regular”¹².

O contacto com as línguas da Índia não retirou da *palavra* seu lugar de unidade básica de estudo. A preocupação com uma *língua-mãe*, a partir de então, deixou de ter como base etimologias muitas das vezes fantasiosas e passou a pautar-se nas mudanças de som. Desenvolveu-se o campo da fonética. A procura das raízes básicas de uma proto-língua acabou por fixar uma nomenclatura hoje familiar na morfologia, como *raiz*, *tema*. A *sintaxe histórica* mantém-se, porém, uma sintaxe que depende da *palavra*. Uma consulta ao índice da *Syntaxe Historica Portuguesa* de Epiphânio Dias (s.d.) demonstra que ali, nas 442 páginas, tratar-se-á de *preposições que substituem casos latinos* (p.108-150), de *preposições que não substituem casos latinos* (p.157-164), das *palavras nominais*, dos *verbos*, dos *advérbios*. Em suma: da concordância, da regência, mas já se reserva espaço, embora pequeno, (p.310-330) para a colocação e, portanto, para a noção de oração;

10 A diferença na ordem de palavras em diferentes línguas era marcada, na obra de Reboredo, por meio de números sobrescritos nas palavras das línguas comparadas. As frases das línguas postas em confronto ficavam lado a lado na edição.

11 Esta dependência não é específica da Sintaxe: está presente nas partes da gramática que tratam das unidades constitutivas da palavra — as letras e as sílabas — estudadas, respectivamente, pela Ortografia e pela Prosódia.

12 Cabe notar que, por volta do mesmo período, a sentença torna-se uma unidade ortográfica (cf. Rosa 1994b).

afinal a ordem de elementos pressupõe uma unidade maior como referência. A palavra continua, no entanto, a ser a unidade básica de estudo¹³.

O estruturalismo rejeitaria esse modelo de análise.

2. A sintaxe estruturalista norte-americana

No contexto estruturalista, *gramática* é um conceito que diz respeito à descrição do sistema de uma língua de uma comunidade lingüística. *Gramática* é o campo das unidades que têm som e significado:

Podemos dividir a gramática de modo conveniente em morfologia e sintaxe. A sintaxe pode definir-se, grosso modo, como o conjunto de princípios de organização das construções formadas pelo processo de derivação e flexão (palavras) em construções mais vastas, de espécies diversas. Nem sempre é clara a distinção entre morfologia e sintaxe. Para algumas línguas, esta definição de sintaxe é razoável, enquanto que, para outras, levanta dificuldades consideráveis. Não é, porém, possível uma discriminação mais satisfatória que abranja as línguas em geral." (Gleason Jr. 1955: 137).

Assim Gleason Jr. introduz o leitor no capítulo em que começará a abordar as "unidades mais vastas da gramática", sobre constituintes imediatos e sobre a noção de *construção*, entendida agora como "*todo e qualquer grupo significativo de palavras (ou morfemas)*" (Gleason Jr. 1955: 141). Embora ressalve que a distinção entre *morfologia* e *sintaxe* não é necessariamente clara, ele e outros lingüistas da época consideraram a *morfologia* como "a gramática interna das palavras" e a *sintaxe*, como o estudo de "sua gramática externa e das seqüências de palavras" (Wells 1947: 197n), ou, dito de outro modo, da "descrição compacta da estrutura de enunciados numa determinada língua" (Harris 1946: 142).

Uma das razões para a indefinição na fronteira entre *morfologia* e *sintaxe* decorre de se ter procurado evitar a noção de *palavra*, tratando palavra, sintagma, oração como unidades do mesmo tipo, distintas, basicamente, pelo número de morfemas concatenados. A *palavra* constitui-se numa unidade problemática, caso não se leve em conta a expressão escrita (Gleason Jr. *id. et ibid.*). A dificuldade em conceituá-la provém do fato de que uma palavra definida com base em critérios fonológicos não coincide necessariamente com uma palavra definida segundo critérios morfológicos ou sintáticos. Assim, por que não, pelo critério de substituição, ir do *morfema* para o

13 Veja-se, a título de ilustração, a definição de regência em Carlos Góes (1931: 15): "*REGÊNCIA é a parte da Syntaxe, que estuda as relações de determinação, que mantêm entre si as partes do discurso. [...] Consideradas quanto à determinação classificam-se as palavras em: a) palavras de sentido intransitivo ou absoluto; b) palavras de sentido transitivo ou relativo.*"

enunciado (proposta de Harris 1946), tornando a *palavra* uma unidade desnecessária?

Ao contrário da *palavra*, a noção de *sentença* não foi problematizada: "A sentence is a form which, in the given utterance, is not part of a larger construction" (Bloomfield 1926: 28). A *sentença* é a *construção* máxima da *sintaxe* e é no interior dessa unidade que serão estudados os padrões de constituintes¹⁴. O *morfema* substitui a *palavra* enquanto unidade básica da morfologia e da *sintaxe*: "no estudo gramatical estamos voltados para os morfemas e seus arranjos" (Gleason 1955). Está bem estabelecida, portanto, em meados do século XX, uma *sintaxe* que trabalha com noções como *constituente* e *hierarquia de constituintes*.

O estruturalismo norte-americano foi essencialmente aglutinativo, no sentido de que toda a análise constituiu-se na (de)composição em unidades e na busca de padrões de combinação. *Sintaxe*, morfologia, fonologia seguiam os mesmos passos, apenas em níveis diferentes. Neste sentido, "o estruturalismo não propiciou o aparecimento de uma teoria sintática propriamente dita, mas de uma análise sintática" (Maria Angela Botelho Pereira - c.p.).

A tentativa de situar a lingüística entre as ciências naturais, gerando a busca de leis ou princípios gerais que fundamentassem explicações sobre fatos lingüísticos levantaria críticas e o subsequente abandono do descritivismo estruturalista (a esse respeito, v.Dillinger 1991, caps. 1 e 2).

3. Sintaxe Gerativa

A gramática gerativa deste final de século vem buscando desenvolver respostas para dois problemas, decorrentes de sua visão de *língua* como um fenômeno individual, na medida em que "é um sistema representado na mente/cérebro de um determinado indivíduo" (Chomsky 1988: 36). Primeiramente, o de alcançar *adequação descritiva*, isto é, como dar conta do estágio estacionário alcançado por um falante adulto em sua língua materna; em outras palavras: a gramática de uma língua é uma teoria sobre essa língua, não uma descrição. Em segundo lugar, o de alcançar a *adequação explicativa*, isto é, como representar o estágio inicial ou *faculdade da linguagem* (cf. Chomsky & Lasnik 1995: 3).

Concebido como pertencente a uma hipótese acerca de um sistema cognitivo, o termo *sintaxe* dá lugar a *sistema computacional*, que tem o papel de ser o responsável pela seleção e integração de elementos especifi-

14 Wells (1947: 197): "The task of IC-analysis is the task not of describing what utterances occur, but of describing after these utterances have been given, what their constituents are."

cados pelo léxico para a formação de expressões lingüísticas (Chomsky & Lasnik 1995: 6); em outras palavras: o sistema computacional combina elementos do léxico para criar estruturas e descreve seus movimentos.

A sintaxe, como já o fora em Jespersen (Chomsky & Lasnik 1995: 3), é que pode responder pelo que é comum a todos os seres humanos no que respeita à faculdade da linguagem: "*If these ideas prove to be on the right track, there is a single computational system C_{HL} for human language and only limited lexical variety*" (Chomsky & Lasnik 1995: 7).

Nesse contexto, as generalizações relevantes a respeito das línguas devem dizer respeito às estruturas de todas as línguas ou a todas as estruturas de uma língua (Dillinger 1991: 37); por conseguinte, a noção de *construção* perde interesse, porque as construções "*do not appear to be "natural kinds" for the theory of language; they do not seem to have any theoretical status in an explanatory theory of language and mind*" (Chomsky 1987: 24). Do mesmo modo, na procura de leis gerais sobre o conhecimento lingüístico, importam *princípios*, não *regras*: "*Considerations of the sort reviewed above lead to a conception of UG as a virtually rule-free system*" (Chomsky 1986: 93). *Construções e regras* dizem respeito a coleções de dados que independem de propriedades da mente/cérebro do falante. Dizem respeito à língua-E, a um quadro descritivista: não são primitivos numa teoria. As construções, frases, o português ou qualquer outra língua não existem prontos fora do indivíduo. O português ou qualquer outra língua "*apenas existe enquanto um conjunto de valores paramétricos que as pessoas [...] têm em suas cabeças [...]*" (Uriagereka 1995: I, 11).

4. Considerações Finais

Pensamos inicialmente em intitular este artigo como "O Surgimento da Sintaxe", ressaltando, desse modo, o aparecimento e consolidação da noção de *constituente*, muito forte neste nosso século. Com isso esquecíamos, no entanto, que subdivisões como *morfologia, sintaxe, flexão, derivação* só têm significado nos limites de um quadro teórico. Se ficamos encantados ao ver (re)ssurgir a noção de sentença com as questões de ordem de palavras que ganharam evidência com o estudo da regência de línguas vernáculas, também o ficamos ao vermos as questões de ordenação, no desenvolvimento mais recente de P&P, o Programa Minimalista, serem encaradas como fonologia (Marantz 1995: 381): afinal, o movimento deve esperar, o quanto for possível, até depois de Spell-Out¹⁵, ou então afetar a pro-

15 Numa computação, ponto em que a derivação se subdivide para alcançar as duas interfaces, LF e PF.

núncia da sentença. As explicações interessantes que vêm surgindo, como afirma Marantz (1995: 380) estão nos níveis de interface. Assim, Marantz fala no "fim da sintaxe" (Marantz 1995: 380-1). Olhando para o quadro histórico aqui esboçado, podemos colocar esse "fim" entre aspas: estamos assistindo ao surgimento de mais uma concepção para o termo.

Résumé

On considère d'une manière générale les *constructions*, unités plus grandes que les mots, comme le domaine d'étude de la syntaxe. Dans ce travail on procède à l'historique du terme *syntaxe*, en prenant comme point de départ la deuxième moitié du XV^e. siècle. De cette esquisse historique résulte la constatation que des notions comme *construction*, *constituants*, *proposition* n'ont pas toujours été significatives pour la syntaxe.

5. Bibliografia

- AMSLER, M. 1989. **Etymology and Grammatical Discourse in Late Antiquity and the Early Middle Ages**. Amsterdam: J. Benjamins.
- ANDERSON, S. R. 1985. Inflectional Morphology. In: SHOPEN, T. **Language Typology and Syntactic Description: Grammatical Categories and the Lexicon**. Cambridge, Gr. Brit.: The Cambridge University Press.
- ARNAULD & LANCELOT. [1660]. **Grammaire générale et raisonnée**. Paris: Paulet. 1969. Versão brasileira: **Gramática de Port-Royal**. Trad. B. F. Bassetto e H. G. Murachco. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- BARROS, João. 1540. **Gramática da língua portuguesa**. 3a. ed. org. por J. P. Machado. [Lisboa]: s.e. 1957.
- BATHE, W. 1611. **Janua linguarum siue modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas**. Salamanca: Fraciscum de Cea Tesa.
- BLOOMFIELD, L. 1926. A set of postulates for the science of language. In: JOOS, M. ed. **Reading in Linguistics I**. Chicago: The University of Chicago Press. p. 26-31.
- CHOMSKY, N. 1986. **Knowledge of Language**. New York: Praeger.
- _____. 1987. **Transformational grammar. Past - present - future**. ms.
- _____. 1988. **Language and Problems of Knowledge**. Cambridge, Mass: MIT.
- CHOMSKY, N. & LASNIK, H. 1995. The theory of Principles and Parameters. In: CHOMSKY, N. 1995. **The Minimalist Program**. Cambridge, Mass: MIT.
- DIAS, Epiphânio. s.d. **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Clássica. [1970].
- DILLINGER, M. 1991. **Princípios e parâmetros**. Belo Horizonte: UFMG. mimeo. Tese para Prof. Titular.
- GLEASON Jr., H. A. 1961. **Introdução à lingüística descritiva**. Trad. J. Pinguelo. Lisboa: Calouste Gulbenkian. [1978].
- HARRIS, Z. 1946. From morpheme to utterance. In: JOOS, M. ed. **Reading in Linguistics I**. Chicago: The University of Chicago Press. p. 142-153.
- HOCKETT, C. F. 1954. Two models of grammatical description. In: JOOS, M. ed. **Reading in Linguistics I**. Chicago: The University of Chicago Press. p. 386-399.
- _____. 1958. **A Course in Modern Linguistics**. New York: MacMillan

- MARANTZ, A. 1995. The minimalist program. In: WEBELHUTH, G., ed. **Government and Binding Theory and the Minimalist Program**. Oxford: B. Blackwell.
- PADLEY, G. A. 1985. **Grammatical Theory in Western Europe 500-1700. Trends in Vernacular Grammar I**. Cambridge: The Cambridge University Press.
- _____. 1988. **Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700. Trends in Vernacular Grammar II**. Cambridge: The Cambridge University Press.
- PASTRANA, Juan. 1497. **Grammatica Pastrane**. Lisboa: Valentim Fernandes.
- REBOREDO, A. 1619. **Methodo grammatical para todas as linguas**. Lisboa: Pedro Craesbeck.
- ROMBO, P. 1497. **Materiarum editio ex baculo cecorum a petro rombo...** Lisboa: Valentim Fernandes. 1497.
- ROSA, M. C. 1994a. Um exemplo de descrição pedagógica no século XVIII: o *Specimen Linguae Brasilicae Vulgaris* e a tradição jesuítica de ensino de segunda língua. In: **Terceira Margem**. 2 (2): 181-189.
- _____. 1994b. **Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras. 2 vol. mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística.
- URIAGEREKA, J. 1995. Rhyme and Reason. ms.
- VAZ, J. s.d. **In grammaticae rudimentis comentarii**. Lisboa: Hermão de Campos. s.d.
- WELLS, R. S. 1947. Immediate constituents. In: JOOS, M., ed. **Reading in Linguistics I**. Chicago: The University of Chicago Press. p. 186-207.

A acentuação gráfica em João de Barros e elementos nulos no *SN*

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Universidade Estadual de Londrina

Resumo

João de Barros emprega um sistema ortográfico em "Diálogo da Viciosa Vergonha" (DVV), "Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem" (DLNL) e na "Gramática da Língua Portuguesa" (GLP), que já chamou a atenção de vários estudiosos. Teyssier (1966), por exemplo, analisa o modo em que são transcritos as vogais orais *a*, *o* e *e* em João de Barros, a fim de investigar a pronúncia das vogais portuguesas no século XVII. O autor conclui, após um levantamento estatístico da ocorrência da acentuação nas palavras, que João de Barros não é consistente ou coerente com o sistema que propõe.

Neste trabalho, porém, mostro que o sistema criado por João de Barros pode mostrar não somente aspectos fonológicos da língua portuguesa dessa época, mas também aspectos sintáticos. Nesse caso os resultados de minha pesquisa mostram que, ao contrário dos resultados em Teyssier (1966), João de Barros é bastante coerente e consistente, se analisarmos parte sua acentuação em clíticos e certos determinantes como expressão da estrutura sintática. Essa interpretação é possível graças a uma análise feita dentro do arcabouço teórico da gramática gerativa.

João de Barros emprega um sistema ortográfico em "Diálogo da Viciosa Vergonha" (DVV), "Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem" (DLNL) e na "Gramática da Língua Portuguesa" (GLP), que já chamou a atenção de vários estudiosos. Teyssier (1966), por exemplo, analisa o modo em que são transcritas as vogais orais *a*, *o* e *e* em João de Barros, a fim de investigar a pronúncia das vogais portuguesas no século XVI. O autor conclui, após um levantamento estatístico da ocorrência da acentuação em palavras, que João de Barros não é consistente ou coerente com o sistema que propõe.

Neste trabalho, porém, mostro que o sistema criado por João de Barros apresenta não somente aspectos fonológicos da língua portuguesa dessa época, mas também aspectos sintáticos. Os resultados de minha pesquisa mostram que, ao contrário dos resultados em Teyssier (1966), João de Barros tem um sistema coerente de assinalar, através da acentuação gráfica, a estrutura sintática de determinados sintagmas nominais.

Salta à vista, por exemplo, o fato de pronomes oblíquos ("clíticos") de terceira pessoa receberem acentuação gráfica. Não somente esses, mas outros elementos, considerados demonstrativos pela gramática normativa, também recebem essa acentuação, como mostram os exemplos (1)-(6):

- (1) Filho - Sam os cadernos da gramática da linguagem da língua portuguesa, que compôs pera o príncipe nósso senhor?
Pái - Esses sam ôs que péço. (DVV, 18-19, 413)
- (2) ... quero-te dizer a cáusa déla, e quam louvada nós de tua idade é a necessária... (DVV, 41-42, 414)
- (3) E nisto farei ô pera que pedia estes cadernos da gramática, que éra escrever algũa cousa morál pera doutrinar ôs de tua idade... (DVV, 43-44, 414)
- (4) Eu esse queria tomár, se ô soubér. (DLNL, 69, 393)
- (5) E os Latinos e Gregos sentem milhór o tempo das sílabas por cáusa do vérsó do que ô nós sintimos nas tróvas... (GLP, 97-98, 297)
- (6) Este perdám, conseguiu el-rei Ezequias, e David, e a Madalena em casa de Simám leproso, e a [a]dúltera, quando á presentáram a Cristo que á condenásse... (DVV, 95-96, 416)

Observamos uma regularidade na acentuação proposta por João de Barros. Ao analisar o sintagma nominal, observamos que quando o artigo (o determinante) aparece seguido do sintagma nominal completo, como em (7)-(9), não é acentuado:

- (7) Filho - Sam os cadernos da gramática da língua portuguesa... (DVV, 18, 413)
- (8) E, segundo a difinçám que lhe os Gramáticos déram... (GLP, 5, 293)
- (9) Que impórta meu trabalhó ao príncipe nósso senhor... (DLNL, 9, 390)

Quanto a demonstrativos, é preciso considerar sua semelhança com a ocorrência de artigos (determinantes), como em (10):

- (10) Esses sam ôs (cadernos) que péço
nós (meninos) de tua idade
ôs (meninos) de tua idade

João de Barros utiliza a acentuação gráfica para marcar somente aqueles determinantes como nos exemplos (1), (2), (3), repetidos em (10), isto é, somente quando há uma elipse de um elemento dentro do sintagma nominal.

Os resultados da análise das obras focalizadas neste trabalho mostram que os clíticos de terceira pessoa são acentuados (como mostram (4)-(6) acima), com raríssimas exceções. Através de um estudo quantitativo, constatei que somente 9 ocorrências em um total de 101 clíticos de terceira pessoa foram encontradas sem a acentuação. Podemos, então, atribuir essas ocorrências ao fator "esquecimento" do autor ou do editor, mais provavelmente este último, visto que esse sistema de João de Barros não foi adotado em nossa língua.

Cabe ressaltar aqui que esse tipo de sinalização gráfica utilizada por João de Barros não tem a intenção de marcar elementos fonologicamente acentuados. O interessante é observar que o autor usa esse recurso para

uma distinção que tem uma explicação sintática. O próprio João de Barros em sua *Grammatica* dá as “regras” para esse tipo de acentuação gráfica nas vogais. Quanto ao “a”, o autor explica:

“A pequeno tem tres officios. Serve per sy só de artigo feminino, e de relativo do mesmo genero, e em composiçám das outras leteras. - De artigo, como “a materia bem feita apráz ao mestre”. Serve de relativo per semelhante exemplo: “essa tua palmatória, se â eu tomar far-te-ey lembrár esta regra”, e entam tem necessidáde daquelle espirito que lhe ves encima pera diferença dos outros officios. Em composiçám: “o temor de Deos fáz bõa consciencia”. ” (Meu grifo) (GLP, p. 379)

Quanto ao “o”:

“O pequeno, ainda que perdeo a pósse de dous officios que serve de ó grande, ficáran-lhe tres. Serve per sy só de artigo masculino, como: “o artigo e denotaçám da força do nome”. E serve de relativo masculino per semelhante exemplo: “este livro sempre andarâ limpo se ô guardárem bem”. E serve em composiçám das dicções. E pera saber-mos quá e o artigo e quá o relativo, dado que a órdem da constuiçám ô demostre, sempre acharemos o artigo detras do nome que elle rege, e o relativo entre todas as pártes porque nam tem certo lugar e tambem ô podemos denotár com este [sic] espirito em cima a este módo: “ô”, que nam tem o artigo. ” (Meu grifo) (GLP, p. 379-379)

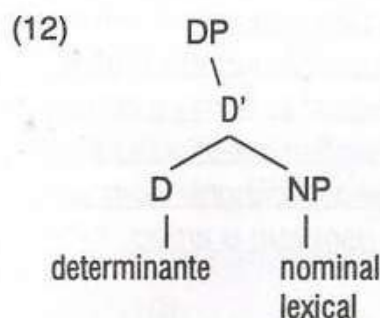
É interessante notar que essa acentuação distingue a ocorrência do artigo e do “relativo” - este último, nos exemplos dados por João de Barros, seria o pronome pessoal oblíquo de terceira pessoa e o determinante usado como demonstrativo. Quando o “relativo” ocorre, João de Barros dita uma acentuação (o “espirito”) para fazer a diferenciação com o artigo.

Teyssier (1966:138) diz que o sistema proposto por João de Barros seria empregado de uma maneira “irregular”, e faz um levantamento “estatístico”, isto é, uma contagem da ocorrência da acentuação nas palavras em João de Barros. Porém, Teyssier somente analisa como ocorre a acentuação em *palavras*, e não leva em conta a ocorrência da acentuação/não-acentuação nos “relativos” e artigos, respectivamente. O objetivo de Teyssier, como mencionado acima, é determinar a pronúncia das vogais portuguesas no século XVI. Conforme veremos, a sinalização gráfica adotada por João de Barros para os “relativos” é de fundo sintático.

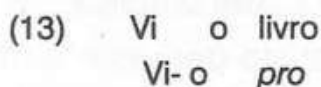
Neste trabalho, portanto, focalizo a ocorrência da acentuação gráfica desses elementos, para mostrar que HÁ UMA CONSISTÊNCIA em João de Barros, que pode ser verificada através da postulação de uma estrutura sintática para determinantes e clíticos. O objetivo é mostrar que, na realidade, o

fato de João de Barros acentuar certos determinantes (os demonstrativos) juntamente com clíticos, chamando a esses de “relativos”, decorre da “intuição” desse estudioso de que a estrutura sintática é a mesma em ambos os casos.

Os pronomes clíticos têm sido alvo de várias e recentes pesquisas dentro do arcabouço teórico da gramática gerativa. Clíticos de terceira pessoa parecem ter um comportamento diferenciado dos clíticos de primeira e segunda pessoas. Uriagereka (1995) argumenta que clíticos de terceira pessoa seriam núcleos de sintagmas determinantes (DPs), seguindo a proposta de Torrego (em preparação). Para o autor, a proposta tem motivação histórica, visto que tanto os clíticos de terceira pessoa como os determinantes nas línguas românicas parecem ter a mesma origem - os demonstrativos acusativos *illum, illam, illud* do latim. Para Uriagereka, a estrutura do clítico é, então, como em (11), enquanto a estrutura de um sintagma nominal é como (12):



Em (11) temos a ocorrência de uma categoria vazia (*pro*), e, em (12), temos a ocorrência do nominal lexical. Assim, as estruturas seriam semelhantes, como em (13):



Em Cyrino (1994), assumo essa estrutura para clíticos e proponho que no caso de clíticos neutros, podemos ter, ao invés de *pro*, uma ocorrência de elipse em certos casos, como em (14):

- (14)
- João quer ver sua namorada pela janela, e Pedro também *o quer*.
 - João tentou ver sua namorada pela janela mas Pedro nem vai *tentá-lo*

Nos casos de (14) a estrutura não conteria *pro*, mas a elipse de uma mesma estrutura. A representação está em (15), onde as seqüências em itálico estariam elípticas (inaudíveis):

- (15) a. João quer ver sua namorada pela janela, e Pedro também
o quer *ver sua namorada pela janela*
b. João tentou ver sua namorada pela janela, mas Pedro nem
vai *tentá-lo ver sua namorada pela janela*

Essa proposta se justifica, pois podemos ter, nas ocorrências em (14), o mesmo fenômeno que acontece em outros casos de elipse, ou seja, leituras ambíguas, em que podemos entender que Pedro quer ver sua própria namorada ou a namorada de João. Esse fenômeno, já bastante estudado, ocorre também em (16), onde temos exemplos de elipse:

- (16) a. João tentou ver sua namorada pela janela e Pedro também.
b. João tentou ver sua namorada pela janela mas Pedro nem vai tentar.

Assim, se tomarmos as estruturas contendo clíticos de terceira pessoa e contendo artigos como sendo a mesma, é possível entender a acentuação de João de Barros, que classifiquei de "intuitiva". Ele não acentua todos os determinantes, mas faz uma categorização entre eles, isto é, artigos vs. "relativos" (demonstrativos e clíticos). Podemos observar que o autor acentua SOMENTE OS DETERMINANTES QUE APRESENTAM UMA CATEGORIA VAZIA LOGO A SEGUI-LOS, isto é, os clíticos e os determinantes-demonstrativos, em que ocorre uma "elipse". Os exemplos abaixo, contendo a categoria vazia (*pro* ou *estrutura em elipse*) demonstram a viabilidade dessa proposta:

- (17) Filho - Sam os cadernos da gramática da linguagem da língua portuguesa, que compôs pera o príncipe nõsso senhor?
Pái - Essess sam *ôs(cadernos)* que péço. (DVV, 18-19, 413)
- (18) ... quéro-te dizer a cáusa déla, e quam louvada nõs(*meninos*) de tua idade é a neçessária... (DVV, 41-42,414)
- (19) E nisto farei *ô(pro)* pera que pedia estes cadernos da gramática, que éra escrever algũa cousa morál pera doutrina *ôs (meninos)* de tua idade...
- (20) E por nam preambulár máis, quéro fazer *ô (pro)* que diz Túlio (DVV, 63, 415)
- (21) Eu esse queria tomár, se *ô (pro)* soubér. (DLNL, 69, 393)
- (22) E os Latinos e Gregos sentem milhór o tempo das sílabas por cáusa do vèrso do que *ô (pro)* nós sintimos nas tróvas... (GLP, 97-98, 297)
- (23) *Este* perdám, conseguiu el-rei Ezequias, e David, e a Madalena em casa de Simám leproso, e a [a]dúltera, quando *â(pro)* presentáram a Cristo que *â(pro)* condenásse... (DVV, 95-96, 416)

Ao contrário, quando não há uma estrutura elíptica, João de Barros

não acentua a vogal, como vimos em (7)-(9) acima.

Essa proposta está em consonância com Cyrino (em preparação), onde mostro que a ocorrência de elementos fonologicamente nulos deve ser "licenciada" por categorias funcionais. Casos de "elipse de VP", por exemplo, são licenciados por um elemento em INFL ("flexão"). Em inglês, temos, então, (24):

- (24) John saw his mother but Peter didn't.
'John viu sua mãe mas Pedro não viu'

Essa sentença tem obrigatoriamente (c.f. * John saw his mother but Peter) um elemento em INFL que não é o verbo (V), pois de acordo com a teoria, em inglês o verbo não "sobe" para essa posição (c.f. Pollock, 1989). Assim, a representação de (24) seria como em (25), a estrutura do VP estando elíptica:

- (25) John saw his mother but Peter **didn't** [_{VP} see his mother]

Em português, V sobe para a posição de INFL, e, portanto, pode licenciar a elipse do VP:

- (26) João viu sua mãe mas Pedro não viu

com a estrutura (27), onde *v* é o vestígio deixado pelo verbo após sua subida a INFL:

- (27) João viu sua mãe mas Pedro não viu [_{VP} *v* sua mãe]

Se essa proposta está correta, podemos ver que mesmo dentro do sintagma nominal uma categoria funcional, o determinante, licencia uma seqüência de elementos inaudíveis. Em Cyrino (em preparação) aprofundo essa idéia analisando também os casos do inglês, como "I want the blue one" ('Eu quero o azul'), e propondo a razão pela qual esse deve ser o estado das coisas, dentro de uma visão minimalista.

João de Barros aplica essa "intuição" ao diferenciar artigos de "relativos", que para ele, incluem os artigos que servem como demonstrativos, como em (17)-(21), e os clíticos como (22) e (23). Podemos ver a razão para tanto: têm a mesma estrutura sintática (c.f. a origem dos clíticos no português, mencionada acima).

O "espírito", ou o acento gráfico, assim, marca a ocorrência de uma seqüência inaudível, seja ela a categoria vazia *pro* ou a elipse de uma estrutura. Nesse caso, ao contrário da pesquisa em Teyssier (1966), os resultados mostram que João de Barros é bastante consistente e coerente, e demonstra uma intuição sintática admirável, em uma época em que não poderia

contar com um arcabouço teórico explicativo tal como a gramática gerativa pode proporcionar aos lingüistas contemporâneos.

Abstract

João de Barros employs an orthographic system in "Diálogos de Viciosa Vergonha" (DVV), "Diálogos em Louvor da Nossa Linguagem" (DLNL) and "Gramática da Língua Portuguesa" (GLP), which has called the attention of several scholars. Teyssier (1966), for example, analyses the way in which the oral vowels are transcribed in João de Barros, in order to investigate the pronunciation of XVIth century Portuguese vowels. The author concludes, after a statistical survey of the occurrences of the accents, that João de Barros is not consistent or coherent to the system he himself proposes.

In this paper, however, I show that the system created by João de Barros can show not only phonological but also syntactic aspects of the Portuguese language of that time. In this case, the results of my research show that, contrary to the results in Teyssier (1966), João de Barros is very coherent and consistent, if we take into account part of the system he uses, that is, the accents in clitics and certain determiners, as the expression of syntactic structure. This interpretation is possible with an analysis in the generative grammar framework.

Referências

- BUESCU, M. L. C. (1971) *Gramática de língua portuguesa. Cartilha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CYRINO, S.M.L. (1994) *O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico*, tese de doutorado, UNICAMP.
- CYRINO, S.M.L. (em preparação) *Elementos nulos e elipse*.
- TEYSSIER, P. (1966) La prononciation des voyelles portugaises au XVIème siècle d'après le système orthographique de João de Barros *Annali dell'Instituto Universitario Orientale - sezione romanza* VIII, 1:127-198.
- TORREGO, E. (em preparação) *Pronouns and determiners: a DP analysis of Spanish nominals*. ms, University of Massachusetts, Boston.
- URIAGEREKA, J. (1995) Aspects of the syntax of clitics placement in western romance. *Linguistic Inquiry* 26(1): 79-123.

Aspectos da sintaxe da ordem nas sentenças finitas na obra pedagógica de João de Barros*.

Maria Aparecida Torres Morais

(USP-CNPq)

Resumo

Este artigo apresenta aspectos descritivos de certos fenômenos sintáticos relacionados à ordem de palavras em um corpus organizado a partir de textos selecionados de João de Barros, os quais foram editados em 1540.

Será dado um destaque especial para as estruturas que exibem a sintaxe V2 e a ordem V>2 nas sentenças declarativas principais. Estes diferentes padrões de colocação do verbo finito estão relacionados com os padrões de colocação pronominal, em particular, com a variação próclise/ênclise em sentenças declarativas com sujeito referencial.

Tentarei mostrar que os dados evidenciam a pertinência de uma análise teórica que postula uma estrutura de frase a qual distingue uma posição de tópico acima do CP, uma posição de especificador e uma posição de núcleo dentro do CP.

Este estudo aborda questões relativas a fenômenos sintáticos no conjunto do que se tem denominado 'obras pedagógico-gramaticais de João de Barros', editado em 1540, a saber: **Gramática da Língua Portuguesa**, obra didática no sentido estrito do termo, é a primeira gramática prescritiva da língua portuguesa editada e dá início a uma tradição gramatical que perdura até os nossos dias. Nos dois diálogos, o **Diálogo da Viçiosa Vergonha** e o **Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem**, editados no mesmo ano da Gramática (1540), Barros continua suas reflexões gramaticais e filológicas sobre o português quinhentista, ultrapassando, porém, o caráter fundamentalmente normativo do primeiro texto. Como Barros deixa claro no **Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem**, a sua intenção é louvar "a nossa linguagem, que temos pósta em arte, com que léve máis ornáto que as régras gramaticáes" (p. 391).

* A investigação da gramática de João de Barros é uma tarefa que tem sido dividida com as colegas Ilza Ribeiro e Sonia Cyrino.

1 Barros foi também historiador das conquistas portuguesas, sobretudo do estabelecimento dos portugueses na Ásia, do que resultaram as 'Décadas', em número de três, sendo a primeira publicada em 1552, a segunda em 1553 e a terceira em 1563. Mesmo nessas obras, Barros não deixa de ser um pedagogo, apresentando sempre reflexões gramaticais na comparação da língua portuguesa com outros sistemas lingüísticos.

Nesse texto, o autor trata também do problema da origem das línguas, com base na Escritura, da diferenciação das línguas, de acordo com o mito da Torre de Babel, e diz que, das línguas românicas, a mais perfeita é “â que máis se confórma com a latina” (p. 397) — a língua portuguesa. Por fim, pode-se dizer que em o **Diálogo da Viçiosa Vergonha**, também uma obra pedagógica de caráter moralizador, preocupada com a formação moral e social dos jovens pelos mestres, Barros apresenta reflexões morais e religiosas ao definir os diferentes tipos de ‘vergonha’.

Com base em um *corpus* organizado a partir desses documentos, apresentarei alguns aspectos meramente descritivos de certos fatos que caracterizam, de modo geral, a sintaxe do português medieval. Embora esta descrição tome como base o arcabouço teórico da Teoria Gerativa, em seus refinamentos a partir de Chomsky (1986), nenhuma análise mais aprofundada dos fatos descritos será apresentada, em particular nenhuma tentativa de situá-la dentro do atual Programa Minimalista (Chomsky 1995). Assim, na seção (1), trato de alguns aspectos gerais relacionados à ordenação dos constituintes nas sentenças principais, enfatizando algumas características da ordem V2, propriedade sintática atestada em diversos sistemas românicos medievais. Na seção (2), abordo a questão das diferentes estratégias de fronteamto de constituintes, enfatizando a natureza daqueles que ocorrem em posição imediatamente pré-verbal e, finalmente, na seção (3), apresento a questão da variação ênclise / próclise com verbos finitos nas sentenças principais.

Os fatos relacionados com a ordem das palavras na história das línguas românicas, especialmente aqueles que dizem respeito à posição dos verbos e complementos clíticos, têm sido investigados por filólogos e por gramáticos tradicionais. Nos últimos anos, muitas das observações e descrições apresentadas pelos diversos autores têm sido retomadas pelos lingüistas e recebem uma abordagem sistemática dentro dos pressupostos gerativistas. Sem muitas dificuldades, pode-se reconhecer que há pontos em comum em todos estes estudos, principalmente no que diz respeito a duas generalizações descritivas, expressas nos seguintes termos:²

- 1) a. O verbo finito aparece normalmente em primeira ou segunda posição linear da frase.
- b. O clítico não aparece em posição inicial absoluta.

Naturalmente, as diferentes línguas românicas tiveram as suas particularidades, de modo que essas generalizações se manifestaram entre elas

2 Cf. Salvi (1990)

com maior ou menor intensidade, de diferentes maneiras, e tiveram desenvolvimentos distintos ao longo de suas histórias.

Seguindo esta linha de investigação, apresentamos inicialmente (Quadro 1, 2, 3) os resultados quantitativos referentes às ordens dos constituintes encontradas nos textos de Barros, com base em um *corpus* composto de 1.510 sentenças principais e subordinadas³:

Ordens/Tipos	Raiz	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
V1	41	111	47	23	222 - 44%
V2	126	34	34	17	211 - 42%
V > 2	51	4	9	2	66 - 13%
Total	218	149	90	42	499

Quadro 1: Tipos de ordens no Diálogo da Viçiosa Vergonha.

Ordens/Tipos	Raiz	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
V1	29	88	55	31	203 - 41%
V2	94	60	40	30	224 - 45%
V > 2	42	12	10	9	73 - 15%
Total	165	160	105	70	500

Quadro 2: Tipos de ordens no Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem.

Ordens/Tipos	Raiz	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
V1	33	135	39	6	213 - 42%
V2	151	56	26	16	249 - 49%
V > 2	40	3	6	—	49 - 10%
Total	224	194	71	22	511

Quadro 3: Tipos de ordens na Gramática da Língua Portuguesa.

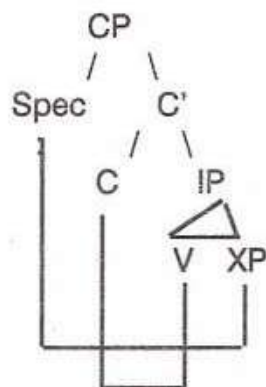
Os resultados numéricos apresentados nos Quadros 1, 2 e 3 mostram que as ordens V2 e V1 são mais freqüentes que a ordem V>2 nos três documentos em estudo. Além disso, pode-se constatar (Quadro 4 abaixo) que a ordem V2, no cômputo geral, tem uma ocorrência superior à ordem V1, perfazendo o total de 45% dos enunciados analisados.

3 As convenções V1, V2 e V>2 significam, respectivamente, Verbo em primeira posição da sentença, Verbo em segunda posição, antecedido por um único constituinte, e Verbo antecedido por mais de um constituinte, podendo estar em terceira, ou quarta posição, etc.

nas quais o complementador está ausente. Outras, porém, como o iídiche e islandês não apresentam tal dicotomia, instanciando um V2 generalizado.

Ora, é justamente esta assimetria que motiva a análise tradicional do fenômeno dentro da teoria gerativa: a ordem das sentenças principais é derivada por dois movimentos na sintaxe visível: movimento do verbo finito para C (a 2ª posição) e movimento de um XP para Spec/CP, (a 1ª posição). Nas subordinadas, como C está ocupado pelo complementador, o verbo não se move para esta posição. Deste modo, as grandes discussões a partir desta análise se concentram tanto em caracterizar a natureza da operação que detona o movimento obrigatório do verbo para uma posição acima do IP, como também em abordar a operação de Topicalização que detona o movimento obrigatório de um constituinte para a posição inicial. Estes movimentos estão esquematizados abaixo⁶:

(2)



Também dentro do quadro da gramática gerativa, várias propostas foram apresentadas para dar conta da ordem V2 nas línguas românicas medievais e, entre os autores que adotaram a hipótese do V2-CP podemos citar Adams (1987,1988) Benincà (1989,1995) Vance (1989,1991) Roberts (1993a) e Ribeiro (1995)⁷.

Segundo Adams (1987/1988), o estatuto V2 do francês antigo (FA) tem sido conhecido desde Thurneysen (1892). E vale registrar que um dos

6 Ordem de antecedência entre XP e V irrelevante.

7 A hipótese V2-CP não é incontroversa. Alguns autores, entre eles Diesing (1990), afirmam que o efeito V2 pode ser derivado sem necessidade de acionar o sistema CP. Neste caso, o especificador de IP além de ser a posição de sujeito é também a da topicalização dos constituintes não-sujeito. Para um estudo detalhado e crítico de diferentes análises propostas para o V2, cf. Vikner (1991). Cf. também Lightfoot (1993) para uma proposta dos parâmetros envolvidos na aquisição das línguas V2. Para um estudo da natureza das categorias funcionais IP e CP, cf. Chomsky (1986).

argumentos adotados pela maioria dos autores para caracterizar esta propriedade do FA tem sido a sintaxe do sujeito nulo (pro), o qual tem sua distribuição restrita à ordem XV das sentenças principais.

Ora, quando observamos a sintaxe da ordem na história do português que tem sido descrita tanto na linha da literatura tradicional como na linha da literatura gerativa, o que primeiro nos atrai a atenção, se tentamos compará-la com a "rigidez" do FA, é a "liberdade" que se manifesta no arranjo dos constituintes, principalmente, a ausência do efeito V2 obrigatório - mais de um constituinte pode anteceder o verbo finito nas sentenças principais. De fato, Benincà (1995), ao estudar a natureza do V2 nas línguas românicas medievais, concluiu que estas poderiam ser tipologicamente divididas da seguinte forma: (i) aquelas que fazem uso de uma projeção TOP recursiva acima do CP, como o português, são línguas V2 "livres"⁸; (ii) aquelas que não permitem tal recursão, como o francês antigo, são línguas V2 "rígidas". Seguindo, portanto, a hipótese do V2-CP e a tipologia de estrutura de frase proposta por Benincà, buscaremos, primeiramente, como fator relevante para uma caracterização da sintaxe V2 na obra de João de Barros, um estudo do tipo de elemento que ocupa a posição inicial. Assim, no Quadro 6 estão expostas as porcentagens relativas aos constituintes iniciais mais freqüentes:

Elementos Iniciais	XVS(C)	XV(C)	XVXS(C)	SV(C)	Total
Sujeito	---	---	---	149	149 - 040%
Advérbio	18 - 0.24%	31 - 0.23%	05 - 0.33%	---	54 - 0.14%
Sentença Adverbial	07 - 0.09%	45 - 0.33%	02 - 0.13%	---	54 - 0.14%
Sintagma Preposicionado	18 - 0.24%	30 - 0.22%	03 - 0.2%	---	51 - 0.13%
Objeto Direto	07 - 0.09%	09 - 0.06%	05 - 0.33%	---	21 - 0.05%
Objeto Indireto	06 - 0.08%	09 - 0.06%	---	---	15 - 0.04%
Forma Verbal Nominal	---	01 - ---	---	---	01 - ---
Sujeito de S encaixada	---	01 - ---	---	---	01 - ---
Objeto de S encaixada	03 - 0.04%	03 - 0.02%	---	---	06 - 0.01%
Predicativo	14 - 0.19%	05 - 0.03%	---	---	19 - 0.05%
Total	73	134	15	149	371

Quadro 6: Elementos iniciais mais freqüentes na ordem V2 nas sentenças raízes.

Os resultados expostos no Quadro 6 mostram claramente que, nos diferentes tipos de sentenças V2 encontradas nos textos do autor, com diferentes tipos de verbos, o sujeito não é o elemento privilegiado para ocupar a

8 Cf. análise no item 2.2; cf. também representação em (4).

posição inicial, mesmo atingindo 0.40% do total . Deve-se lembrar que, de acordo com a visão tradicional do V2, também as declarativas principais SV são V2-CPs e instanciam movimento do sujeito para Spec/CP. Nas diferentes realizações da ordem XV, o constituinte inicial é representado ainda por advérbios (0.14%), sentenças adverbiais (0.14%) e sintagmas preposicionados (0.13%), os quais, em conjunto, perfazem 0.42% do total das sentenças raízes computadas. A porcentagem das ocorrências de objetos diretos (0.05%), de objetos indiretos (0.04%) e predicativos (0.05%) fica porém bem abaixo da dos outros constituintes, o que nos leva a concluir que os argumentos internos do verbo não são os ocupantes principais desta posição inicial, nos textos de Barros.

A seguir, ilustra-se a ordem V2 nos textos com diferentes exemplos⁹ que mostram que o sujeito lexical e pronominal, os adverbiais, assim como os complementos objetos e complementos preposicionados representam este constituinte inicial que precede o verbo. Observa-se que quando X não é o sujeito, a topicalização dos outros elementos leva à inversão obrigatória sujeito-verbo¹⁰.

- (3) a. Os gregos, quêrem que seja a caldea, porque nésta linguagem confessou [H]abráam a Deos (DLNL. 78)
- b. E os Latinos e Gregos sentem milhór o tempo das sílabas. (GLP. 97-8)
- c. Eu quéro confirmár éssa tua verdáde, com testemunho dô que já vi em algumas escólas da gramática latina. (DLNL. 350)
- d. O outro dia estáva meu méstre lendo um tratado de Plutárco (...) (DVV. 48)
- e. Aí começarás tu de sentir o louvor de nóssa linguágem, que, sendo nóssa, â entenderá o latino porque é sua. (DLNL. 189)
- f. E a ésta formaçám chamam eles primeiros elementos da linguágem. (GLP. 43)
- g. E a este módo trastrocou Deos o intendimento de tantas nações como foram presentes ao sermám de Pedro <Acta.II.ca> no dia de Pentecóste (...) (DLNL. 131)
- h. E, pera um francês formár um seu próprio ditongo, fáz nos beiços esgáres que póde amendrontar mininos, cousa de que um naturál orador fóge. (DLNL. 202)
- i. e, se punham outra diante désta, entendiam per ela o próprio nome. (GLP. 155-6)

9 Os exemplos serão sempre citados seguidos da sigla do documento e da(s) linha(s) em que se encontram.

10 Sabe-se que nas construções-V2 o elemento inicial representa o tema da sentença, mas, se nada é tematizado, um advérbio ou expletivo preenche a posição inicial e satisfaz a exigência V2.

- j. Exemplo temos em totalas monarquias, (...) (DLNL. 326)
- k. E disto tomarás ô que máis quadrár em teu entendimento, levando por guia as autoridades da sagrada escritura <Gene.II ca.> (DLNL. 88)

É interessante notar que, como a ordem SV é não apenas expressiva nas sentenças principais, mas também bastante comum nas encaixadas, o único diagnóstico possível para caracterizá-las como evidência da sintaxe V2 é justamente a alta ocorrência de inversão sujeito-verbo encontrada nos textos. Observa-se ainda que a seqüência XV(C), na qual o sujeito é nulo fonologicamente (3h-k), ocorre em 22% dos casos, ultrapassando as ordens XVS (0.12%) e XVXS¹¹ (0.02%) com o sujeito realizado lexicalmente. Que evidências teríamos, porém, para caracterizar a ordem XV(C) como um ordem V2? No francês antigo, como dissemos, o sujeito nulo só aparecia nos contextos de inversão sujeito-verbo, o que evidenciava fortemente a rigidez da sintaxe V2 neste período¹². Nos textos de João de Barros, porém, a ordem V1 em sentenças declarativas principais permitiria supor que o sujeito nulo pode ser licenciado em posição pré-verbal, de modo que uma distribuição restrita destes elementos aos contextos de inversão não é uma característica da gramática do autor. No entanto, exemplos como ilustrados em (3 e/f), nos quais o sujeito pronominal ocorre em posição pós-verbal, leva-nos a concluir que esta pode ser, de fato, a posição do sujeito pronominal nulo. Conseqüentemente, a ordem XV(C) tem como ser caracterizada como uma ordem V2.

Pode-se dizer que a possibilidade da ordem V1, associada à condição de língua de sujeito nulo, se manifesta nos documentos em estudo em três aspectos: (i) a distribuição dos sujeitos nulos não depende dos contextos de inversão; (ii) a inversão sujeito-verbo não está condicionada pela presença de um constituinte lexical inicial; (iii) a ordem V1 pode ser licenciada tanto nas principais, como nas subordinadas.

11 Na verdade, a ordem XVX(S) que mostra o sujeito após todo o VP, embora apresente o verbo finito na segunda posição linear, não ilustra a inversão germânica, mas sim o que tem sido caracterizado na literatura como inversão "livre" ou inversão românica. Observe que, nos textos de João de Barros, ela pertence ao grupo das ordens menos freqüentes atingindo menos de 2% do total das sentenças. Alguns exemplos:

(i) e máis, tem antre si **os genoeses**, (DLNL. 155)

(ii) Daí viria logo o **provérbio** que dizem: Espanhões chóram, Italianos uivam, Françeses cantam. (DLNL 195)

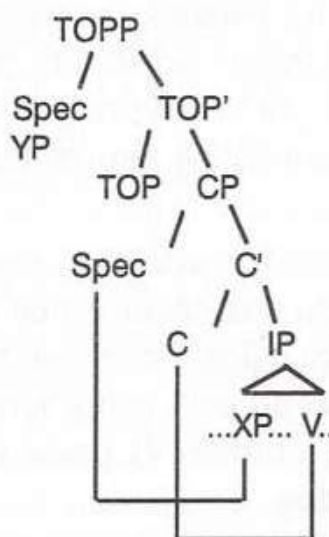
12 Para um estudo da sintaxe do sujeito nulo na história do francês, veja, entre outros, Adams (1987,1988), Vance (1989) Hirschbühler & Junker (1988) e Roberts (1983a).

2.2. A ordem V>2.

Adams (1987), Kroch (1989), Vance (1989) e Roberts (1993a) afirmam que a co-ocorrência da inversão e não-inversão sujeito-verbo após o constituinte inicial na história do francês, ou seja, a competição entre XVS e XSV, dá início ao declínio da sintaxe V2 nesta língua e à reanálise da ordem SV, a qual passa a ser analisada, na gramática inovadora, não mais com movimento duplo V para I e V para C. Em outras palavras, assume-se que as relações de predicação passam a ser determinadas a nível de IP. Com base neste raciocínio, poderíamos entender que os resultados apresentados no Quadro 6, referentes às porcentagens das ordens V>2 nas declarativas principais, estariam representando uma violação do V2.

Assume-se, porém, que a existência de casos em que o verbo finito aparece linearmente em terceira, quarta posição, apenas reforça o aspecto menos "rígido" do V2 na gramática do autor. Desta forma, a presença destas ordens nos textos consultados motiva a hipótese de uma estrutura de frase com uma posição acima do CP, caracterizada como TOP, onde os constituintes topicalizados podem ser encontrados:

(4)



Ao contrário de TOP, Spec/CP se qualifica como a posição dos constituintes que antecedem normalmente o verbo em línguas V2 do tipo do alemão. A possibilidade de uma posição acima do CP impede, porém, que se possa afirmar que o constituinte de diferente natureza que antecede o verbo finito esteja necessariamente em Spec,CP. Em outras palavras, a ordem V>3, impossível nas línguas V2 "rígidas", apenas evidencia, em línguas como o português, que o constituinte que está em TOP não influi na sintaxe do verbo finito. Assim, apesar da ausência do "efeito V2" (o verbo não está linearmente na segunda posição em algumas construções), considera-se que a gramática de João de Barros manifesta a restrição V2 no sentido de identifi-

car a periferia à esquerda da frase (ou sistema CP) para estabelecer relações e distinções que em outras línguas se realizam dentro do IP.

A seguir discutem-se algumas destas ordens.

2.2.1. Ordem XSV

Como se vê no Quadro 5, a ordem XSV, em que um ou mais constituintes antecedem o sujeito em posição imediatamente pré-verbal, é pouco freqüente e atinge apenas 0.04% do conjunto das sentenças raízes computadas nos textos em estudo. Tem-se a observar que apenas houve dois casos nos quais o objeto direto antecedeu o sujeito¹³. Geralmente, ocorrem nesta posição advérbios ou sintagmas preposicionados. A ordem XSV indica, portanto, que um elemento na posição inicial não detona a inversão sujeito-verbo. Observa-se ainda que o sujeito está sempre lexicalmente realizado. Este critério do sujeito realizado lexicalmente é essencial, uma vez que é ele que nos leva a distinguir a ordem XSV da ordem XV(C), na qual o sujeito ou é nulo, ou está em posição pós-verbal.

Pela análise que se tem assumido, conclui-se que nas construções com a ordem XSV, S é o elemento que pode ocupar Spec/CP e que "conta" como o constituinte relevante para V2.

- (4) a. Nesta gravidade, como já disse, a portuguesa léva a todas (...) (DLNL. 208)
- b. às vezes a vergonha ôs venceu. (DVV. 186-7)
- c. (...) e assi os preceitos da nossa fé, que nela estam escritos, convêrtem-ôs a estas doutrinas moraes de bons costumes: (...) (DLNL. 371)
- d. (...) assi totalas linguagens tem dous reis, diferentes em género, e concordes em ofício: a um chamam Nome e ao outro Vérbo. (GLP. 17-8)

2.2.2. Ordem SXV

Como a anterior, esta ordem alcança uma porcentagem muito baixa no conjunto das declarativas principais, com apenas 0.05% do total das mesmas. Observa-se também que, ao contrário da ordem XSV, nesta o sujeito não está adjacente ao verbo finito. Além disso, tanto os advérbios e

13 Acredita-se que a ausência da ordem OSV não é mera "falha" dos dados, evidenciando, ao contrário, a força da sintaxe V2, ou seja, o objeto direto em posição inicial detona a inversão sujeito-verbo. Além disso, Mattos e Silva 1989 já comentou que essa ordem não é encontrada no PA.

sintagmas preposicionados, como os argumentos internos do verbo, podem ocupar a posição X. Vejam-se alguns exemplos:

- (5) a. **Vitrúvio** <Vitruuius libro primo>, na sua arquitetura quer dár princípio donde os hómens tomáram o uso da fala (...) (DLNL. 53-54)
- b. **Eu** esse queria tomar, se ô soubér. (DLNL. 72)
- c. **Os Gregos**, dádo que tenham éstas diferenças de género, conhécem-nô per artigos. (GLP. 333-4)
- d. (...) e **Messála**, a cada lêtera do A B C fez um livro que tráta déla[s] (...) (DLNL. 307)

2.2.3. Ordem XXV(S)

Finalmente, em (6) ilustram-se as seqüências XXVS(C), XXV(C) e XXVX(S), nas quais mais de um constituinte X antecede o verbo. Nota-se que, nestas construções, nenhum dos elementos iniciais é o sujeito. Este, ou está realizado lexicalmente em posição pós-verbal ou é nulo fonologicamente. Como nos casos anteriores, a ocorrência destas ordens, simplificadas como XXV(S), é pouco freqüente nos três documentos, 0.11%, mas superior às ordens XSV/SXV.

- (6) a. E ainda que nam seja pera a linguágem, verdadeiramente, assi ô pódes ter na música (...) (DLNL. 197)
- b. Depois, pelo tempo, se acreçentáram éstas seis: h, k, q, x, y, z (...) (GLP. 57)
- c. Logo, per essa maneira nos faremos copiósos de vocábulos (DLNL. 244)
- d. A mi, muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, (DLNL. 271)
- e. E, por galardám déssa cor que te veo ao rostro, pois estamos em cáusas, quéro-te dizer a cáusa déla, (DVV. 46)
- f. Mas agóra, em nóssos tempos, com ajuda da empresám, deu-se tanto a gente castelhana e italiana e francesa às treladações latinas (DLNL. 248)
- g. Este exercício, se ô nós usáremos, já tiverámos conquistáda a língua latina, (DLNL. 251)
- h. O número de lêteras já vimos pelos exemplos atrás (GLP. 92)

Como dito acima, a hipótese sintática de uma estrutura de frase mais elaborada leva-nos a admitir que, também na ordem XXV(S), apenas o constituinte adjacente ao verbo pode estar, mas não necessariamente, na posição interna à sentença, Spec/CP. Os constituintes em TOP são analisados como elementos que ocupam posições deslocadas ou periféricas, as quais não têm influência na sintaxe dos verbos.

3.0. A cliticização nas sentenças principais.

A relação entre a sintaxe dos verbos e sintaxe dos pronomes complementos clíticos tem sido também investigada tanto na literatura tradicional como na literatura recente sobre as línguas românicas. Assim, Huber (1933) corrobora a tradição iniciada por Meyer-Lübke (1897) e assume que, no português antigo, os pronomes complementos, por serem átonos, são sempre enclíticos, ou seja, ocorrem imediatamente após uma palavra fortemente acentuada. Esta relação com algo precedente é que faz com que eles se desloquem o mais possível para a posição inicial. Em outras palavras, os pronomes complementos ocupam o segundo lugar na frase.

É importante ressaltar que na literatura sintática atual, vários autores têm proposto que os fatos da colocação dos pronomes complementos em línguas como o português europeu moderno instanciam uma posição estrutural para onde os clíticos se movem na sintaxe. Esta projeção funcional (2a. posição) tem recebido diferentes denominações, entre elas, posição Wackernagel (Rouveret, 1992); Agr1 (Cardinaletti & Roberts 1992); Foco (Uriagereka, 1995); Sigma (Martins 1994). Outros autores, entre eles, Salvi (1990), Benincà (1989, 1995), Madeira (1992), Manzini (1992) Galves (1994) assumem que a sintaxe dos verbos e clíticos complementos no português justificam ativar o sistema CP, tendo C como a posição para onde estes elementos se movem.¹⁴

Com este objetivo, procuramos nesta primeira parte de nossa pesquisa destacar algumas características da colocação dos pronomes clíticos nas sentenças raízes nos documentos de João de Barros. Procura-se também corroborar a hipótese de que o comportamento dos clíticos oferece evidências para a afirmação de que os elementos que antecedem o verbo flexionado ocupam posições estruturais distintas.

Ao todo, computou-se um total de 260 casos de próclise nos diferentes tipos de sentença. Em particular foram encontrados 21 casos de ênclise e 4 casos de mesóclise, ambos restritos aos contextos de sentenças raízes¹⁵. O Quadro 7 mostra que, nas declarativas principais com verbo finito,

14 Em minha abordagem da diacronia dos pronomes clíticos na história do português europeu a partir do século XVIII (cf. Torres-Morais (1995)), argumentei, seguindo Cardinaletti & Roberts (1992), que é a presença de uma categoria funcional mais alta na estrutura da frase, a qual hospeda verbos e clíticos, que daria conta das particularidades do desenvolvimento do português em relação às outras línguas românicas.

Em outras palavras, o fato de o português europeu ter desenvolvido a ênclise obrigatória nas sentenças declarativas com sujeitos referenciais e em todos os outros contextos nos quais estão ausentes elementos de uma certa natureza, se deve à presença desta categoria.

15 Por sua vez, o fenômeno da Interpolação, praticamente restrito às sentenças encaixadas, está apresentado por Ilza Ribeiro nesta edição.

atestaram-se 69 casos de próclise e 21 casos de ênclise nos diferentes tipos de ordens, simplificadas nas fórmulas SV, XV(S), V(S) e XXV(S).

Ordens	Próclise	%	Ênclise	%
V (S)	1	10%	9	90%
S V	20	87%	3	13%
X V (S)	29	91%	3	9%
X X V (S)	17	68%	8	32%
Total	69	77%	21	23%

Quadro7: Distribuição da próclise e ênclise nas sentenças principais com verbo finito.

Em primeiro lugar, registra-se que os fatos descritos refletem a generalização Tobler/Mussafia, segundo a qual os clíticos não aparecem em posição inicial absoluta, ou seja, a ênclise é obrigatória para evitar a ordem CL1. Na verdade, a restrição ao CL1 permanece uma constante em toda a história do português europeu, desde a fase antiga até a fase moderna, e caracteriza um traço diacrônico que hoje o distancia de outras línguas românicas, como o francês, o italiano, o espanhol, o português brasileiro. Assim, na única ocorrência de próclise na ordem V(S), o verbo está antecedido pela conectivo e. Veja o exemplo abaixo:

- (7) E Carlo Mano, à imitaçám destes, também compôs a lingua alemã em arte e lhe deu nome novo aos meses e aos ventos. (DLNL. 300-1)

Nesse caso, a possibilidade de CL V pode estar relacionada com o nível em que a coordenação ocorre, ou seja, o constituinte *também*, que antecede o primeiro conjunto da coordenação, conta para as duas coordenadas.

Existem outros casos nos textos em estudo em que as declarativas principais instanciam contextos de próclise obrigatória também constantes em todo o desenvolvimento do português. Isto acontece quando aparecem, em posição inicial ou pré-verbal, constituintes com "força de operador", como advérbios focalizadores, quantificadores, negação, sintagmas focalizados. Vejam-se os exemplos a seguir:

- (8) a. E daqui te dou licença (DVV. 61-2)
 b. Os engenhos bem criados, máis fácilmente **ôs vence** a vergonha que o medo (DVV. 185-6)
 c. Já ô entendo, que na cápa se conhéce seu dono (DVV. 371)

- d. E pois Isidoro, nas suas Etimologias, â nam pôde achár a muitas cousas, menos â daremos aos nössos vocábulos (GLP. 117-8)

No entanto, observando-se mais atentamente o Quadro 7, constata-se que a variação próclise e ênclise ocorre nas ordens V2 e V>2, embora a próclise supere a ênclise nestes contextos. Em particular, nas sentenças SV(C), a próclise atinge uma porcentagem de 87%, contra apenas 13% de ênclise. Estes resultados da colocação pronominal na obra pedagógica de João de Barros não surpreende e, até pelo contrário, corrobora afirmações e estudos que têm sido feitos por vários autores a respeito do português do século XVI. Martins (1994), por exemplo, afirma que no português dos séculos XIII, XIV e XV, tanto a próclise como a ênclise foram possíveis nas sentenças principais "livres de condicionadores da próclise", entre estas as sentenças principais e coordenadas com sujeito referencial pré-verbal. Entretanto, este comportamento parece sofrer alterações já a partir da segunda metade do século XV, quando a próclise se torna cada vez mais freqüente e a obrigatoriedade da ênclise se restringe às estruturas com V inicial. Assim, basta que o sujeito lexical ou pronominal ocupe a primeira posição para que a próclise ocorra normalmente. Segundo a autora, esta tendência se consolida no século XVI, quando a ênclise se torna raríssima nas principais "neutras". Do mesmo modo, Pagotto (1992) e Lobo (1992) apresentam resultados que confirmam a predominância da próclise no português quinhentista¹⁶.

Em (9) ilustramos a variação próclise /enclise nas sentenças SV:

- (9) a. Nós **podemos-lhe** chamar artefício de palavras póstas em seus naturáes lugáres...(GLP. 8-9)
b. Eu **te mando** o livro tál quál mô tu mandaste.(GLP. 203-204)

O problema é que a variação próclise/ênclise nas sentenças V2 (inclusive SV) e V>2 parece ameaçar qualquer tentativa de descrição da distribuição dos complementos clíticos a partir de uma aplicação direta da lei T/M, ou seja, através de uma interpretação da lei que leve em conta apenas os fatores de ordem fonológica e ou prosódica. De fato, se a ênclise obrigatória pode ser justificada para "salvar" o clítico da posição inicial, não se teria como explicar sua ocorrência em outros contextos. Pensemos em particular na ordem SV. Neste caso, seria de se esperar que sempre o pronome complemento estivesse enclítico ao elemento X inicial e não ao verbo.

16 Por sua vez, Ribeiro 1995 observa que, neste período (séc. XVI), os elementos que normalmente apareciam em TOP (no sentido de Benincà (1989,1995), passam a ocupar a posição de especificador de CP, instanciando a ordem V2.

Na verdade, este problema foi observado pelo próprio Huber (1933) quando afirmou que " Não é fácil explicar por que razão o pronome umas vezes se encontra depois do sujeito, outras depois do predicado." (p.178) Sua tentativa de explicação foi considerar que o que variava em cada caso é que ora o sujeito era a palavra mais forte, ora o predicado (ou verbo). No primeiro caso, portanto, seria absolutamente impossível depois do sujeito, ou seja, entre o sujeito e o pronome enclítico uma pausa na fala. No segundo caso, pelo contrário, seria possível e aceitável uma pausa depois do sujeito.

Novamente, porém, a solução prosódica não deu conta da variação próclise /ênclise em sentenças como a seguir, citadas em Huber (1953, pp. 180-181):

- (10) a. E nosso Senhor, assi como a elle aprouver e o poderá fazer, || vos faça tam bõo cavaleiro como sodes fremoso (Nunes 107).
- b. Elle, tanto que a vio, || recebeu-o muy bem. (Fab. 4).

Veja que nos dois exemplos, nos quais entre o sujeito e o verbo ocorre uma oração adverbial, a pausa separa o constituinte inicial, o sujeito, do pronome clítico. Fatos como o que está ilustrado em (10a), em que se suporia que o verbo devesse se encostar, se possível, à palavra inicial da frase, levam o autor a admitir " um encosto proclítico do pronome ao verbo correspondente." (Huber, 1953 p. 181).

Observemos ainda a variação próclise/ênclise nos casos em que o verbo inicia a oração principal, mas esta vem precedida por uma sentença adverbial (Huber, p. 182):

- (11) a. E ssi eu e a raina formos mortos, || rogo-li e prego-li que os meus filios e o reino segião en sa comêda (1214).
- b. E quando acham algũa cousa que lhe seria proveytosa, || ha despreçam (Fab1).

Finalmente, o mais interessante para destacar sobre a variação próclise/ênclise no PA é o paradigma que abaixo ilustramos (cf. Huber, p. 183)

- (12) a. E aquellas paravoas, || ouve-as de saber o cardeall (Nunes, 153).
- b. Tall serviço lhe pode fazer hũu homem pequeno (Fab. 46).

Nos casos acima, nos quais o complemento objeto direto precede o nome, se este é retomado pelo pronome átono (12a), está enclítico ao verbo. De outro modo, como em (12b), está proclítico.

Embora, como dissemos de início, não tenhamos espaço neste arti-

go para discutir em maiores detalhes a natureza da cliticização em João de Barros, queremos, ao menos, considerar que as observações dos gramáticos tradicionais — aqui exemplificadas pelas de Huber— e as abordagens sintáticas, acima citadas, que têm sido feitas a respeito da colocação dos pronomes clíticos no período antigo da língua, levam -nos a concluir que a natureza da variação próclise / ênclise deste período pode ser também avaliada nos textos do nosso autor quinhentista. Porém, a fase de próclise intensa que se observa nos dados de Barros estaria já refletindo a afirmação de uma importante reanálise, cujas manifestações iniciais se dão no PA, a saber: os pronomes complementos tornam -se clíticos verbais .

De fato, se pensamos que o fenômeno da Interpolação, ou seja , a possibilidade de o clítico ocorrer separado do verbo desaparece nos textos da maioria dos autores a partir do século XVII (Cf. Said Ali (1908)) , pode-se admitir que esta perda resulta da reanálise em questão , confirmando a primeira previsão que seria natural de se fazer. No entanto, esta mesma reanálise nos levaria a uma segunda previsão que não se concretiza no desenvolvimento do português europeu: a da perda da restrição ao clítico em posição inicial absoluta. O raciocínio segue mais ou menos da seguinte forma: se a exigência de estar cliticizado a uma forma "forte" decorre unicamente da natureza fonológica dos clíticos, esta já estaria supostamente satisfeita estivessem eles proclíticos ou enclíticos ao verbo.

Além disso, o argumento da pausa que diferenciaria as estruturas de ênclise e próclise, aparentemente corroboradas em um paradigma do tipo de (12a-b), não daria conta dos casos ilustrados em (10a-b) ou (11a-b).

Conseqüentemente, pode-se afirmar que, embora fatores de ordem fonológica, prosódica, morfológica e semântica estejam envolvidas na explicação do fenômeno da cliticização dos pronomes complementos, os fatores sintáticos são de importância fundamental, relacionando -se, de uma forma ou de outra, com os demais fatores mencionados. Faz-se, portanto, necessária, uma interpretação sintática da lei T/M a qual, como vimos na seção 2.2, supõe duas estruturas básicas da frase, a saber: (i) as declarativas principais com próclise evidenciam que o elemento que antecede imediatamente o verbo está na posição estrutural relevante, ou interna à sentença, denominada Spec/CP; (ii) as declarativas principais com ênclise ilustram uma estrutura na qual o constituinte inicial está em TOP. Neste caso, Spec/CP está vazio e a ênclise é obrigatória.

4.0. Conclusão.

Assim podemos dizer que a principal conclusão que extraímos nesta

fase inicial da nossa pesquisa sobre a colocação dos clíticos e verbos finitos nas sentenças declarativas, em particular, a restrição ao Cl1, é a de que os falantes do português do século XVI consideram as condições sintáticas (ou estruturais) na determinação dos diferentes arranjos dos constituintes (ordens V1, V2, e V>2) e na variação próclise/ênclise.¹⁷

Podemos concluir também que, embora a frequência da ordem V1 possa imprimir uma diferente fisionomia ao V2 quinhentista, os resultados quantitativos que se obteve com as obras pedagógicas de Barros, relacionados à ordem V2, e a interpretação que se deu para a ordem V>2 e para a colocação dos pronomes clíticos, permite obter um quadro em que se revela o prestígio da ordem XV e da próclise na gramática deste autor.

Achamos que o empenho em determinar fatores de ordem sintática na investigação dos intrigantes problemas do comportamento de verbos e clíticos, aqui parcialmente levantados, pode trazer uma contribuição para incrementar a discussão a respeito deste assunto. Como todos sabem, a sintaxe tem sido sempre pouco valorizada nos estudos diacrônicos, causando dificuldades para que se possa caracterizar mais adequadamente os aspectos sintáticos dos diferentes estágios pelos quais passam as línguas durante o seu desenvolvimento. Entende-se porque, ao estudar o latim vulgar, Maurer (1959) afirma que "Não é possível ir além de generalidades no exame da sintaxe vulgar. Infelizmente a sintaxe, tão essencial e básica para o conhecimento real de uma língua, é a parte mais negligenciada, tanto nas gramáticas expositivas como nas históricas. Mesmo em coleções destinadas ao estudo lingüístico das línguas românicas, a sintaxe é inexplicavelmente esquecida, reservando-se-lhe quase sempre algumas páginas que nem ao menos consideram tudo que é essencial." (p. 169, nota 464).

Abstract

This article deals with some descriptive aspects of selected works of João de Barros, a portuguese author of the XVIth century. Evidence based on data shows that the author's grammar exhibits a number of patterns particularly related to verb-second (V2), verb-third (V3) and proclisis/enclisis in matrix declaratives sentences with referencial subjects. I will show that the data are also compatible with an analysis that argues for a clause structure which distinguishes an adjoined topic position above CP, a Specifier position and a head position within CP.

17 Como se sabe, no português europeu moderno, a alternância próclise/ênclise nas sentenças principais com verbo finito e sujeito referencial não é mais possível. Na verdade, a próclise está restrita aos contextos em que ocorrem os elementos com "força de operador". Para um estudo diacrônico da sintaxe V2 e da sintaxe dos clíticos no português, a partir do século XVIII, cf. Torres-Morais (1995). Para uma proposta de mudança relacionada a estes fatos, cf. Galves (1994).

Referências bibliográficas

- Adams, M. (1987). **Old French, null subjects, and verb second phenomena**. University of California. Tese de Doutorado.
- . (1988) "Les effets du verbe second en ancien et en moyen français". In: P. Hirschbühler & A. Rochette (eds.). **Revue québécoise de linguistique théorique et appliquée** 7:13-40.
- Benincà, Paola (1989). "L'ordine delle parole nelle lingue romanze medievali". Santiago de Compostela. XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Romanicas.
- . (1995). "Complements clitics in Medieval Romance: the Tobler-Missafia Law". In: A. Battye & I. Roberts. (eds.). **Clause structure and language change**. N. York:Oxford.
- Buescu, M. L. C. (1971) **Gramática de língua portuguesa. Cartilha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cardinaletti, A. & Roberts, I. (1992) "Clause Structure and X-Second". mimeo.
- Chomsky, N. (1986). **Barriers**. Cambridge, Mass: MIT Press.
- . (1995) A Minimalist Program for Linguistic Theory. mimeo.
- Diesing, M. (1990) "Verb Second in Yiddish and the Nature of the Subject Position". **Natural Language and Linguistic Theory**, 8. 41-80.
- Hirschbühler, P. & Junker, M-O. (1988). "Remarques sur les sujets nuls en subordonnées en ancien et en moyen français". **Revue québécoise de linguistique théorique et appliquée** 7:63-84.
- Huber, J. (1933) **Gramática do Português Antigo**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Galves, C. (1994) "Clitic Placement and Parametric Change". mimeo. Unicamp.
- Kroch, A. S. (1989). "Reflexes of grammar in patterns of language change". **Journal of Language Variation and Change** 1:199-244.
- Lightfoot, D. (1993). "Why UG needs a learning theory: trigger in verb movement". In: C. Jones (ed.). **Historical linguistics: problems & perspectives**. Longman.
- Lobo, T. (1992). "A colocação dos clíticos em português. duas sincronias em confronto". Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- Madeira, A.M. (1992) "On Clitic Placement in European Portuguese". **University College London Working Papers in Linguistics**, 4. 95-122.
- Manzini, R. (1992) "Second Positions Dependency". mimeo. University of London.
- Martins, A. M. (1994). "Clíticos na história do português". Universidade de Lisboa. Tese de Doutorado.
- Mattos e Silva, R. V. (1989). **Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Maurer Jr. Th. H. (1959) **Gramática do Latim Vulgar**. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro.
- Pádua, M. P. C. de. (1960). **A ordem das palavras no português arcaico**. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos.
- Pagotto, E. G. (1992). **A posição dos clíticos em português. Um estudo diacrônico**. Unicamp. Dissertação de Mestrado.
- Ribeiro, I. (1995). "A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2". Unicamp. Tese de Doutorado.
- Roberts, I. (1993a). **Verbs and diachronic syntax**. Dordrecht:Kluwer.
- Rouveret, A. (1992). "Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position". mimeo.
- Salvi, G. (1990). "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica". **Medioevo Romano** 15:117-210.
- . (1991). "Difesa e illustrazione della legge di Wackernagel applicata alle lingue romanze

- antiche: la posizione delle forme pronominali clitiche". **Miscellanea per Giovan Battista Pellegrini**:439-462. Padova: Unipress
- Torres Morais, M. A.C.R. (1995). "Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo". Unicamp. Tese de Doutorado.
- Said Ali, M. (1908) **Difficuldades da Língua Portuguesa**. Laemmert & C. Livreiros . Rio de Janeiro-São Paulo.
- Uriagereka, J. (1995). "Aspects of the syntax of clitics placement in western romance". **Linguistic Inquiry** 26(1):79-123.
- Vance, B. (1989). "Null subjects and syntactic change in Medieval French". Cornell University. Tese de Doutorado.
- . (1991). "Subject inversion in Old and Middle French". Harvard University. mimeo.
- Vikner, S. (1991). "Verb movement and the licensing of NP-positions in the Germanic languages". University of Geneva. mimeo.

A Obra Pedagógica de João de Barros; a sintaxe da ordem nas sentenças encaixadas

Ilza Ribeiro

UEFS - CNPq

Resumo

Este texto aborda questões relativas à sintaxe da ordem de palavras nas sentenças encaixadas, com base em um *corpus* organizado a partir de três documentos de João de Barros (séc. XVI), a saber: Gramática da Língua Portuguesa, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viçiosa Vergonha. Examinam-se fenômenos sintáticos que caracterizam, de modo geral, a sintaxe do que se tem denominado português medieval: (a) a ordem V2, responsável pela possibilidade de ordenação de constituinte com inversão sujeito-verbo, tal como X V S, em que X é um constituinte com funções semântica e sintática arbitrárias; (b) a interpolação, ou seja, a possibilidade de ocorrerem diferentes tipos de constituintes entre o pronome complemento clítico e o verbo; (c) o fronteamento estilístico, resultante da aplicação de uma regra de deslocamento de adjetivos, participios, advérbios para uma posição pré-verbal, um tipo de construção bastante atestado em documentos do português medieval, sobretudo nas sentenças relativas com a ordem X V; (d) a propriedade de sujeito nulo, traço sintático que se mantém diacronicamente no português europeu. Apresenta-se aqui uma reflexão sobre as propriedades sintáticas de tais construções.

1 A ordenação dos constituintes nas sentenças encaixadas

Sabe-se que, em relação à ordem dos constituintes na sentença, o português é historicamente analisado como uma língua SVO. Assim, a ordem SVO nas encaixadas é um fato bem estabelecido, sendo considerada a ordem padrão. Contudo, pode-se observar, a partir do Quadro 1, que outros tipos de ordenação também são atestados nos domínios encaixados. Os números do Quadro 1 mostram também que são SV(C), XV(C) e V(C) as ordens mais freqüentes nas sentenças encaixadas, perfazendo um total de 0.80% dos dados, distribuídos entre essas três ordens. As ocorrências da ordem V(C) ilustram uma outra propriedade diacronicamente reconhecida no português, a de língua de sujeito nulo. As demais ordens apresentam porcentagens bem menores¹.

1 As porcentagens são apresentadas com três casas decimais, para evitar a representação só de zeros em alguns tipos de ordem.

Orçens/Sentenças	Relativa	Adverbial	Ccompletiva	Total
SV (C)	83 - 0.165%	56 - 0.210%	36 - 0.268%	175 - 0.193%
XVS (C)	05 - 0.009%	13 - 0.048%	08 - 0.059%	26 - 0.028%
XV (C)	61 - 0.121%	29 - 0.109%	18 - 0.134%	108 - 0.119%
XVXS (C)	—	02 - 0.007%	01 - 0.007%	03 - 0.003%
VS (C)	29 - 0.057%	20 - 0.075%	16 - 0.119%	65 - 0.071%
VC	304 - 0.604%	113 - 0.424%	41 - 0.305%	458 - 0.507%
VXS (C)	01 - 0.001%	08 - 0.030%	03 - 0.022%	12 - 0.013%
SXV (C)	11 - 0.021%	10 - 0.037%	06 - 0.044%	27 - 0.029%
XSV (C)	02 - 0.003%	06 - 0.022%	—	08 - 0.008%
XXVS (C)	—	04 - 0.015%	—	04 - 0.004%
XXV (C)	07 - 0.013%	05 - 0.018%	03 - 0.022%	15 - 0.016%
XXVXS (C)	—	—	02 - 0.014%	02 - 0.002%
TOTAL	503 - 0.557%	266 - 0.294%	134 - 0.148%	903

Quadro 1: Ordens dos constituintes nas sentenças encaixadas dos três documentos.

Discutem-se, aqui, essas possibilidades de ordenação de constituintes, nestes documentos, dividindo a apresentação em 5 partes, como segue. No item 1.1. discutem-se as ordens V2², a saber, SV e XV, e considera-se serem elas resultantes de deslocamento dos constituintes X e S para a esquerda da sentença. Em 1.2. abordam-se outros tipos de fronteamto de constituintes nas sentenças encaixadas: o fronteamto estilístico, a focalização com *é que* e as “deslocadas à esquerda”. No item 1.3. apresentam-se as construções V1 e em 1.4 tecem-se algumas reflexões sobre a interpolação de elementos entre o clítico e o verbo. Em 1.5 discute-se a possibilidade de realização estrutural do sujeito nulo *pro*. Em diversas ocasi-

2 Neste texto, usamos os termos 'V1', 'V2' e 'V>2' em dois sentidos: (a) descritivamente, significa que o verbo finito ocupa a primeira posição da sentença, não estando antecedido por qualquer constituinte lexical (V1), ou ocupa a segunda posição, estando, neste caso, antecedido por um constituinte lexical (V2), ou está antecedido por mais de um constituinte lexical (V>2); (b) teoricamente, V2 significa que o verbo finito está alojado no núcleo funcional C de CP. Esperamos que os contextos deixem explícitos os dois usos. Sobre a questão teórica da propriedade sintática V2, cf. Ribeiro 1995.

ões, serão feitas comparações entre estes documentos e outros documentos do PA, estudados por Ribeiro 1995³.

1.1. As ordens SV(C) e XV(S) nas encaixadas

O Quadro 1 mostra que a ordem SV(C) corresponde a 0.19% dos dados, não se caracterizando como a mais freqüente no *corpus* em estudo. Alguns exemplos típicos dessa ordem, com sujeito lexical e pronominal, são apresentados abaixo⁴:

- (1) a. quamanho mô tu mandáste (GLP.214)
- b. e outros que o uso nos fez próprios (GLP.284)
- c. e que cada um deles tenha suas peças póstas em casas próprias e ordenádas (DVV.15)
- d. com leies do que cada ùa déve fazer (DVV.16)
- e. porque o tempo em que se as tróvas faziam e os hómens nam perdiam sua autoridade por isso é degradádo destes nóssos reinos (DVV.108-10)
- f. assi como eles tem outros de nós (GLP.121)

A comparação destes documentos com outros do PA mostra que a proporção de ocorrências de SV(C) em domínios encaixados é relativamente a mesma, como indicam os números do Quadro 2 abaixo⁵:

Tipos de Ss	Ordem/Texto	FR	DSG	CDP	CPVC	BARROS
Encaixada	SV(C)	262 - 0.18%	279 - 0.18%	269 - 0.20%	80 - 0.16%	175 - 0.19%
Raiz	SV(C)	97 - 0.16%	119 - 0.14%	134 - 0.16%	81 - 0.15%	149 - 0.24%

Quadro 2: Porcentagens da ordem SV(C) em sentenças raízes e encaixadas.

Se a comparação é estabelecida nos domínios raízes, nota-se um aumento na freqüência dessa ordem. O aumento de SV em domínios raízes explica-se pela maior rigidez da propriedade V2 deste documento em rela-

3 Os documentos são os seguintes: Foro Real (séc. XIII), Diálogo de São Gregório (séc. XIV), Crônica de D. Pedro (séc. XV) e Carta de Pero Vaz de Caminha (início do séc. XVI). Os exemplos serão citados seguidos da sigla do documento e de números, da seguinte forma: FR e nº do livro, do título e do fôlio; DSG e nº do livro, capítulo e linha(s); CDP e nº da(s) linha(s); CPVC e nº do(s) fôlio(s) e da(s) linha(s).

4 Os exemplos serão citados pelas siglas GLP (gramática da língua portuguesa), DVV (diálogo da viciosa vergonha) e DLNL (diálogo em louvor da nossa linguagem), seguidas do(s) nº da(s) linha(s).

5 Cf. nota anterior.

ção aos outros, conforme discussão apresentada em Torres Morais (neste número).

A ordem XV(S), correspondendo a 0.13% dos dados, representa construções em que algum constituinte X, argumento ou adjunto, é deslocado para o início da sentença e o verbo ocupa, linearmente, a segunda posição. O sujeito foneticamente realizado é pós-verbal. Exemplos dessas construções são apresentados abaixo:

(2) XV (0.11% das sentenças encaixadas)

- a. sem os quães nenhũa déstas se póde entender nem acabár (GLP.36-7)
- b. que em ùas mesmas óbras déram divérsos frutos, por divérsas cáusas (DVV.34-5)
- c. por razám dos efeitos que déla proçédem (DVV.183)
- d. como já disse (GLP.273)
- e. però que de todos nam tráte (DVV.213)
- f. porque a cáda folha coméça novamente conhecer a diferença da lêtera (DLNL.358-9)
- g. pois nunca navegára (DLNL.102)
- h. Però [h]avemos de consirár que a uns relativos chamamos de sustânçia por fazerem...(GLP.190-1)
- i. Ante queria que, quando ouvisses os termos desta má ciência, tevêsses a indústria da serpente (DVV.356)
- j. que em nenhũa maneira falásse ante eles (DLNL.59)
- k. Per onde claramente vemos que, ... (GLP.445)

(3) XVS (0.02% das sentenças encaixadas)

- a. ARTIGO é ùa das pártes da óraçam, a quál, como já dissémos, nam tem **os Latinos** (GLP.437-8)
- b. das quães h tem **os Latinos** ser espiaçám e nam lêtera (GLP.57-8)
- c. o louvor de nóssa linguágem, que, sendo nóssa, â entenderá o **latino** porque é sua (DLNL.177-8)
- d. **COMO** em o nome e vérbo está **a força de toda a linguágem**,... (GLP.462-3)
- e. porque cási máis espéra a **nóssa orelha** o consoante que a cantidáde (GLP.99-100)
- f. pois néla está **toda nóssó edifício** (DLNL.24-5)
- g. porque nésta linguágem confessou **[H]abrá**m a Deos (DLNL.74-5)
- h. pois nisto consiste **toda a deleitaçám dele** (DLNL.82-3)
- i. E, por ser neles natural, dizia Catám que máis ô contentávam **os mançebos que se faziam vermelhos**, que... (DVV.163-5)
- j. E paréçe que isto receáva **a rainha Dido** (DVV.172)

- k. Diz Juvenál que nenhum mái máis duro tem a **pobreza** em si que fazer aos hómens que ã têm poderem ser zombádos e ridos (DVV.380-1)

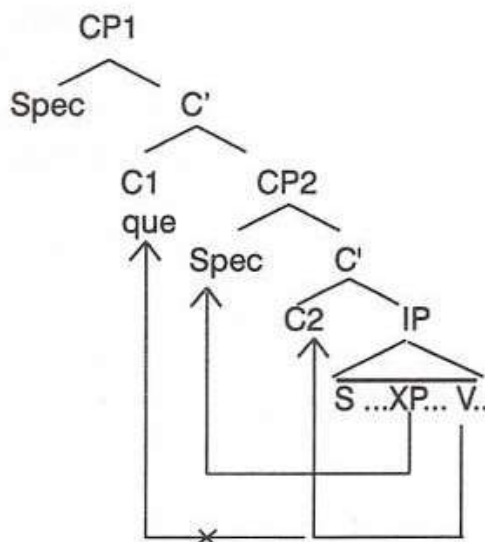
Observa-se que o elemento X pré-verbal da ordem XV(S) pode ser realizado por diferentes tipos de constituintes, embora mais freqüentemente esses constituintes sejam ou um advérbio ou um PP. O Quadro 3 abaixo mostra tal distribuição:

Valor de X /Tipo de S	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
Objeto indireto	5	6	3	14 - 0.102%
Advérbio	27	14	8	49 - 0.357%
Sentença adverbial	7	5	5	17 - 0.124%
Predicativo	2	2	—	04 - 0.029%
Sintagma preposicionado	21	16	7	44 - 0.321%
Objeto direto	2	3	4	09 - 0.065%
Total	66	44	27	137

Quadro 3: Estatuto do elemento X que antecede o verbo finito nas construções XV(X(S) encaixadas.

Construções dos tipos em (2) e (3) podem ser analisadas como V2, ou seja, como resultantes do fronteamento dos constituintes X para Spec/CP e do V para o núcleo C, desde que se admita a possibilidade do nóculo CP ser recursivo, apresentando, assim, uma posição extra para alojar elementos deslocados. A derivação está representada em (4) abaixo:

(4)



A representação em (4) indica que o primeiro núcleo C (=C1) é o hospedeiro dos elementos introdutores de sentença encaixadas. Desse modo, o V não pode se deslocar para tal posição, por ela já estar foneticamente preenchida⁶. Portanto, para se obter uma ordem XV(S) em domínios encaixados, é preciso que haja algum outro núcleo funcional disponível para alojar o V e o constituinte X deslocados. Mantém-se a proposta já defendida em Ribeiro 1995 e por outros lingüistas (Cf. Salvi 1990 e Benincà 1995) de que construções desse tipo devem envolver recursividade do nóculo CP, como representado em (4). Assim, o V pode se deslocar para o núcleo C2 e um constituinte X qualquer para Spec/CP2 (embora os fatos não sejam tão claros assim, sobretudo em relação às construções XV, com sujeito nulo. Volta-se a esta questão no subitem 1.2.2.).

Comparando-se as porcentagens dessa ordem com as dos documentos estudados em Ribeiro 1995, observa-se uma oscilação na freqüência: nas sentenças raízes, do FR a CDP vê-se uma tendência a um menor uso dessas construções, mas da CDP a Barros tende-se a aumentá-la. Um movimento inverso se observa nas encaixadas, apresentando um aumento de freqüência do FR à CDP, sendo que a CDP apresenta mais do dobro de ocorrências de XV(S) do que o FR, passando a diminuir nos outros documentos. O Quadro 4 abaixo apresenta os números relevantes:

Tipos de Ss	Ordem/Texto	FR	DSG	CDP	CPVC	BARROS
Raiz	XV(X(S))	266 - 0.44%	293 - 0.36%	271 - 0.32%	176 - 0.33%	222 - 0.36%
Relativa		43 - 0.03%	157 - 0.10%	138 - 0.10%	50 - 0.10%	66 - 0.07%
Adverbial	XV(X(S))	95 - 0.06%	67 - 0.04%	77 - 0.05%	19 - 0.03%	44 - 0.05%
Completiva		16 - 0.01%	45 - 0.02%	87 - 0.06%	16 - 0.03%	27 - 0.02%
Total nas encaix.		154 - 0.10%	269 - 0.17%	302 - 0.22%	85 - 0.17%	137 - 0.15%

Quadro 4: Porcentagem da ordem XV(X(S)) em sentenças raízes e encaixadas.

Apesar disso, pode-se dizer que a ordem XV(X(S)) mantém-se, do séc. XIII ao séc. XVI, possivelmente com as mesmas características sintáticas.

1.2. Outros tipos de deslocamento nas encaixadas

O fronteamento de constituintes nas línguas românicas arcaicas tem sido um tópico de interesse para muitos pesquisadores. Na realidade, pode-se observar que os fronteamentos ou deslocamentos de constituintes para a

6 Ou estar comprometida com os introdutores de sentenças, como no caso das encaixadas-QU.

esquerda da sentença não se caracterizam como um fenômeno homogêneo, relacionado com uma única possibilidade estrutural. Desse modo, é possível se detectar diferentes propriedades dessas construções, embora, em muitos casos, elas sejam superficialmente semelhantes. Apresentamos a seguir algumas reflexões sobre outros tipos de fronteamentos.

1.2.1. As ordens XSV, SXV e XXV

Com base nos dados dos documentos anteriormente estudados (Ribeiro 1995), pode-se dizer que essas ordens, em que o verbo linearmente está antecedido por mais de um constituinte, por isso denominadas $V > 2$, nunca foram freqüentes no português do séc. XIII ao XVI, como os números no Quadro 5 atestam:

	FR	DSG	CDP	CPVC	Barros
Encaixada	49 - 0.03%	87 - 0.05%	61 - 0.04%	44 - 0.04%	56 - 0.06%

Quadro 5: Porcentagem das construções XSV, SXV e XXV em sentenças encaixadas.

Diferentes tipos de constituintes podem anteceder o verbo, embora mais freqüentemente ocorram um advérbio ou um PP como um dos constituintes. Os números do Quadro 6 revelam tal distribuição:

Valor(es) de X / Tipos de S	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
sujeito + sintagma prep.	4	7	2	13
sujeito + advérbio	7	3	3	13
sujeito + predicativo	—	—	1	1
objeto direto + sujeito	—	1	—	1
sintagma prep. + sujeito	—	3	—	3
advérbio + sujeito	2	2	—	4
sentença adv. + sentença adv.	—	—	1	1
sentença adv. + advérbio	1	4	3	8
objeto + advérbio	—	1	—	1
sintagma prep. + advérbio	4	4	1	9
advérbio + sintagma prep.	2	—	—	2

Quadro 6: Valor(es) do constituinte X nas ordens $V > 2$ em Barros.

Exemplos são apresentados a seguir:

(5) XSV

- a. quando depois do dilúvio, Deucalion e Pirra reparáram a perda do género humano (DLNL. 35-7)
- b. como da perfeiçám déstas potências, os hómens se gloriam máis que.. (DVV.228-9)
- c. a linguágem que entám os hómens falávam (DLNL.39-40)

SXV

- d. a que nós pròpriamente chamamos artelho (GLP.440)
- e. quando, alguém em si conhéçe defeitos inteleituáes (DVV.235)

XXV(S)

- f. pera que, mediante élas, assi na fála como na escritura, venhamos em conhiçimento das tenções alheas (GLP.9-11)
- g. porque, partido em duas pártes, sempre per ua délas entendemos cousa aliqua (GLP.309-10)

Se se assume a proposta de Kayne 1993, de que cada constituinte XP deve ocupar a posição de especificador de uma projeção máxima, então, com base nas construções acima, pode-se propor que deve haver mais de uma posição especificador disponível para hospedar constituintes frontalizados nos domínios encaixados. A alternância livre entre $S X \sim X S$ indica que esses dois constituintes se alojam em uma posição não-específica de sujeito⁷. Isto significa dizer que, mesmo na ordem XSV, em que S está linearmente adjacente a V, o constituinte S não ocupa a posição canônica de sujeito, não sendo S, assim, o sujeito da sentença no sentido estrito do termo⁸. Em Ribeiro 1995 propôs-se que, nessas ordens, os constituintes S e X são enfáticos. Assim, essas ordens são derivadas da aplicação de uma regra de fronteamto dos constituintes S e X para uma posição em que possam satisfazer o traço [+ênfase]. Desde que atribuição de [+ênfase] a um determinado constituinte é opcional, entende-se por que esse processo de fronteamto não é tão freqüente.

1.2.2. A ambigüidade das construções X V

A ambigüidade das construções X V é melhor evidenciada nos enunciados em que há um clítico e o constituinte S está foneticamente realizado, o que permite distinguir três diferentes estruturas: (i) uma relacionada com as ordens CL X S V / CL S X V; (ii) outra com a ordem X CL S V e (iii) uma outra com a ordem X CL V S. Assim, a simples realização de uma sentença

7 Considera-se Spec/IP a posição específica de sujeito. Cf. representação em (4) acima.

8 Analisam-se essas construções como de sujeito nulo.

X V diz pouco sobre sua estrutura sintática. Também ambíguas podem ser consideradas as construções SV. Discutimos cada uma delas a seguir.

1.2.2.1. A ordem CL X (S) V / CL S (X) V; o fronteamento estilístico

Considera-se que algumas das construções X/SV encaixadas, como as apresentadas em (1), (2) e (3), não são estruturas V2. São, na realidade, construções de fronteamento estilístico, um tipo de construção bem atestado no islandês e no iídiche. Os conjuntos de enunciados abaixo permitem uma melhor ilustração para a discussão desses fatos:

- (6) a. por razám dos efeitos que déla proçedem (DVV.183)
a que nós chamamos sobrenome (GLP.235)
os espirituáes, que máis estimam. (DVV.249)
- b. ármás com que se déla pódem defender (DVV.13-4)
de quem ás nós recebemos (GLP.54)
quanto me tu mandáste (GLP.210)
Â que se máis confórma com a latina (DLNL.147)
- c. cá destes nos devemos muito prézar (DLNL.265)
e outros que o uso nos fez próprios (GLP.284)
mostra que muitos se perderam na confiança dos bens
naturáes e temporáes (DVV.402-3)
os quáes tanto se detem no ponto désta primeira figura GLP.96-7)
dizia Catám que máis ô contentávam os mançebos que se
faziam vermelhos (DVV.164-5)

As construções X/SV em (b) se realizam com a ordem CL X/S V, um tipo de construção de fronteamento estilístico, com deslocamento do constituinte X/S para uma posição funcional abaixo de CP. Por outro lado, as em (c) são realizações de X/S CL V, mais semelhantes às construções V2, com duplo CP. Desse modo, os enunciados em (a) são ambíguos, podendo resultar de uma dessas duas estratégias de fronteamento. Considera-se, assim, que, a depender da posição de realização dos clíticos e dos constituintes X ou S, duas diferentes estruturas estão em uso nas construções X/S V, não só nos exemplos em (6), como também naqueles apresentados em (1), (2) e (3). Só em relação às construções em (3b), (3e) e (3g), em que o S está acima do sintagma verbal, por a forma verbal infinitiva ou o complemento objeto seguirem o sujeito, apresentando as ordens — X Auxiliar S Infinitivo, X Verbo finito S Complemento objeto — pode-se dizer ter-se evidências positivas de construções V2 em sentenças encaixadas.

1.2.2.2. A focalização: ordem X CL S V

É possível um outro tipo de organização dos constituintes nas construções X/S V quando ocorre um clítico, a saber, a ordem X CL S V. Esta ordem é rara nos dados do PA (Ribeiro 1995 e Martins 1994), embora não se possa deixar de observar que, apesar de rara, é constante nos documentos dos séculos XIII a XVI, em sentenças raízes (exemplos em (h-n)) e encaixadas (exemplos em (a-g)):

- (7) a. tam bem dizer que mujto mjlhor **ho** estoutros nom digam (CPVC.F6.29-30)
- b. E sse pela uëtura **uos** Alguẽ enbargar (Lx, 1294) (Martins 1994:171-17)
- c. e que sempre **a** os Moesteyro de Anssedj e de Arnoya usarõ e possoyrã (NO, 1285) (Martins 1994:171-17)
- d. e disse aos mandadeiros que se veessen e que logo **se** el verria depós eles (DSG.1.31.5)
- e. E sse pela uëtura **uos** Alguẽ enbargar (Lx, 1294) (Martins 1992:171-17)
- f. E sse pela uëntujra **uos** alguẽ enbargar (Lx, 1296) (Martins 1992:171-17)
- g. e que sempre **a** os Moesteyro de Anssedj e de Arnoya usarõ e possoyrã (NO, 1285) (Martins 1992:171-17)
- h. E logo **lhe** el-rrei taxava que ouvesse por dia quatro soldos, e mais nom (CDP.4.64-65)
- i. e portanto **as** homen cree por mais verdadeiras quanto el foi mais presente (DSG.1.17.3)
- j. O conselho já **o** eu filhei (CA.4195) (Huber,1933:284)
- k. ca todas aquelas cousas que a Deus pede todas **lhas** el compre (DSG.1.28.11)
- l. todo **nos** este uentre come (Lobo 1990:11)
- m. Ajmda **nos** este dout[or ensin]a (Lobo 1991:161)
- n. E a mha cabeça, ja **a** el ten metuda na sa boca (DSG.4.36.17)

Em Ribeiro 1995, analisam-se essas construções como de focalização do constituinte X que antecede o clítico, geralmente um advérbio ou um quantificador.

Nos dados organizados dos documentos de Barros, a ordem X CL S V não é atestada nos domínios encaixados. Há um único exemplo em sentença raiz:

- (8) E assi, nunca **se** as cousas dam a quem bem milita nélas, mas a quem às blasona por suas (DVV.262)

Os dois exemplos atestados de focalização, semelhantes a X CL S V, se realizam como:

- (9) a. pois a ordem da vida que tenho **me** nam deu mais tempo que pera o primeiro (DLNL.18-9)
 b. pois Isidoro, nas suas Etimologias, **â** nam pôde achár a muitas cousas (GLP. 117-8)

em que a ordem é S CL Neg V, e o elemento que antecede o V é sempre a Neg, e não o constituinte S. Observa-se ainda, em (9), que o elemento que antecede o CL não é um advérbio nem um quantificador.

Contudo, não se pode deixar de comentar que os 0.06% de construções XSV, SXV e XXV, sem clíticos, podem ser realizações desse tipo de focalização. Pressupõe-se, portanto, que, se houvesse um clítico nas construções em (5), ao menos algumas delas poderiam ser realizações de X CL S V, ou S CL X V, ou ainda X CL X V.

1.2.2.3. A ordem X CL V

O fato de se apresentarem nos dados as ordens X CL S V e X CL V S mostra de imediato a grande ambigüidade das construções XV, mesmo quando se realiza com um clítico, X CL V, se o constituinte S não é foneticamente realizado. Se se pode propor que construções X CL V S resultam de recursividade de CP, como representado em (4) acima, o mesmo não é possível para os exemplos abaixo (cf. também discussão em 1.2.2.1):

- (10) a. à semelhança dos músicos, os quães tanto se detem no ponto desta primeira figura, bár, como nas duas derradeiras, bo-ra (GLP.96-7)
 b. E dádo que em algũa maneira nos podéramos estender com régras pera a cantidade e acento das nóssas sílabas, leixamos de ô fazer (GLP.104-6)
 c. quando, depois que Adám pecou, s'escondia antre as árvores do paraíso (DVV.90-1)
 d. quando, com os rostros virádos, da desonestidade que o vinho causou em seu pái, ô cobriram com suas cásas (DVV.111-2.)

Construções desse tipo podem ser resultantes de topicalização V2 (X CL V S) ou de focalização tipo X CL S V, ambas com S foneticamente nulo. Nada nos dados permite, até onde podemos ver, uma análise segura para distinguir as duas construções, exceto quando o S está foneticamente realizado. Assim, ter-se dito acima que X CL S V não se realiza nos dados pode ser falso, desde que as construções em (10) podem resultar, na realidade, de estruturas X CL pro V, em que S é um pronome foneticamente nulo (=pro).

1.2.3. As clivadas com **é que**

As clivadas com **é que** ilustram uma estratégia comum de focalização nestes documentos. Embora se costume registrar como a partir do final do

séc. XVIII⁹ as primeiras ocorrências da expressão expletiva *é que* em documentos do português, estes três documentos de Barros requerem recuar essa data para o século XVI:

- (11) a. E o sinál désta verdáde, é que, nam sòmente temos vitória déstas pártes... (DLNL.246-7)
- b. Verdáde é que bem pósso dizer: Eu andei muitas térras e nunca vi tam bõa fruta como â do termo de Lisboa (GLP.367-9)
- c. Çerto é que poucas vezes se supre um defeito temporál, sem algua comissám ou permissám da vontáde (DVV.347-8)
- d. Porém, de crer é que, ao tempo da edificaçám de Babilónia, em que a linguágem éra toda ùa , [h]averia muitas cousas invéntadas pera o uso daquele edifício (DLNL.105-8)

As clivadas com *é que* podem mesmo ser realizadas sem a cópula verbal, o que pode indicar a integração desta construção na gramática da época. Em (10) abaixo, por exemplo:

- (12) Que dou a entender, neste relativo quá, que assi tórno enviár o livro limpo e sam (GLP.204-5)

a clivagem ocorre só com a forma *que*. As clivadas são construções de focalização marcada, do tipo: Foco + *é que* + X.

1.2.4. As Deslocadas à Esquerda

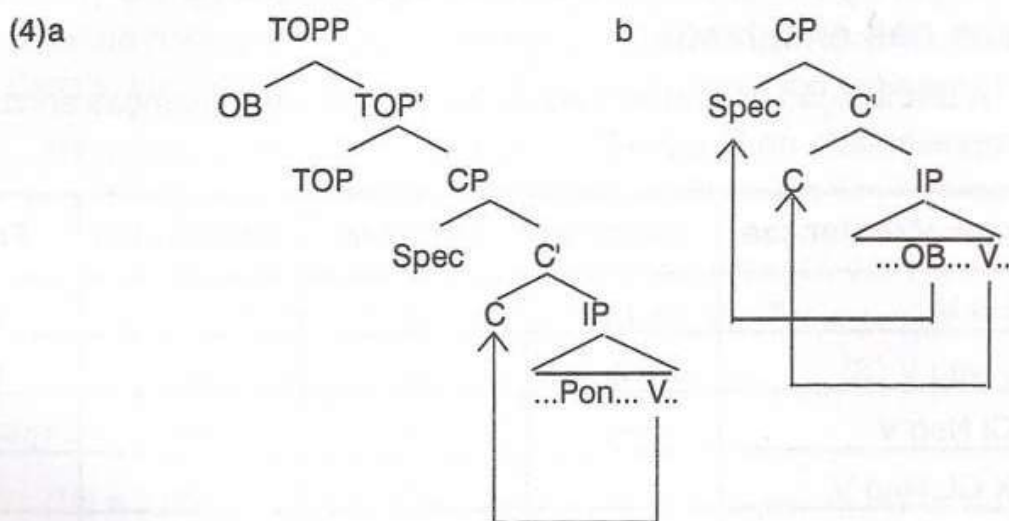
Podem-se distinguir dois tipos de construções iniciadas por um objeto direto, as Deslocadas à Esquerda e as V2, como em:

- (13) a. Sábe que estes defeitos espirituáes e corporáes, ou a imaginaçam deles, nam ôs deu **Deos** a alguém pera com eles ô avergonhár pera mal (DVV.296-8.)
- b. porque a licença que Horácio, em sua Arte Poética, <Horatius in Arte Poetica> dá aos latinos pera compoerem vocábulos nóvos, contanto que saiam da fonte grega, éssa poderemos tomár se ôs derivármos da latina (DLNL.228-31)
- c. E paréçe que isto reçeáva a rainha Dido, segundo Vergílio conta (DVV.172-3)
- d. però que estes e outros louvores [h]ája déla (DVV.195-6)
- e. quem algum destes nomes levár ao plurár (GLP.388)

O exemplo em (a), em que o objeto deslocado é retomado por um pronome complemento, ilustra um tipo de construção denominado “deslocada à esquerda clítica”; o em (b), é uma “deslocada à esquerda de tópico pen-

9 Cf. Duarte 1992 e Lopes Rossi 1993 em relação ao elemento *é que* nas interrogativas. Cf. também Lopes Rossi (Tese de Doutorado - em preparação) para uma análise ampla de clivadas na história do português.

dente”, por o objeto deslocado ser retomado por um pronome demonstrativo (Cf. Mateus et alii 1989). Por outro lado, nos exemplos em (c-e), o objeto deslocado não é retomado por qualquer tipo de pronome. Evidentemente, para se dar conta da realização e da não-realização da retomada pronominal, deve-se olhar esses dois tipos de construção como resultantes de diferentes processos sintáticos. Analisam-se as “deslocadas” em (a) e (b) como construções em que o objeto “deslocado” não sofre movimento, ou seja, é gerado na base numa posição acima de CP. Os em (c), (d) e (e) como resultante dos mesmos processos sintáticos que atuam nas construções V2 em (6) acima, ou seja, frenteamento do objeto para Spec/CP. As duas possibilidades estão ilustradas abaixo:



Quando o OB é gerado em Spec/TOPP (representação em (14a)), as construções se realizam como as em (13a/b), em que o OB em TOP está vinculado a um pronome, clítico ou não, na sentença encaixada. Quando o OB se desloca para Spec/CP (representação em (14b)), sua posição de origem, abaixo de IP, fica foneticamente vazia.

1.3. As encaixadas V(S(C))

As construções V(C), ou V1, perfazem 0.50% dos dados e as VS, 0.07%. Alguns exemplos de construções V(S(C)), com ou sem sujeito foneticamente realizado, são como:

- (15) a. a que responde a construçám (GLP.28-8)
 b. como diz Páulo (DVV.358)
 c. a moéda e outras cousas que se contam e numéram (GLP.211-2)

As construções V1 são bem freqüentes não só em Barros, mas também nos outros documentos estudados, em sentenças raízes e encaixadas.

Tipos de Sentença	FR	DSG	CDP	CPVC	Barros
Raiz	124 - 0.20%	299 - 0.37%	316 - 0.38%	228 - 0.43%	103 - 0.16%
Encaixada	946 - 0.67%	895 - 0.58%	700 - 0.52%	272 - 0.56%	535 - 0.59%

Quadro 7: Porcentagem da ordem V(C) do séc. XIII ao séc. XVII, em sentenças raízes e encaixadas.

Contudo, os números do Quadro 7 mostram que em Barros há um considerável decréscimo da ordem V1 em domínios raízes e uma relativa estabilidade da porcentagem desta ordem nas encaixadas.

1.4. Algumas outras observações sobre os pronomes clíticos nas encaixadas

A distribuição dos pronomes complemento nas sentenças encaixadas está representada no Quadro 8 a seguir:

Ordens/Sentenças	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
CL S V	14	3	1	18
CL Neg V (S)	2	9	—	11
S CI Neg V	—	1	—	1
S X CL Neg V	—	1	—	1
X CI Neg V	—	1	—	1
CL X V (S)	6	1	1	8
CI X X V	1	—	—	1
CL S X V	1	—	—	1
S CL X V	1	—	—	1
CL V (X(S))	66	25	12	103
S CL V	7	4	8	19
S X CL V	—	2	—	2
X CL V (S)	4	10	2	16
X Adv CL V	1	2	—	3
X Neg CL V (S)	1	—	1	2
Neg CI V (S)	1	1	—	2
Total	104	61	25	190

Quadro 8: Distribuição dos clíticos nas sentenças encaixadas.

Observa-se que, na ordem mais freqüente de colocação de clíticos, a ordem CL V (S), com 0.54% de realizações, o Cl e o V estão linearmente adjacentes:

- (16) a. segundo o ofício que **lhe** foi dádo (GLP.16)
- b. a cousa a que **ô** ajuntamos per semelhante exemplo (GLP.268-9)
- c. o primeiro imigo que **ôs** cométe (DVV.12)
- d. porque **se** escrevem désta maneira: A, B, C (GLP.50)
- e. quando **â** presentáram a Cristo que **â** condenásse (DVV.95-7)
- f. quando **se** envergonham com os defeitos temporáes (DVV.399)

Contudo, sabe-se que a interpolação de constituintes diversos entre o clítico e o V é fato atestado em diferentes documentos de todo o período medieval do português. Alguns exemplos de construções com interpolação, em Barros, são apresentados a seguir (cf. também exemplos em (14b)):

- (17) ordem CL Neg V
 - a. aquele que se nam póde atribuir a máis que a ùa só cousa (GLP.136-7)
 - b. se algum é tam çégo que ôs nam conhéçe (DVV.231-2)
 - c. Todo nome que se nam conhéçe per significaçam (GLP.347)

Mas a ordem Neg CL V (S) também ocorre, como nos seguintes exemplos:

- (18) a. porque nam se afea o ânimo com a deformidáde do corpo (DVV.335-6)
- b. as quáes nam se pódem escrever (DLNL.159-60)

O constituinte S pode ser o elemento entre o CL e o V, como em:

- (19) ordem CL S V
 - a. de quem âs nós reçebemos (GLP.54)
 - b. quanto me tu mandáste (GLP.211)
 - c. posto que âs Adám visse em revelaçam (DLNL.98)

Contudo, os números do Quadro 8 mostram que ordem S CL V também é atestada:

- (20) a. pera quando o uso ô requerer (GLP.110)
- b. ...móstra que muitos se perderam na confiança dos bens naturáes e temporáes (DVV.402-3)
- c. E daqui vem que uns se fázem moucos, outros de curta vista (DVV.250)

Além da negação e do S, outros tipos de constituintes podem estar intercalados entre o CL e o V:

(21) ordem CL X V

- a. e por que se milhór entendam, poeremos o seguinte exemplo (GLP.202-3)
- b. que eles queriam que se deles tevésse (DVV.246-7)
- c. ármãs com que se déla pódem defender (DVV. 13-4)

Entretanto, constituintes destes tipos podem também anteceder o CL, como ilustrado em vários exemplos de ordem X CL V, apresentados acima (cf. exemplos em (2a), (3c/i) e (6c)).

As duas construções em que se realizam dois constituintes entre o CL e o V são:

- (22) a. [h]ás-de consirár o modo e limitaçam que lhe sam Gregório nestas palávrãs dá (DVV.197-8)
- b. onde se isto máis claro vê, é na musica (DLNL.180-1)

A análise proposta considera que os clíticos ocupam uma posição fixa na sentença (cf. Ribeiro 1995). Desse modo, as diferentes posições dos constituintes X e S em relação ao clítico refletem diferentes estratégias de deslocamento de constituintes, como já discutido no item 3.1, definidas resumidamente como: os exemplos com a ordem X CL V podem ser construções com um tipo de focalização V2 do constituinte X; os com interpolação parecem ser construções de fronteamto estilístico.

Deve-se observar, contudo, que uma das características do fronteamto estilístico — o fronteamto de formas verbais não finitas — não foi atestado no *corpus* e que o fenômeno da interpolação/ fronteamto estilístico não é freqüente, como se pode observar nos números do Quadro 9 abaixo. Dos 190 casos de construções com clítico nos documentos de Barros em estudo, só 0.23% se realizam com interpolação. Em outros documentos do séc. XVI, estudados por Lobo 1992, a interpolação se realiza em 0.40% das construções com clítico.

Ordens/Sentenças	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
CL S V	14	3	1	18 - 0.09%
CL Neg V	2	12	—	14 - 0.07%
CL X V	8	1	1	10 - 0.05%
CL S X V	1	—	—	01 - —
CL X X V	1	—	—	01 - —
TOTAL	26	16	2	44 - 0.23%

Quadro 9: A interpolação em Barros

Sabe-se que a interpolação desapareceu do português, exceto em alguns dialetos do norte de Portugal (Rouveret 1992), que permitem a interpolação da Neg. e do sujeito pronominal. Segundo Said Ali 1957:22, a partir do séc. XVII só se verifica a interpolação com a partícula de negação *não*. Desse modo, a menor porcentagem de construções com interpolação nos dados de Barros pode ser indicativo de uma mudança já em curso, que culminará com o desaparecimento desse tipo de construção no português.

1.5. Sobre o sujeito lexical e o sujeito nulo nas encaixadas

O Quadro abaixo apresenta as porcentagens de realização do constituinte S em diferentes estruturas:

Ordens/Sentenças	Relativa	Adverbial	Completiva	Total
X V S (C)	05 - 0.009%	13 - 0.048%	08 - 0.059%	26 - 0.028%
X V X S (C)	—	02 - 0.007%	01 - 0.007%	03 - 0.003%
V S (C)	29 - 0.057%	20 - 0.075%	16 - 0.119%	65 - 0.071%
V X S (C)	01 - 0.001%	08 - 0.030%	03 - 0.022%	12 - 0.013%
X X V S (C)	—	04 - 0.015%	—	04 - 0.004%
X X V X S (C)	—	—	02 - 0.014%	02 - 0.002%
S V (C)	83 - 0.165%	56 - 0.210%	36 - 0.268%	175 - 0.193%
S X V	11 - 0.021%	10 - 0.037%	06 - 0.044%	27 - 0.029%
X S V	02 - 0.003%	06 - 0.022%	—	08 - 0.008%
TOTAL	131 - 0.260%	119 - 0.447%	72 - 0.537%	322 - 0.356%

Quadro 10: Realizações de S em sentenças encaixadas.

Observa-se que, em 0.35% das sentenças encaixadas, o constituinte S é fonologicamente realizado, sendo a sua ocorrência mais freqüente nas estruturas S V (C), 0.19%, e V S (C), 0.07%. As ordens X V S e S X V perfazem, cada uma, 0.02% dos dados de sentenças encaixadas.

As descrições apresentadas sobre as ordenações dos constituintes mostram que linearmente o sujeito lexical ocorre em diferentes posições em relação ao verbo finito e aos constituintes argumento ou adjunto, como esquematizado abaixo:

(23) a) V1	1b) V2	c) V>2
VS	SV	SXV
VXS	XVS	XSXV
	XVXS	XXVS
		XXVXS

Os possíveis arranjos entre o sujeito, verbo e complementos/adjuntos levantam questões cruciais sobre a posição dos sujeitos nulos nas ordens V1, V2 e V>2. Pode-se considerar, então, que as posições de S em (23) acima são as mesmas válidas para o sujeito nulo, admitindo-se as seguintes possíveis estruturas para *pro*:

(24) a) V1	1b) V2	c) V>2
V <i>pro</i>	<i>pro</i> V	<i>pro</i> X V
V X <i>pro</i>	X V <i>pro</i>	X <i>pro</i> V
	X V X <i>pro</i>	XX V <i>pro</i>
		XX V X <i>pro</i>

Contudo, determinar a posição de *pro* não é uma questão trivial, de fácil derivação a partir das representações em (24) acima. Pretende-se discutir nesta seção algumas ambigüidades em relação à realização de S lexical e mostrar que nem todas as posições de realização de S alternam com um sujeito nulo.

Assim, as questões a serem colocadas em relação à posição de sujeito podem ser formuladas como: (a) nas construções com S pré-verbal, este constituinte ocupa sempre a mesma posição? (b) nas construções com S pós-verbal, qual a posição (e se é sempre a mesma) ocupada por S? (c) o sujeito nulo *pro* apresenta a mesma distribuição do constituinte S?

Recorrendo mais uma vez à realização do clítico para sanar ambigüidades, e tomando como ponto de partida a análise desenvolvida em Ribeiro 1995, assume-se também aqui que a posição dos clíticos é fixa, quer dizer, considera-se que os clíticos ocupam sempre a mesma posição nas sentenças encaixadas e que as diferentes ordenações encontradas resultam de movimento de constituintes para posições à esquerda do clítico. Desse modo, construções com realização de clíticos, como as já apresentadas, esclarece um pouco da ambigüidade sintática quanto à realização de S. Assume-se também a hipótese de que o sujeito pronominal nulo ou fonologicamente realizado, tópico não marcado, ocupa sempre a posição de especificador de IP.

Partindo desses pressupostos, pode-se dizer que, nas construções SV, duas análises estão disponíveis, como esquematizado a seguir:

(25) a) S V

b) CL S V

c) S CL V

Em (b), o S pode estar ocupando a posição canônica do sujeito, Spec/IP, ou ser um constituinte enfático, deslocado para uma posição acima de IP; em (c), por outro lado, S certamente é um constituinte focalizado ou topicalizado para uma posição à esquerda do clítico. Considera-se, assim, que CL S V pode corresponder a uma ordem não marcada, nos domínios encaixados, na gramática quinhentista, enquanto S CL V corresponde sempre a uma ordem estilisticamente marcada. Desse modo, o sujeito nulo *pro* pode ocorrer em uma estrutura como (25b) - CL *pro* V -, com *pro* em Spec/IP, mas não em **pro* CL V, semelhante a (25c), por não se esperar que uma categoria foneticamente vazia seja topicalizada ou focalizada.

Em relação à ordem V S, também duas possíveis estruturas poderiam estar disponíveis:

(26) a) V S

b) CL V S

c) V CL S

A ordem CL V S, que totaliza 0.07% das sentenças encaixadas com clítico, se realiza com verbos inacusativos/passivos (09 casos) e declarativos (05 casos). Portanto, parece ser construção em que o S ocupa uma posição mais baixa do que a posição canônica de sujeito, Spec/IP¹⁰. Desse modo, não se espera que à ordem CLVS corresponda uma ordem CLV*pro*, desde que *pro* deve ser licenciado em Spec/IP. Assim, quer para CLVS, quer para CLSV, a única estrutura possível com S foneticamente nulo é CL*pro*V, estando *pro* e V em IP. De modo semelhante, fica também esta possibilidade para a ordem V X S, ou seja, CL V X S. Considera-se, assim, que, se os sujeitos pós-verbais estão abaixo de IP, é provável que as estruturas dessas construções sejam CL*pro*VS e CL*pro*VXS, em que Spec/IP é realizado pelo sujeito nulo.

A ordem V CL S, uma estrutura com ênclise, possivelmente derivada de movimento do V para uma posição acima da do clítico, não foi atestada em sentenças encaixadas destes documentos. Em um outro documento quinhentista, a Carta de Pero Vaz de Caminha, os seguintes exemplos foram encontrados:

10 Isto significa que a ordem V S nesse tipo de encaixada não resulta de estrutura com movimento de V para C, como ocorre nas sentenças raízes. Mesmo porque, se houvesse movimento de V para C, a ordem resultante deveria ser V CL S.

(27) e amdauam asy mesturados cõ eles. que eles se esquiuaam e afastauanse e hianse deles peracjma onde outros estauam (CPVC.6v.19-22)

Em (27), duas adverbiais coordenadas ocorrem com as ordens V CL e V CL S, respectivamente. É possível que essas construções resultem de recursividade de CP, como representado em (4) acima. Mesmo assim, há, nessas ordens, duas possibilidades de análise para a realização do constituinte S - em Spec/IP ou abaixo de IP - mas uma só para *pro* - em Spec/IP: VCL*pro*. Sendo partitivo o sujeito deles em (27), admite-se a sua possível realização abaixo de IP, tendo-se, neste caso, uma construção com a estrutura VCL*pro*S.

Vejam-se agora as ordens S X V e X S V, e as possíveis ordenações com um clítico:

(28) a)	S X V	S CL X V	b) X S V	X CL S V
		S X CL V		X S CL V
		CL S X V		CL X S V

Desde que há seis possibilidades, fica difícil determinar a posição exata do sujeito nulo nas ordens S X V e X S V, considerando-se que se assumem as seguintes análises para essas ordens:

- I nas ordens CL S X V e CL X S V, com interpolação dos constituintes S X / X S entre o clítico e o verbo, como já se comentou acima, a alternância livre entre S X ~ X S indica que, mesmo na ordem CL X S V, em que S está linearmente adjacente a V, o constituinte S não ocupa a posição canônica de sujeito. Desse modo, não se pode derivar a posição de *pro* pela de S realizado foneticamente.
- II nas construções com as ordens S CL X V e X CL S V, se os constituintes X e S imediatamente pré-verbal podem se alternar livremente, espera-se que ocupem uma mesma posição, não sendo ela uma posição restrita a sujeito.
- III nas ordens S X CL V e X S CL V, se são estruturas do tipo:

(29) [_{TOP} S/X [_{CP} S/X CL V [_{IP} *pro* ...]]]

os constituintes S e X iniciais são tópicos marcados, uma leitura não disponível para *pro*. Os constituintes S e X adjacentes ao clítico são focos ou tópicos não marcados, deslocados para CP, um tipo de movimento não motivado para *pro*. Assim, a única possibilidade para *pro* é a posição Spec/IP.

2. Conclusão

Em resumo, pode-se considerar os seguintes fatos gerais sobre a sintaxe da ordem, nas sentenças encaixadas, na Obra Pedagógica de João de

Barros: (i) embora seja uma das mais freqüentes, a ordem XV é ambígua, podendo resultar de diferentes estratégias de frenteamento do constituinte X. Só nas construções em que se realizam um CL e/ou o constituinte S pode-se ter evidências claras de qual das estratégias está sendo usada; (ii) os clíticos, sempre pré-verbais, podem ocorrer separados do V por diferentes tipos de constituintes. De acordo com sua colocação em relação aos demais constituintes da sentença, pode-se concluir que diferentes estratégias de frenteamento de constituintes atuam na gramática refletida por esses dados: a topicalização ou focalização V2 para Spec/CP, a topicalização externa a CP, para Spec/TOPP, a focalização para uma posição abaixo de CP, um frenteamento para atribuir ênfase a um dado constituinte; (iii) a ordem V1, sem sujeito foneticamente realizado, a mais freqüente no *corpus*, atesta a propriedade de sujeito nulo desse sistema lingüístico. Esse é um traço sintático que se mantém diacronicamente no português europeu; (iv) em geral, o constituinte S das diversas ordens, com exceção da ordem CL S V, é um constituinte focalizado ou topicalizado, não sendo, assim, o sujeito, no sentido estrito do termo. Desse modo, o número de sentenças com sujeito nulo aumenta consideravelmente, pois muitas das construções com S realizado são estruturas de sujeito nulo.

Abstract

This text deals with some questions related to the word order syntax in embedded sentences based on a corpus got from three João de Barros written texts (16th century), that is: Gramática da Língua Portuguesa, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem and Diálogo da Viçiosa Vergonha. Some syntactical phenomena that characterize, in a general sense, the syntax of what has been called Medieval Portuguese are studied: (a) the V2 order, which is responsible for the possibility of constituent order with subject-verb inversion such as X V S, in which X is a constituent with arbitrary semantic and syntactic functions; (b) the interpolation, that is, the possibility of occurring different types of constituents between the clitic complement pronom and the verb; (c) the stylistic fronting, as a result of a rule of adjectives, participles and adverbs fronting to a pre-verbal position. This is a type of construction very usual in Medieval Portuguese texts, specially in relative sentences with XV order; (d) the property of null subject, a syntactic feature that remains diachronically in the European Portuguese. A reflexion is presented here about the syntactical properties of those structures.

Referências bibliográficas

- Benincà, Paola. (1995). "Complement clitics in Medieval Romance: the Tobler-Mussafia Law". In: A. Battye & I. Roberts (eds.) **Clause Structure and Language Change**. N. York:Oxford.

- Buescu, M. L. C. (1971). **Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Duarte, E. L. (1992). "A perda da ordem VS em interrogativas QU- no português do Brasil". *DELTA*, 8, nº. Especial. pp.37-52.
- Kayne, R. (1993). The antisymmetry of syntax. Cuny. mimeo.
- Kroch, A. S. (1989). "Reflexes of grammar in patterns of language change". *Journal of Language Variation and Change* 1. pp.199-244.
- Lobo, T. (1992). "A colocação dos clíticos em português. duas sincronias em confronto". Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- Lopes Rossi, M. A. G. (1993). "Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil". In: I Roberts & M. Kato. (orgs.). **Português brasileiro. Uma viagem diacrônica**. Campinas: editora da Unicamp. pp.307-342.
- . (em preparação). Tese de Doutorado.
- Martins, A. M. (1994). "Clíticos na história do português". Universidade de Lisboa. Tese de Doutorado.
- Mateus et alii. (1989). **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mattos e Silva, R. V. (1989). **Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pádua, M. P. C. de. (1960). **A ordem das palavras no português arcaico**. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos.
- Ribeiro, I. (1995). **A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2**. Unicamp. Tese de Doutorado.
- Rouveret, A. (1992). Clitic placement, focus and the Wackernagel position in European Portuguese. Université de Paris-VIII. mimeo.
- Said Ali. (1957). **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo, Edições Melhoramentos.
- Salvi, G. (1990). "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica". *Medioevo Romano* 15:117-210.

Adverbiais na "Crônica de D. Pedro"

Sônia Bastos Borba Costa

IL/UFBA.

Resumo

O trabalho apresenta elenco de formas de advérbios e locuções adverbiais ocorrentes no texto "Crônica de D. Pedro", de Fernão Lopes (primeira metade do século XV), a partir dos processos de formação, confrontando-as com as ocorrências em "A Lenda do Rei Rodrigo" (século XIV), na "Carta de Pero Vaz de Caminha" (1500) e com o elenco em gramáticas normativas atuais. Além da abordagem descritiva, são propostos critérios para a caracterização de locuções adverbiais face a sintagmas preposicionais com função adverbial e a advérbios, e destacam-se formas de especial interesse.

Na trilha de um projeto de pesquisa que objetiva detectar características semânticas e sintáticas de palavras tradicionalmente denominadas *advérbios*, bem como *locuções adverbiais*, na constituição histórica da língua portuguesa, projeto vinculado ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) do Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da UFBA, o presente trabalho se fixa nos *advérbios* e *locuções adverbiais* da Crônica de D. Pedro (CDP) de Fernão Lopes, texto da primeira metade do século XV, e apresenta, ao final, quadros dessas formas, listadas a partir de seus processos de formação, postas em relação às ocorrentes em texto anterior, a "Lenda do Rei Rodrigo" (LRR) do século XIV, em texto posterior, a "Carta de Pero Vaz Caminha" (CPVC) de 1500 e no elenco exibido por gramáticas normativas contemporâneas.

A par de tentar listagem exaustiva das formas e, em conseqüência, dos processos de formação, os trabalhos resultantes do projeto têm apresentado seções relativas a manutenções e surgimentos de itens no percurso histórico e considerações sobre a formação e o funcionamento das locuções.

Neste trabalho, uma primeira seção é dedicada a considerações acerca da natureza gramatical das locuções e, numa segunda seção, tecem-se considerações sobre permanências, inovações e migrações detectadas no texto da CDP.

1. Em trabalho anterior¹ foram estabelecidos critérios distintivos entre três categorias pertinentes à questão da delimitação morfossintática das lo-

1. COSTA, Sônia B. B. "Adverbiais na Carta de Caminha". In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador, EDUFBA, 1996.

cuções adverbiais, a saber: SPs com funções semântica e sintática de natureza adverbial (por exemplo, **com pressa**); locuções adverbiais (por exemplo, **às vezes**) e advérbios.

A necessidade de distinguir entre as duas primeiras categorias é evidente; já em relação à categoria *advérbio*, a necessidade de distinção pode parecer obscura, mas é plenamente justificável quando se imagina o devir lingüístico e os processos de gramaticalização e/ou lexicalização dele decorrentes. Com efeito, há um caminho que parte de SPs com múltiplas possibilidades de preenchimento lexical do elemento nominal; que continua com alguns desses que se consolidam tornando-se locuções, visto que mantêm a individualização de seus elementos constitutivos, ao menos na grafia legitimada (melhor dizendo, os normatizadores lingüísticos ainda não lhes reconhecem o novo estatuto morfossintático); e, no fim do caminho, elementos constitutivos de locuções passam a ser reconhecidos como um único vocábulo.

Detecta-se, portanto, na formação de locuções adverbiais e advérbios, quando analisados num *continuum* diacrônico, processos de gramaticalização, entendida como "ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática" (Kurylowicz, 1965, apud Lehmann, 1982, citado em Castilho, 1995), ou como "avanço de um item de um nível *menos gramatical* na direção de um nível *mais gramatical*" (idem, ibidem). Esses conceitos, da maior importância para o estudo diacrônico das línguas, provocam, por certo, atritos na sua aplicação ou identificação dos seus resultados, devido, ao menos, aos discutíveis limites entre itens lexicais e itens gramaticais. É elementar postular-se o indiscutível estatuto lexical da forma latina *mens*, *mentis* e seu também indiscutível estatuto gramatical, tornada morfema derivacional nas formas portuguesas do tipo *lentamente*. É o percurso de uma forma que o Estruturalismo classificou, na sua benvinda saga descritiva e taxionômica, como forma livre, com sua proverbialmente reconhecida autonomia no discurso, para uma forma presa, com sua também proverbial impossibilidade de uso isolado.

É também pacífico postular-se o estatuto gramatical da forma *-ismo* em item lexical como *estruturalismo*, e o seu estatuto lexical em sintagmas como "os *ismos* da ciência tal" (apud Castilho, 1995), postulando-se ainda a distinção forma presa/forma livre.

Atritos podem surgir quando a aplicação desses conceitos envolvem as denominadas, segundo Mattoso Câmara Jr., formas dependentes, que ficam a meio caminho entre léxico e gramática, partilhando características com ambas as categorias. Se a atenção se concentra nas locuções adverbiais, a questão está posta, visto que são flagrantes de um processo, além de resultantes

da junção de formas dependentes (gramaticais?) a formas livres (lexicais).

Concretizando o foco, observe-se a típica locução adverbial *de cima*. Confrontando-se com SPs, essa forma é considerada uma locução, essencialmente porque: a) não pode ter o seu elemento nominal substituído, mantendo-se o seu significado, nem por um sinônimo; b) não pode sofrer intercalações ou inversões; c) não pode ser usada com exclusão de qualquer dos seus elementos, mesmo em enumerações. Confrontando-se com advérbios, ela é ainda considerada uma locução, não só devido à convenção ortográfica, mas também porque o seu primeiro elemento é reconhecido como uma forma dependente, de relativa autonomia no discurso. Pois bem. A locução é constituída de um item lexical (*cima*) e de um item gramatical (*de*) que se juntaram e formaram um item adverbial (gramatical?). Temos ou não um processo de gramaticalização? Não se trata de *um* item lexical isolado, uma forma livre, que avança no sentido da gramática ou de *um* item gramatical, uma forma dependente, que avança no sentido do léxico. São dois itens que se juntam: uma forma gramatical, forma dependente, junta-se a uma forma lexical, forma livre, para dar origem a uma nova forma dependente. Propõe-se aqui que se interprete o fenômeno como flagrante de um processo de gramaticalização: o elemento lexical, forma livre, perde sua iconicidade, característica semântica básica para sua inclusão no léxico, e perde também sua autonomia, característica funcional básica para sua inclusão como forma livre. Caminha para tornar-se uma forma presa, um morfema lexical básico. Quanto ao elemento gramatical, forma dependente, perde sua parca "autonomia", que distingue as formas dependentes das formas presas, e caminha para se tornar uma forma presa (um morfema lexical subsidiário - um prefixo), fenômeno que se evidencia quando locuções passam a advérbios (por exemplo, **depressa**, **devagar**).

Essa interpretação encaixa-se mais pacificamente nas locuções em avançado estágio de gramaticalização como, por exemplo, uma locução como **de chofre**, cujo item nominal praticamente não tem existência autônoma nos discursos, como, aliás, ocorre também com a forma **cima**. Em outras locuções como **às vezes**, não só a consciência da autonomia do item lexical como o paralelo com outras locuções de base lexical idêntica (por exemplo, **por vezes**) perturba a interpretação do item nominal como um morfema lexical básico. Contudo, o processo não é diferente daquele que produz itens lexicais diversos a partir da junção de prefixos distintos ao mesmo morfema lexical básico (por exemplo, **regredir**, **transgredir**, **progredir**; **portar**, **transportar**, **comportar**).

Resta uma questão: serão os advérbios e, conseqüentemente, as locuções adverbiais, itens do léxico ou da gramática? Reservando a discussão

mais detalhada para o futuro, propõe-se no presente a sua consideração como itens da gramática, lembrando, contudo, que a distinção entre inventário aberto (léxico) e inventário fechado (gramática) é fragilizada pela existência dos advérbios formados com o morfema - *mente* e pela própria existência e produtividade dos processos formadores de locuções; que o argumento de que só elementos do léxico servem de base para formar novos itens lexicais é também frágil, porque locuções têm dado origem a advérbios que, recursivamente, originam novas locuções que podem vir a originar novos advérbios (por exemplo, *de + intro > dentro; de dentro*).

Propõe-se, assim, que os processos de formação de locuções adverbiais bem como sua posterior consolidação em novos advérbios sejam interpretados como processos de gramaticalização, não só porque itens lexicais avançam na direção da gramática ao se tornarem morfemas lexicais básicos, portanto formas presas, como porque formas dependentes (que são itens gramaticais que gozam de alguma autonomia discursiva) avançam no sentido de um grau maior de gramaticalização, tornando-se formas presas. Essa última caracterização adequa-se também àquelas locuções que se compõem de dois itens gramaticais, duas formas dependentes, e que caminham no sentido de tornarem-se formas presas de um único vocábulo (por exemplo, *por aqui, de lá*).

2. No texto da CDP foram encontradas formas representantes de dezenove processos de formação no que diz respeito aos advérbios e de quatorze processos no que diz respeito às locuções adverbiais. Quatro dos processos de formação de advérbios detectados nas fontes pesquisadas não se acham representados na CDP: três deles só representados na atualidade (os de nºs 4, 8 e 18) e um deles (o de nº 20) ainda ocorrente na CDP como uma locução adverbial. Quanto aos processos de formação de locuções adverbiais, dos vinte e dois encontrados nas fontes pesquisadas, oito não se acham representados: um deles só ocorreu no texto mais antigo (LRR); três só ocorrem na atualidade; três ocorreram na CPVC e na atualidade e um ocorreu apenas na CPVC.

A observação dos quadros permite assim um vislumbre do percurso histórico, da permanência e surgimento desse elementos, considerado, no entanto, o fato de serem dois dos textos analisados de curta extensão (LRR e CPVC) e o elenco das gramáticas normativas ter sido tomado "tout court", não tendo sido submetido aos mesmos critérios de classificação que os demais, o que equivale a dizer que o elenco de formas de LRR, da CDP e da CPVC apresentado nos quadros, bem como sua classificação são de responsabilidade da autora deste trabalho, enquanto que o elenco referente às gra-

máticas atuais ateve-se às formas constantes nas gramáticas consultadas.

Por sua vez, há processos de formação de locuções adverbiais encontrados apenas na CDP e não nas demais fontes (os de nºs 5, 7 e 22), o que vem talvez corroborar o descompasso entre a extensão dos textos pesquisados.

A seguir, serão apresentados alguns pontos, destacados do confronto, que pareceram interessantes. Ressalte-se que as afirmações carecem de aprofundamento dialectológico, baseando-se muitas vezes apenas na vivência lingüística da autora:

2.1. A locução *de boamente* (LRR) ocorre na CDP, embora em texto de data posterior, num estágio anterior de gramaticalização (*de boa mente*). Destaque-se que essa locução perdeu-se no percurso histórico, visto não parecer ocorrente na atualidade, nem mesmo o item adverbial que a compõe (*boamente*).

2.2. As seqüências *d'alli* e *d'onde* foram consideradas advérbios na CDP, tanto quanto, na CPVC, as formas *domde*, *daly* e sua análoga *daquy*; na atualidade não constam do elenco das gramáticas normativas. Para a consideração dessas formas como advérbios foi utilizado o critério da grafia e a perda de elemento fônico da preposição. Quanto às gramáticas atuais, elas não apresentam formas que tais em seus elencos, ou seja, não as consideram quer advérbios, quer locuções, cabendo talvez atribuir-se-lhes a denominação destinada a formas como *deste*, que as gramáticas normativas consideram "combinações de preposição com pronomes demonstrativos". Essa posição das gramáticas não parece ser de qualquer modo defensável. Preferiu-se, portanto, considerá-las advérbios.

2.3. A propósito da locução *pela manhã* (:: *pella manhã*) na CDP faz-se interessante a seguinte observação: é esta mesma locução que ocorre na CPVC, na forma *pola manhã*, com o mesmo significado. Acontece que, como já destacado em trabalho anterior², na CPVC, ocorre também a locução *de manhã* que, a princípio, pareceria ser equivalente a *pola manhã*, o que não se confirma nos contextos. Na CPVC, a locução *pola manhã* equivale ao atual *pela manhã* ou *de manhã*, enquanto que *demanhã* :: *de manhã* equivale ao atual advérbio *amanhã*. A ocorrência de *pela manhã* na CDP é portanto um reforço para a distinção *pela (pola) manhã / demanhã* :: *de manhã* na CPVC.

2. COSTA, Sônia B. B. "Adverbiais na Carta de Caminha". In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador, EDUFBA, 1996.

2.4. O advérbio *deante* (CDP), *diãte* :: *diante* (CPVC) oferece quadro ilustrativo de interessante percurso: resultado da junção de uma preposição e um advérbio, na atualidade não funciona como advérbio, ocorrendo apenas como elemento constitutivo de locuções, como *diante de* (L PREP), **de hoje em diante, daqui por diante** (L ADV). Ocorre também o advérbio **adiante**, resultante da junção da possível locução adverbial *a diante*, não documentada nos textos pesquisados. Essa recursividade dos processos de formação de locuções é um dos pontos que tornam interessante a abordagem dos processos de gramaticalização da língua, visto que elementos considerados gramaticais agem como geradores de novos vocábulos.

2.5. Os pares *já x ainda* e *ainda não x já não* :: *não mais* da atualidade oferecem também ponto de interesse. Enquanto o valor de *já* e *ainda* tem permanecido constante nos três textos estudados e na atualidade, os seus correlatos negativos, a saber, respectivamente *ainda não* e *já não* (preferido na norma culta portuguesa) que varia com *não...mais* (preferido na norma culta brasileira) não são tão constantes. Para o valor semântico de *ainda não* há ausência de registros na LRR, enquanto na CDP ocorre num exemplo ambíguo, a ver:

- (1) **ca ainda nom era mais arredado** (p.253, ls.47-48)

e na CPVC ocorre como *nõ...ajnda*, a ver:

- (2) **eu creo S^{or} que nõ dey ajnda aquy conta avosa alteza...** (f.10, ls.12-13).
(3) **epor ele nõ teer ajnda comjdo poseranhhe toalhas...** (f.10v., ls.10-11).

Para o valor de *já não* :: *não mais*, temos na LRR as formas *nom ja*, *nom...mais*; na CDP, *nom..ja*, *nom...mais*, a ver:

- (4) **porque el nom estava ja em tempo de os poder deffender d'elle**
(p.222, ls.40-41).
(5) **Este rrei nom quis mais casar** (p.93, ls 52-53).

Na CPVC ocorrem *nõ...ja*, num exemplo de significado obscuro, a ver:

- (6) **que falava mujto aos outros que se afastasem mas nõ ja que mamỹ parecese que lhe tijnham acatamêto nē medo** (f.5v., ls. 12-15)

e *nom...majs*, variando com *nom...mais* e *nõ...mais*, equivalente ao uso atual, a ver:

- (7) **e nom pareçeo majs** (fl.1, l.28).
(8) **os quaaes asy como sairã nom pararam mais** (f.3v., ls.27-28).
(9) **e nõ quijs mais tornar do rrio peraaquem** (f.8, ls.8-9).

A observação sequenciada sugere, portanto, um conservadorismo na

forma preferida pela norma brasileira, *não...mais*, evidente num exemplo como:

(10) **ele não vai mais viajar,**

enquanto a forma preferida pelos portugueses representa uma inversão do *nom...ja* ou *nõ ja* antigo, a observar num exemplo como:

(11) **ele já não vai viajar.**

2.6. Interessante é a especialização de uso, na LRR, das formas *depós*, sempre preposição: *depós que* :: *despois que*, sempre locução conjuntiva e *despois*, sempre advérbio. Na CDP, ocorrem *depós* como preposição e *depois*, quer como advérbio, quer como integrante da locução prepositiva *depois de* ou da locução conjuntiva *depois que*. A forma *despois* reaparece na CPVC como advérbio, variando com *depois*, não tendo sido investigada a forma ocorrente da preposição ou da locução conjuntiva.

2.7. A locução *isso meesmo*, que varia com *esso medês* (esta última numa única ocorrência) na CDP, não foi documentada nos outros dois textos e a sua ocorrência na atualidade parece não guardar o mesmo significado, pelo menos em todas as ocorrências. Na CDP, essa locução, que ocorre dezessete vezes, parece equivaler, pelo menos em alguns exemplos, ao atual **também**, que ocorre apenas uma vez naquele texto. Para o mesmo significado ocorre ainda na CDP a forma *outrossi*, não tendo sido detectada seguramente a especificidade semântica ou sintática que as distinguiu (se isso ocorria). Parece possível que a forma *outrossi* ocorra também em função de conjunção. Confrontem-se os exemplos:

- (12) **Esta virtude he mui necessaria ao rrei e isso meesmo aos seus sogeitos** (p.88, ls.24-25)
- (13) **sabendo todo o que avehera a el - rrei dom Pedro em Sevilha e isso meesmo em Purtugall** (p.267, ls.4-5)
- (14) **... enviou-lhe ho dito rrei de Castella rrogar que lhe quisesse fazer ajuda per mar e per terra em aquella guerra que entom avia contra el - rrei d'Aracom, ca esso medês tiinha el em voontade de fazer a elle quando lhe compridoiro fosse** (p.149, ls.68-72)
- (15) **e que el assi o entendia de fazer, tambem em aquell mester que entom avia come em todollos outros** (p.150, ls.86-89)
- (16) **Outrossi enviamos, pera trager o corpo** (p.96, l.45)

Observe-se agora o exemplo abaixo em que, a par de documentar a ocorrência de *isso meesmo* e de *outrossi*, registra a proximidade semântica e sintática entre as duas formas:

- (17) **e, acabado o anno, tragia cada hũu quanto comprara aaquelles logares onde avia de ser posto em tesouro, e aviam estes**

cambadores certa cousa de cada peça d'ouro que compravam; e o que sobejava em moeda poinhan-no isso meesmo em deposito. Outra torre avia no castello de Santarem, em que outrossi estava mui gram tesouro de moeda e d'outras cousas... (p.136, ls. 31-77)

Para o referido significado, na LRR ocorre apenas *outrossi* e, na CPVC, ocorre apenas *tam bem*, ainda sob a forma de locução, a ver:

- (18) *tragia sempre mui grande casa e mui honrada de muitos fidalgos e outrossi sua mulher acompanhada de...* (LRR, p.40)
- (19) *e tam bem vio huū castical de prata e asy meesmo acenaua peraa tera e entã perao castical como que avia tam bem prata* (CPVC, f.3, ls. 6-8)

2.8. O item lexical *guisa* na LRR aparece nos SPs *desta guisa, em tal guisa, em toda guisa*, variando com *maneira* ocorrente nos SPs *em outra maneira, em tal maneira*. Na CDP a variação persiste nos SPs *per outra guisa, per esta guisa, em esta guisa, d'esta guisa, d'outra guisa, de tal guisa*, coocorrendo com os SPs *per outra maneira, per esta maneira, em esta maneira, d'outra maneira*. Já na CPVC, como já observado em trabalho anterior³, não se registra a forma *guisa*, enquanto a forma *maneira* ocorre no SPs *ẽ toda maneira* e na frequente locução prepositiva *maneira de*.

2.9. Outro item lexical que representa curiosidade é a forma *baixo*. Não ocorrente na LRR nem na CDP, ocorrem na CPVC as locuções *pera baixo* e *ataa baixo*, os advérbios *baixo* e *debaixo*, a locução adjetiva *de baixo* e as locuções prepositivas *per baixo de* e *debaixo de*.

3. Passa-se assim a apresentar os processos históricos de formação dos advérbios e das locuções adverbiais que foram constatados (coluna um dos quadros), seguidos pelas respectivas formas ocorrentes no texto da LRR (coluna dois), no texto da CDP (coluna três), no texto da CPVC (coluna quatro) e aquelas registradas nas gramáticas consultadas (quadro à parte). Esclarece-se que, para as classes morfossintáticas, foram utilizadas as denominações convencionais (N, ADJ, PRON, V, ADV, PREP, CONJ, SN) e que, quando um processo se efetiva, introduzindo portanto um novo item de uma das classes, nos quadros já se classifica esse novo item como elemento dessa classe para a descrição dos processos de formação em que figure.

Lembra-se ainda que enquanto o elenco de formas referentes à LRR, a CDP e CPVC são de responsabilidade da autora, o elenco referente às gramáticas atuais teve-se, em sua quase totalidade, às formas constantes das gramáticas consultadas; acresceram-se apenas as formas que são acom-

3. COSTA, Sônia B. B. "Adverbiais na Carta de Caminha". In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador, EDUFBA, 1996.

panhadas por um (*), as quais, embora não listadas nas referidas gramáticas, são de inegável atualidade.

Esclarece-se, também, que as formas seguidas de (?) têm o seu processo de formação não seguramente estabelecido, figurando, assim, em mais de um processo.

Résumé:

Ce travail présente le répertoire des formes d'adverbes et de locutions adverbiales rencontrés dans le texte "Crônica de D. Pedro", de Fernão Lopes (première moitié du XV^e siècle), à partir des processus de formation. Ces formes sont comparées avec celles rencontrées dans "A Lenda do Rei Rodrigo" (XIV^e siècle), dans la "Carta de Pero Vaz de Caminha" (1500), de même qu'avec les listes des grammaires normatives actuelles. Outre l'approche descriptive, on propose des critères pour la caractérisation des locutions adverbiales par rapport aux groupes prépositionnels ayant fonction adverbiale et par rapport aux adverbes et on met en relief les formes d'intérêt spécial.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1989) *Gramática metódica da língua portuguesa*. 36^a ed. São Paulo, Perspectiva.
- BECHARA, Evanildo (1987) *Moderna gramática portuguesa*. 31^a ed. São Paulo, Nacional.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.) (1990). *Gramática do português falado*. vol. 1: A ordem. Campinas, Ed. da UNICAMP/FAPESP (Série Pesquisa)
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.) (1990). "Gramaticalização". Neste número.
- CINTRA, Luís Felipe L. (1964) *A Lenda do Rei Rodrigo*. Lisboa, Editorial Verbo.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1958) *Gramática histórica*. 4^a ed. rev. aum. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- CUNHA, A. G. (org.) (1964) *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Edição preparada por Sílvia Batista Pereira. Rio de Janeiro, INL/MEC (Coleção Dicionário da Língua Portuguesa: textos e vocabulários).
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. (1985) *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LOPES, Fernão (1966) *Crônica de D. Pedro*. Edição crítica com introdução e glossário a cura di Giuliano Macchi. Roma, Edizioni dell'Ateneo.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989) *Estruturas trecentistas; elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- NASCENTES, Antenor (1932) *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro.
- NUNES, José Joaquim (1951) *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. 4^a ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- SARAIVA, F. R. dos Santos (S/d) *Novíssimo dicionário latino-português*. 5^a ed. Rio de Janeiro, Garnier.

Quadro dos advérbios

Processos de Formação	Lenda do Rei Rodrigo	Crônica de D. Pedro	Carta Pero Vaz Caminha
1) Adv < Adv	Aalém (?), Ante, Bem, Cedo, Ende, Fora, I, Já, Mais, Mal, Menos, Mui, Muito, Nom, Nunca, Onde, Pouco, Sempre, Suso, Tam, Tanto, Tarde	Amte::Antes, Bem, Cedo, Fora, Hi::i, Hu, Item, Já, Lá, Mais, Mall::Mal, Menos, Mui, Muito, Nom, Nunca, Preto, Oje, Onde::Honde, Pouco, Tarde, Sempre, Tan::Tam, Tanto	Aalem (?), Ante::Amte, Bem, Cedo, Casy, Fora, Oje, Hy, Ja, La, Mais::Majs, Mal, Muy, Nũca, Muito::Moito, Nom::Nã::Nõ, Omde::Onde, Perto, Pouco, Senpre, Tam::Tã, Tanto::Tamto, Tarde,
2) Adv < N	Logo, Ora	Asinha, Logo, Ora	Logo::Loguo, Ora
3) Adv < Adj	Certas, Certo, Pior, Todo, Toste, Melhor, Peor	Alto, Soo, Certo, Dereito, Melhor, Peor, Toste, Primeiro, Semelhante	Baixo, Pior, Toda, Certo, Milhor::Mijhor, Rrijo, Primeiro::Primº
4) Adv < Pron	_____	_____	_____
5) Adv < V	_____	Abastante, Junto	_____
6) Adv < Sn	Agora	Agora, Todavia	Agora
7) Adv < Sn (Adj + Mente)	Certam ^{te} , Chãam ^{te} , Comunal ^m , Conhecidam ^{te} , Dereitam ^{te} , Desaventuradam ^{te} , Descubertam ^{te} , Deslealm ^{te} , Desmesuradam ^{te} , Doorosam ^{te} , Encubertam ^{te} , Escondidam ^{te} , Esforçadam ^{te} , Graciosam ^{te} , Homildem ^{te} , Honradam ^{te} , Leaalm ^{te} , Ligeiram ^{te} , Longamente, Maravilhosam ^{te} , Nobrem ^{te} , Solam ^{te} , Sotilm ^{te} , Vilm ^{te}	Antigam ^{te} , Apartadam ^{te} , Ardentem ^{te} , Asiinadam ^{te} , Assessegadam ^{te} , Avondosam ^{te} , Brevem ^{te} , Calladam ^{te} , Certam ^{te} , Claram ^{te} , Compridam ^{te} , Corporalm ^{te} , Cruellm ^{te} , Curtam ^{te} , Dereitam ^{te} , Dignam ^{te} , Encubertam ^{te} , Enteiram ^{te} , Escusam ^{te} , Espicialm ^{te} , Estremadam ^{te} , Feam ^{te} , Finalm ^{te} , Fortem ^{te} , Graciosam ^{te} , Grandem ^{te} , Honrradam ^{te} , Humildosam ^{te} , Juntam ^{te} , Largam ^{te} , Licitam ^{te} , Lidemam ^{te} , Moorm ^{te} , Naturalm ^{te} , Necessariam ^{te} , Novam ^{te} , Piedosam ^{te} , Presumptuosam ^{te} , Primeiram ^{te} , Pubricam ^{te} , Rraram ^{te} , Secretam ^{te} , Secretariam ^{te} , Semelhavelm ^{te} , Simprezm ^{te} , Solemnem ^{te} , Soom ^{te} , Sotilm ^{te} , Temperadam ^{te} , Tostem ^{te} , Trigosam ^{te} , Verdadeiraam ^{te}	Especialm ^{te} , Ligeiram ^{te} , Premeiram ^{te} , Soom ^{te} ::Soom ^{te} ::Som ^{te}
8) Adv < F	_____	_____	_____
9) Adv < Adv + Adv	Acó, Aqui, Aaquém(?), Cá	Anteagora, Aqui, Cá, Tambem	Aquém(?), Aqui::Aquy, Ca
10) Adv < Adv + Prep	Ainda(?)	Ainda(?)	Ainda::Ajnda(?)
11) Adv < Prep + Prep	Acerca	Acerca	Detrás
12) Adv < Prep + Adv	Aadur(?), Ainda(?), Ali, Aló, Assaz, Assi, Demais, Entom, Dentro	Aadur(?), Ainda(?), Ali::Alli::Ally, Allo, Assi, Deante, Ameude, Assaz::Asaz, D'Alli, Dentro, D'Onde, Entom, Alla, Estonce, Entanto	Ajnda::Ajnda(?), Dantes, Assaz::Asaz, Diãte::Diante, Dentro::Demtro, Domde, Entã::Entam::Entan, Aly, Asy
13) Adv < Prep + Adj	Aadur	Aadur(?)	Debaixo
14) Adv < Prep + Pron	_____	Porén	_____
15) Adv < Prep + Sn	Aacima, Arredor	Aacima, Arredor	Ontem, Demanhãa::De manhãa
16) Adv < Pron + Adv	Outrossi	Outrossi	_____
17) Adv < Reforço + Pron	Meesmo	Meesmo	Meesmo
18) Adv < Conj + V	_____	_____	_____
19) Adv < Prep + Adv + Prep	Ainda(?), Aalém(?), Aaquém(?)	Ainda(?)	Ajnda::Ajnda(?), Aalem(?), Aquem(?)
20) Adv < Prep + Adv + Adv	_____	_____	Daquy
21) Adv < Prep + Prep + Prep	Despois	Despois	Despois::Depois
22) Adv < Prep + Prep + Adv	Adiante, Desi	Adiante::Adeante, Dessy	Daly
23) Adv < Prep + Prep + N	_____	Adeparte	_____

Quadro das locuções adverbiais

Processos de Formação	Lenda do Rei Rodrigo	Crônica de D. Pedro	Carta Pero Vaz Caminha
1) L Adv < Prep + Adv	De Boamente, De Dentro, De Fora, De Suso, Por Diante	D'Alli, D'Onde, Per Allii::Per Aly, Per Hi	De Dentro, De Perto, Perala, Peraaly, Peraaquem, Pera Detras, Per Fora, Perhy
2) L Adv < Prep + N	Em Cima, Per Ventura, Per Noite	Atrav'es, De Cima, De Dia, De Madurgada, De Noite, De Pee, De Proposito, De Termo, De Verdade, Em Verdade, Per Dias, Per Força, Per Vezes, Por Dia	Apreposito, De Frecha, De Noute::Denoute, De Vagar, E Cima, Per Cima::Percjma, Pera Cjma::Peracjma, Per Força
3) L Adv < Prep + Adj	Em Certo, Por Certo	Em Breve, Em Certo, Em Salvo, Per Meudo	De Lomgo :: Delomgo :: Pera Baixo, Ataa Baixo
4) L Adv < Prep + Pron	Em Todo, Por Tanto	De Todo	De Todo :: Detodo
5) L Adv < Prep + V	_____	De Feito	_____
6) L Adv < Prep + Sn	Aaredonda, Pela Manhã	Aa Mão, Aa Noite, Aa Primeira, Aa Tarde, Aas Vezes, Ao Deante, Ao Depois, De Boa Mente, De Todo Ponto, Pela Manhã::Pella Manhã, Pello Mehudo::Pello Meudo, Ao Menos	Aaprimeira, Aatarde, Ao Longo, Da Primeira, Pelo Meudo, Pola Manhaã
7) L Adv < Prep + Sn...Prep + Sn	_____	A Hua... A Outra	_____
8) L Adv < Prep + Adv + Prep + Adv	_____	De bem em melhor	Dhi A Pouco
9) L Adv < Prep + N + Prep + N	_____	_____	Depomta Apomta, De Fumdo Acjma
10) L Adv < Prep + Sn + Prep + Sn	_____	_____	Dhũa maão peraaouta
11) L Adv < Prep + N + Prep + Adv	_____	_____	_____
12) L Adv < Prep + Prep + Adv + Adv	Des Hoje Mais	_____	_____
13) L Adv < Adv + Adv	_____	Ainda Nom, Nunca Mais	Tam Bem
14) L Adv < Adv...Adv	Nom Ja, Nom Mais	Nom... Já, Nom...Mais	Nom...Ja, Nõ...Ajnda, Nom...Majs::Nom...Mais::Nõ... Mais, Nunca Mais
15) L Adv < Adv + Prep + Adv	_____	_____	_____
16) L Adv < Adv + Conj + Adv	_____	_____	Mais E Mais
17) L AdvAdv + Adv + Conj + (Adv) + Adv	_____	Pouco Mais Ou Menos (: Meos)	Pouco Mais Ou Menos
18) L Adv < N + Prep + N	_____	_____	_____
19) L Adv < Sn	_____	Cada dia, Este Ano, HUU Pouco, Muitas Vezes, Outra Vez	Huu Pouco, Outra Vez :: Outª Vez, HUU Pedaco, Tã Malaues, Este Dia, Esta Noute
20) L Adv < Sn + Adv	_____	Cada vez mais	_____
21) L Adv < Pron + Pron	_____	_____	Poucos E Poucos
22) L Adv < Pron + Adv	_____	Isso Meesmo::Esso Medês	_____

Quadro dos advérbios

Processos de Formação	Gramáticas Atuais
1) Adv < Adv	Antes, Além (?), Bem, Breve, Cedó, Como, Certo, Fora, Hoje, Já, Lá, Longe, Mal, Mais, Menos, Muito, Nunca, Não, Onde, Pouco, Quase, Quando, Quanto, Quão, Sempre, Sim, Tarde, Tão, Tanto
2) Adv < N	Logo, Ora
3) Adv < Adj	Alto, Baixo, Junto, Meio, Melhor, Pior, Todo, Rente, Só
4) Adv < Pron	Algo
5) Adv < V	Bastante
6) Adv < Sn	Outrora, Agora, Talvez, Nada
7) Adv < Sn (Adj + Mente)	Claram ^{te} , Certam ^{te} , Excessivam ^{te} , Felizm ^{te} , Fortem ^{te} , Etc.
8) Adv < F	Quiçá
9) Adv < Adv + Adv	Jamais, Acolá, Aqui, Aquém(?), Anteontem
10) Adv < Adv + Prep	Ainda(?)
11) Adv < Prep + Prep	Atrás, Avante, Detrás
12) Adv < Prep + Adv	Adrede, Afora, Aí, Ainda(?), Ali, Assaz, Assim, Dantes, Demais, Dentro, Então
13) Adv < Prep + Adj	Abaixo, Deveras, Decerto
14) Adv < Prep + Pron	_____
15) Adv < Prep + Sn	Acaso, Acima, Amanhã, Apenas, Através, Defronte, Depressa, Devagar, Entrementes, Ontem, Porventura, Embora, Sobremaneira, Sobremodo
16) Adv < Pron + Adv	_____
17) Adv < Reforço + Pron	Mesmo
18) Adv < Conj + V	Sequer
19) Adv < Prep + Adv + Prep	Ainda(?), Além(?), Aquém(?)
20) Adv < Prep + Adv + Adv	_____
21) Adv < Prep + Prep + Prep	Depois
22) Adv < Prep + Prep + Ad	Adiante
22) Adv < Prep + Prep + N	_____

Quadro das locuções adverbiais

Processos de Formação	Gramáticas Atuais
1) L Adv < Prep + Adv	De Dentro, De Longe, De Muito, De Perto, Em Breve, Para Dentro, Para Onde, Para Sempre, Por Ali, Por Aqui, Por Dentro, Por Fora, Por Onde, Por Pouco
2) L Adv < Prep + N	A Furto, A Granel, A Rodo. Com Certeza, De Cima, De Cor, De Chofre, De Dia, De Frente, De Improviso, De Manhã, De Noite, De Propósito, De Repente, De Relance, De Resto, De Revés, De Regra, De Sobreaviso, De Través, De Vez, Em Cima, Em Silêncio, Em Verdade, Por Acaso, Por Atacado, Por Milagre
3) L Adv < Prep + Adj	De Certo, De Largo, De Novo, De Súbito, Em Geral, Em Vão, Por Certo
4) L Adv < Prep + Pron	_____
5) L Adv < Prep + V	_____
6) L Adv < Prep + Sn	À Direita, À Distância, À Escura, À Esquerda, À Noite, À Revelia, Tarde, À Vontade, Ao Contrário, Ao Invés, Ao Lado, Ao Léu, Às Pressas, Às Vezes, De Forma Alguma, De Modo Nenhum, De Um Golpe, Nesse Meio Tempo, Pela Manhã, Ao Certo, Às Aversas, Às Cegas, Às Claras, Às Direitas, Às Escondidas, Às Tontas, De Alto e Bom Som, De Boa Vontade, De Bom Grado, De Caso Pensado, De Viva Voz.
7) L Adv < Prep + Sn...Prep + Sn	_____
8) L Adv < Prep + Adv + Prep + Adv	De Longe Em Longe, De Quando Em Quando, De Onde Em Onde, De Hoje Em Diante
9) L Adv < Prep + N + Prep + N	De Cabo A Rabo, De Fio A Pavio, De Mão Em Mão, De Tempos Em Tempos
10) L Adv < Prep + Sn + Prep + Sn	De Uma Hora Para Outra *
11) L Adv < Prep + N + Prep + Adv	De Vez Em Quando
12) L Adv < Prep + Prep + Adv + Adv	_____
13) L Adv < Adv + Adv	Ainda Não, Já ... Não *, Nunca Mais*
14) L Adv < Adv...Adv	Não...Mais
15) L Adv < Adv + Prep + Adv	Pouco A Pouco, Daqui Por Diante, Daquí Em Diante
16) L Adv < Adv + Conj + Adv	Mais E Mais *
17) L Adv < Adv + Adv + Conj + (Adv) + Adv	Pouco Mais Ou Menos *
18) L Adv < N + Prep + N	Gota A Gota, Passo A Passo
19) L Adv < Sn	Muitas Vezes, Todo Dia, Toda Semana
20) L Adv < Sn + Adv	Cada Vez Mais *
21) L Adv < Pron + Pron	_____
21) L Adv < Pron + Adv	_____

Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista

Rosa Virgínia Mattos e Silva

UFBa

Resumo

Apresentam-se os resultados dos dados analisados em *corpus* galego-português ducentista (o *Testamento de Afonso II*, o *Foro Real de Afonso X*, as *Cantigas de Santa Maria* e os sessenta documentos referentes ao século XIII, editados por Clarinda Mais em 1986) sobre os usos dos verbos *ser*, *estar*, *haver* e *ter* no século XIII, sobretudo nas estruturas em que aparecem em variações: existenciais (*ser*~*haver*); atributivas (*ser*~*estar*); possessivas (*ser*~*haver*~*ter*) e nas estruturas com participio passado (*ser*~*estar*~*haver*~*ter*). Para essas últimas utilizou-se como *corpus* complementar o *Cancioneiro da Ajuda*. Este estudo é parte de um projeto mais abrangente, que, em documentação seriada dos séculos XIII a XVI, busca demonstrar a variação desses verbos nessas estruturas e as mudanças que levaram à seleção de *haver* nas estruturas existenciais; a de *ter* nas possessivas; a de *estar* nas atributivas transitórias e o surgimento e generalização do 'tempo composto' com *haver/ter* e o desaparecimento de *ser* em estruturas com participio passado de verbos não-transitivos.

Introdução

Apresentamos aqui os resultados da análise efetuada sobre um **corpus** ducentista galego-português, com o objetivo de verificar, no século XIII, fatos já analisados em documentação posterior, séculos XIV e XV, relativos ao uso dos verbos em foco nas estruturas em que aparecem em variação: existenciais (*ser* ~ *haver*); atributivas (*ser* ~ *estar*); possessivas (*ser* ~ *haver* ~ *ter*) e estruturas com participio passado (*ser* ~ *estar* ~ *haver* ~ *ter*).

É este estudo parte de um projeto mais amplo¹, em andamento, no qual enfocamos tais verbos na diacronia dos três séculos que compõem o primeiro período documentado do português, designado como período arcaico, antigo ou medieval, que, na sua primeira fase, constituiu uma relativa unidade com o galego. Inaugura-se esse período com o **Testamento de Afonso II** de 1214. Seu término, ainda não definido com rigor intralingüístico, pode ser considerado os meados do século XVI.

1. Intitula-se o projeto referido "Relações semântico-sintáticas entre *ser*, *estar*, *haver* e *ter* no português arcaico: variação e mudança" e é dos projetos individuais do "Programa para a história da língua portuguesa-PROHPOR", subsidiado pelo CNPq.

Nesse projeto em andamento buscamos demonstrar e interpretar, com base em documentação seriada do século XIII ao XVI, as interrelações estruturais que terão levado, na diacronia do período arcaico ao início do moderno, por alguns designado como clássico, à seleção de *haver* nas estruturas existenciais; à de *ter* nas possessivas; à de *estar* nas atributivas transitórias; ao surgimento e generalização do “tempo composto” com *haver/ter* e ao desaparecimento de *ser* em estruturas com participio passado de verbos não-transitivos, tipo de estrutura corrente no período arcaico.

Aqui nos restringiremos aos dados ducentistas, para a verificação do estado dos fatos no primeiro século em que o português aparece escrito.

1 O corpus ducentista

Selecionamos como documentação representativa do século XIII os seguintes textos:

1. O **Testamento de Afonso II** (T. Af. II)
2. O **Foro Real de Afonso X** (FR)
3. As **Cantigas de Santa Maria de Afonso X** (CSM)
4. Os 60 documentos referentes ao século XIII editados por C. Maia (DCM)

1.1 O Testamento de Afonso II (T. Af. II)

Este documento inaugural — pelo que se sabe até o momento — do português escrito é datado de 1214 e foi escrito em treze cópias na chancelaria do terceiro rei português, Afonso II, em Coimbra. Dele chegaram até nós o ms. L (hoje no ANTT-Mitra de Braga, cx.1-nº 48) e o T (da Catedral de Toledo - Archivo Z.4.B.6). Este **Testamento** caracteriza-se como um texto isolado e temporão na história da documentação remanescente escrita em português, que só se estabelece e se multiplica a partir de meados do século XIII.

Adotamos neste trabalho a edição de Pe. Avelino de Jesus da Costa (1976), paleógrafo e historiador medievalista português, tendo seguido o manuscrito de Lisboa (L) que, no observado para esta pesquisa, não difere do de Toledo (T), como supusemos pudesse acontecer.

O **Testamento** é constituído de 130 linhas impressas na edição utilizada e os dados dele levantados se referem ao total do documento. Na exemplificação utilizada na análise, a linha se refere à do ms. L.

1.2 O Foro Real de Afonso X

O **Foro Real**, na versão utilizada neste trabalho, é uma cópia de tradução do **Fuero Real** do rei Afonso X, o Sábio. O original castelhano é datado

de 1255 (Ferreira 1987:98), a tradução portuguesa desaparecida é datável entre 1267 e 1282 (ibid.:28,39-43) e a cópia dessa tradução, a versão por nós utilizada, é posterior a 1282, mas provavelmente ainda do século XIII (ibid.:39-43) e está no ms. ANTT cod.nº 4, maço 6.

Utilizamos a edição de J. Azevedo Ferreira (1987), filólogo medievalista português, que é baseada no ms. remanescente antes referido. Seleccionamos uma amostra de 1000 linhas impressas — 782 correspondentes ao Livro I do **Foro** e 218 linhas do Livro II. No total, o **Foro**, organizado em 4 livros, perfaz 4.574 linhas impressas. Como ver-se-á na análise dos dados, para alguns aspectos da análise qualitativa, utilizamos o **Glossário** que compõe o Vol. II da edição de Azevedo Ferreira e informações contidas no **Estudo Lingüístico** que precede a leitura do texto, ambos parte do vol. I da edição referida.

Os exemplos utilizados na análise estão localizadas pelo número do Livro, em romano, seguido do arábico, correspondente à linha do Livro.

1.3 As Cantigas de Santa Maria (CSM)

As **Cantigas de Santa Maria** do rei Afonso X, o Sábio, persistiram em quatro mss, contemporâneos ao rei, seu autor/compilador, que governou Leão e Castela entre 1252-1284. Situam-se as **Cantigas**, portanto, nesse período histórico.

Utilizamos a edição de Walter Mettmann, filólogo lusitanista alemão, publicada em 4 vols., entre 1959 e 1972. Mettmann escolheu como base de sua edição o ms. E., cód.j.b.2 do Escorial de Madrid. Esse ms. apresenta 417 cantigas, "contra 195 em T, 104 em F e 128 em To. Apenas 12, num total de 429 composições (ou 420, descontadas as repetidas), faltam no E"(Mettmann, vol I:XIX).

Como 1000 versos constituem um conjunto de dimensão inferior a 1000 linhas de um texto em prosa, optamos por uma amostra de 10% das 427 cantigas editadas por Mettmann. Levantamos dados das 42 primeiras cantigas e mais a "apresentação do autor"(A) e o "prólogo"(B). Esse conjunto de poemas perfaz um total de 2.786 versos. Excluíram-se as "epígrafes" que abrem cada **Cantiga**, de responsabilidade, provavelmente, de quem elaborou o códice e não do(s) poeta(s).

Na análise qualitativa dos dados, para alguns de seus aspectos, recorreremos a dados suplementares, pesquisados no **Glossário** de W. Mettmann (Vol. IV da edição).

Os exemplos estão localizados pelo número da **Cantiga**, seguido do número do verso.

1.4 Os documentos ducentistas editados por C. Maia (DCM)

Do conjunto de 168 documentos não-literários e não-oficiais editados por Clarinda de Azevedo Maia (1986), lingüista e filóloga de Coimbra, selecionamos aqueles referentes ao século XIII, para esta etapa da pesquisa. Na referida edição os documentos estão seriados cronologicamente, mas agrupados pelas "províncias" em que foram escritos. Trabalhamos sobre 07 documentos da província de Coruña (Docs. 1 a 7); 11 da província de Lugo (Docs. 19 a 29); 08 documentos da província de Ourense (Docs. 52 a 59); 27 documentos da Província de Pontevedra (Docs. 91 a 117); 05 documentos da província de Douro Litoral (Docs. 137 a 141) e 02 documentos da província de Minho (Docs. 151 e 152). Esse conjunto de documentos se situam entre 1255 e 1299 e constituem o total de documentos do século XIII da edição referida.

O total de documentos ducentistas dessa edição perfaz 2.045 linhas impressas. Ultrapassou a quota inicialmente prevista para a pesquisa, mas julgamos de interesse levantar os dados de toda a documentação referente ao século XIII. Não distinguimos os documentos da área galega (Coruña, Lugo, Ourense, Pontevedra), dos da área portuguesa, com base na análise de C. Maia (1986:908-935), que não destaca diferenças de uso desses verbos nas estruturas sob observação nesta pesquisa, o que confirmamos no levantamento realizado.

Os exemplos utilizados estão localizados pelo número do documento na edição, seguido do número da respectiva linha.

1.5 Sobre o conjunto da documentação analisada

O conjunto da documentação que constitui o **corpus** base da análise quantitativa para o século XIII perfaz portanto:

- . TAFII : 130 linhas
- . FR : 1000 linhas
- . CSM : 2786 versos/linhas
- . DCM : 2045 linhas
- . Total : 5961 linhas

A documentação observada cobre textos de natureza diversa: um documento não literário curto oficial (TAFII); um documento não-literário oficial longo (FR); 60 documentos não literários particulares, curtos (DCM) e um documento literário poético (CSM). Não trabalhamos com a prosa literária porque não há, como se sabe, remanescente de prosa literária ducentista, mas cópias posteriores, como é o caso da **Demanda do Santo Graal** (cf.

Mattos e Silva 1991:30-38). Com exceção do TAFII, de 1214, o conjunto dos textos se situa na segunda metade do século XIII.

No decorrer da análise qualitativa, utilizamos outros dados pesquisados nos glossários da edição utilizada do FR e das CSM e no estudo lingüístico do FR. Para a análise de estruturas do tipo "tempo composto" foram levantados os dados complementares do **Cancioneiro da Ajuda**, edição de C. Michaëlis de Vasconcelos (1990), no qual foram observados 6.785 versos referentes às 311 cantigas de amor do códice da Ajuda (CA), excluídas as 157, retiradas pela editora dos códices quinhentistas da **Biblioteca Nacional de Lisboa** (CBN) e da **Biblioteca da Vaticana** (CV). Assim às 5961 linhas do **corpus** básico foram acrescentados 6.785 versos do **corpus** complementar do CA. Os exemplos retirados dessas cantigas estão localizados pelo número da cantiga na edição utilizada e respectiva linha.

2 Análise da documentação ducentista

2.1 Quadro geral dos dados sobre *ser, estar, haver, ter*

Textos Verbos	TAFII		FR		CSM		DCM		Total Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ser	14	25%	289	68%	298	56%	391	59%	992	59%
Estar	1	2%	8	2%	18	3%	23	3%	50	8%
Haver	29	53%	93	22%	179	34%	195	30%	496	30%
Ter	11	20%	35	8%	35	7%	50	8%	131	8%
Totais parciais	55	100%	425	100%	530	100%	659	100%	1669	100%

Tabela 1

ser > *haver* > *ter* > *estar*

59% 29% 8% 4%

O leitor de hoje quando se defronta com os textos do período arcaico logo se surpreende com a extensão de usos do verbo **ser** em relação a **estar** e do verbo **haver** em relação a **ter**. Tal fato é apresentado em enunciados gerais na bibliografia sobre a história da língua portuguesa. Como, por exemplo, no recente **Curso de história da língua portuguesa** (Castro et alli 1991), ao ser comentado o **Testamento de Afonso II**:

"no português antigo, o verbo **seer** tinha um campo significativo mais vasto que hoje" (p.215)

"o verbo *haver* funcionava como forma plena e com o significado etimológico de *possuir*" (p.220)

e nas **Lições** de 1910-1911 de Leite de Vasconcellos(1959):

"Do uso de *ser* (ou *seer*) por *estar* na língua arcaica há inúmeros exemplos; basta abrir ao acaso qualquer livro antigo"(p.71)

"Na língua antiga *haver* emprega-se freqüentemente na acepção de *ter*"(p.179)

Ao fazermos a descrição extensiva da versão trecentista dos **Diálogos de São Gregório** (1989), encontramos surpreendentes freqüências dos verbos em foco: *ser*, 1648; *estar*, 238; *haver*, 803 e *ter*, 119. O que corresponde em percentuais sobre o total das ocorrências desses verbos, 2808, a:

ser > *haver* > *ter* > *estar*
59% 29% 8% 4%

fato que nos levou, desde então, a tentar detalhar e explicitar essa questão.

Olhando-se esses dados trecentistas, em confronto com os ducentistas (cf. Tabela 1), vê-se, como seria de esperar em textos mais recuados no tempo, que *ser* e *haver* dominam o universo desses verbos (59% e 30%); quanto a *estar* (3%) e *ter* (8%), os dados do século XIII sugerem, em relação aos do século XIV, que o avanço de *estar* sobre *ser* parece ter ido um pouco mais rápido que o de *ter* sobre *haver*. Sobre este ponto específico não nos deteremos neste trabalho; só ao fim da pesquisa programada para atingir o século XVI. Será aqui nosso objetivo observar os usos desses quatro verbos no século XIII, para avançar no conhecimento dos seus usos variáveis, nas estruturas em que a variação era possível.

***Ser* e *estar* dados gerais**

Textos Verbos	TAFII		FR		CSM		DCM		Total Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>Ser</i>	14	93%	289	97%	298	94%	391	94%	992	95%
<i>Estar</i>	1	7%	8	3%	18	6%	23	6%	50	5%
Totais parciais	15	100%	297	100%	316	100%	414	100%	1042	100%

Tabela 2

ser > *estar*
95% 5%

Haver e ter dados gerais

Textos Verbos	TAFII		FR		CSM		DCM		Total Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Haver	29	73%	93	73%	179	84%	195	80%	496	79%
Ter	11	27%	35	27%	35	16%	50	20%	131	21%
Totais parciais	40	100%	128	100%	214	100%	245	100%	627	100%

Tabela 3

haver > *ter*

79% 21%

Em síntese, os dados gerais tabelados são:

A freqüência de uso dos quatro verbos no **corpus** analisado do século XIII se configura como segue: *ser* é o mais freqüente (59%), seguido de *haver* (30%), a que se segue *ter* (8%) e por fim *estar* (3%). Considerando *ser* e *estar*, a freqüência de *ser* em cada um dos quatro documentos se apresenta sempre numa ordem superior a 90% e *estar* não alcança 10% em nenhum deles. Quanto *haver* e *ter*, a freqüência de *haver* em cada um dos textos está entre 70/80% e *ter* não alcança 30% em nenhum deles.

2.2 Estruturas em que *ser*, *estar*, *haver*, *ter* são exclusivos

Levantamos todas as ocorrências dos verbos em causa nas suas diversas possibilidades. Antes de nos determos nas estruturas focalizadas neste trabalho, aquelas em que esses verbos estão em variação, consideraremos aquelas em que eles são excluendentes, portanto, não se substituem.

São elas: a equativa (Eq.), clivagem (Cl.) e como verbo intransitivo (Vi.) para *ser*; a de verbo intransitivo (Vi.) para *estar*; a de futuridade (Fut.) e expressões idiomáticas (Idiom.) para *haver*; a de obrigatoriedade (Obrig.) e expressões idiomáticas (Idiom.) para *ter*.

Não nos detivemos nas estruturas com gerúndio por terem sido documentadas no **corpus** observado em três ocorrências (01 com *ser* e 02 com *estar*), apenas nas **Cantigas de Santa Maria**, e por não estarem entre as estruturas em variação sob observação (existencial, atributivas, possessivas e estruturas com particípio passado (PP)).

A Tabela 4 apresenta a freqüência desses verbos nas possibilidades em que se excluem.

Verbos	Ser		Estar		Haver		Ter	
Estruturas	Eq.	Cl.	Vi.	Vi.	Fut.	Idiom.	Obrig.	Idiom.
Textos								
TAFII	-	-	-	-	04	-	-	-
CSM	04	04	-	04	14	-	-	18
FR	10	-	06	02	13	-	05	-
DCM	08	01	01	-	13	02	04	01
Total	22	05	07	06	44	02	09	19
% *	2.2%	0.5%	0.7%	12%	8.8%	0.4%	1.8%	3.8%

Tabela 4

* % sobre o total de ocorrência de cada verbo (*ser* 992, *estar* 50, *haver* 496, *ter* 131).

Observações sobre as estruturas em foco

São estruturas de ocorrência baixa no conjunto dos usos de cada verbo, como se pode observar. O que classificamos como **ser**, verbo intransitivo, se refere ao valor etimológico de *sedere* > **ser**, ou seja, 'estar sentado'; **estar**, como verbo intransitivo, remete para o valor etimológico de *stare* > **estar**, isto é, 'estar de pé'. Seguem-se exemplificação e alguns comentários:

. SER:

Eq.: ...*que de Deus é madre e filha* (CSM 19,2)

Cl.: *gram dereit' é que fill'o demo por escarmento* (CSM 34,3)

Vi.: *o alcaide deve mandar seer ha hua parte ... seus vozeiros deve seer ant'el* (II,52 e 54).

Observe-se que **ser** só foi classificado como 'estar sentado' quando o contexto deixava claro essa acepção; houve casos em que essa possibilidade de interpretação existia, mas optamos pela acepção de "locativo transitório" (equivalente ao moderno 'estar') por o contexto não ser suficientemente esclarecedor para classificar como Vi ('estar sentado').

Sobressai-se, nesse conjunto de empregos de **ser** exclusivo, as 22 ocorrências de **ser** em estrutura equativa.

. ESTAR:

Vi.: *Viu log' a Madre de Deus, coberta de seu veo sobela vila estar* (CSM 29,99-100)

Note-se que, das 50 ocorrências de **estar** no total do **corpus**, 12% é a expressão de **estar** com seu valor etimológico de 'estar de pé'; foram assim classificados quando desse modo podiam ser interpretados e não apenas como **estar**, "locativo transitório".

. HAVER:

Fut.: *a todos que ham de vijn* (DCM 105,1)

Idiom.: *nos las outorgamos e auemos por firme* (DCM 94,7) (= 'firmar')

Nas estruturas em que os verbos em foco são exclusivos, a única que é constante, isto é, documentada nos quatro textos, é a de "futuridade" com **aver + de + INF**. É também a de frequência mais alta, 44 ocorrências no conjunto do **corpus** (cf. Tabela 4). Nas **Cantigas de Santa Maria** ocorre **aver + de ~ aver + a ~ aver que ~ aver ø + INF**.

. TER:

Obrig.: *...en essa vina que ten a estar d'Oya...* (DCM 93,5)

Idiom.: Nas **Cantigas de Santa Maria** ocorrem várias expressões idiomáticas com o verbo **ter**, com por exemplo:

ter via 'escolher o caminho' 9,26-27

ter seu gasalhado 'dormir com' 11,21-22

ter ben 'gostar' 15,118

ter em vil 'desconsiderar' 17,63; 33,80:

ter por maravilha 'maravilhar-se' 27,8

ter en salvo 'salvar' 35,93

ter seu solaz 'divertir-se' 42,18

Essa variedade de lexias idiomáticas reflete a riqueza expressiva das **Cantigas de Santa Maria** em relação aos outros documentos analisados que são de natureza jurídica, selecionando, portanto, outras áreas semânticas refletidas nos itens lexicais.

2.3 Estruturas em variação

2.3.1 Estrutura existencial: *ser ~ haver*

Quadro dos dados:

Estrutura Verbos Textos	Ser		Existencial Haver		Total	
	N	%**	N	%	N	%
TAFII	-	-	-	-	-	-
CSM	11	44%	17	85%	28	62%
FR	03	12%	01	5%	04	9%
DCM	11	44%	02	10%	13	29%
TOTAL	25	100%	20	100%	45	100%
% *	2.5%		4%		-	-

Tabela 5

* % sobre o total de ocorrências de cada verbo - **ser** 992 e **haver** 496;

** % sobre o total de ocorrências da estrutura existencial - **ser**25 e **haver** 20.

Observações sobre as estruturas em foco

No conjunto dos dados do verbo **ser**, a estrutura existencial ocupa 2.5% das ocorrências desse verbo, e **haver** existencial ocupa 4%. São portanto estruturas de freqüência baixa no conjunto das possibilidades de uso desses verbos.

Nos textos examinados a freqüência da existencial segue a ordem: CSM>DCM>FR. No total dos dados predomina a existencial conservadora com o verbo **ser** (25/56%), ficando **haver** com 20/44%. Considerando cada texto, a existencial com **haver** só predomina nas **Cantigas de Santa Maria**. Essa preferência indica, quanto à estrutura em foco, o caráter mais inovador das **Cantigas** em relação dos documentos jurídicos (FR e DCM), que preferem o existencial etimológico **ser** e não o inovador **haver**.

Tanto nas CSM como na DCM, o **ser** existencial pode equivaler ou a **existir** ou a **ocorrer, acontecer**, prevalecendo, contudo, a primeira acepção:

- . *non foi quem podesse ...* CSM 35,37 ('existir')
- . *e foi assi que depois a Inglaterra* CSM 35,37 ('acontecer')
- . *seen empeço d'ome que seja* DCM 151,9 ('acontecer')

O **haver** existencial traz sempre o pronominal locativo **Y** quando na sentença não ocorre outro sintagma locativo:

- . *En hua abadía* huu tesoureiro *avia* CSM 11,10-11
- que non *avia y* mouros nem judeus CSM 5,134
- . con sua herdade que *y ha* e co suas pertiças DCM 105,10

Embora não tenhamos feito a quantificação da variação **ser~haver** no corpus trecentista dos **Diálogos de São Gregório** (1989:524-528), podemos afirmar que o **haver** existencial tem nesse corpus muito maior número de ocorrências que o **ser**, diferentemente desse conjunto de dados ducentistas em que, no total, predomina, nessas estruturas, **ser**.

2.3.2 Estruturas atributivas: *ser~estar*

Os tipos de estruturas atributivas foram categorizados da seguinte forma: descritiva permanente (ADP); descritiva transitória (ADT); locativa permanente (ALP); locativa transitória (ALT); locativa nocional permanente (ALNP); locativa nocional transitória (ALNT) e locativa geográfica (Alg).

Quadro geral dos dados:

Verbos Textos		Estruturas Atributivas															
		ADP		ADT		ALP		ALT		ALNP		ALNT		Alg		Total	
		N	%**	N	%**	N	%	N	%**	N	%**	N	%**	N	%**	N	%**
Ser	TAFII	-	-	01	1%	-	-	-	-	-	-	02	9%	01	5%	04	0.7%
	CSM	131	42%	09	7%	-	-	24	56%	-	-	01	4%	01	5%	166	32%
	FR	64	21%	04	3%	01	3%	3	7%	01	3%	14	64%	-	-	87	17%
	DCM	114	37%	107	88%	02	7%	16	37%	-	-	05	23%	17	90%	261	50%
Total		309		121		03		43		01		22		19		518	
%*		31%		12%		0.3%		4%		0.10%		2.2%		1.9%		52%	
Estar	TAFII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	10%	-	-	01	2%
	CSM	-	-	04	40%	-	-	07	70%	-	-	-	-	01	9%	12	29%
	FR	-	-	02	20%	-	-	02	20%	-	-	02	20%	-	-	06	15%
	DCM	-	-	04	40%	-	-	01	10%	-	-	07	70%	10	91%	22	54%
Total		10		10		10		10		11		41					
%*		20%		20%		20%		20%		22%		82%					

Tabela 6

* % sobre o total de ocorrências de cada verbo - *ser* 992 e *estar* 50;

** % sobre o total de cada tipo de estrutura atributiva

Observações sobre as estruturas em foco

No conjunto dos dados de *ser* (992), as atributivas ocupam 52% das ocorrências e no conjunto dos dados de *estar* (50) as atributivas ocupam 82%. São, portanto, estruturas de alta frequência no conjunto das possibilidades de estruturas em que esses verbos podem ocorrer e nelas eles se concentram.

As ocorrências de *ser* nas estruturas atributivas obedecem à ordem seguinte:

ADP (31%) > ADT (12%) > ALT (4%) > ALNT (2.2%) > Alg (1.9%) > ALNP (0.10%) > ALP (0,3%).

Ser ocorre em todas as possibilidades das estruturas atributivas. Naquelas em que vai ser substituído por *estar*, no correr da história do português, ou seja, nas atributivas semanticamente transitórias, *ser* ocorre nas seguintes proporções: ADT(12%) ALT(4%) ALNT(2.2%).

É nessas últimas estruturas que *ser* varia com *estar*, além da Alg, de que tratamos adiante. As estruturas atributivas transitórias com o verbo *estar* são de alta frequência no conjunto de estruturas com *estar*, mas apresentam percentuais baixos em relação aos de *ser*, como se verá em seguida.

Considerando-se apenas as estruturas de atributo transitório expressas pelos dois verbos, tem-se os seguintes dados:

Atributos transitórios	ADT		ALT		ALNT	
	N	%	N	%	N	%
Ser	121	93%	43	81%	22	69%
Estar	10	7%	10	19%	10	31%
Total	131	100%	53	100%	32	100%

Tabela 7

Esses dados demonstram a alta frequência de **ser**, na expressão do atributo transitório, nesta documentação do século XIII — ADT(93%), ALT (81%), ALNT (69%), embora **estar** já ocorra nos três tipos de atributos semanticamente transitórios, na seqüência inversa: ALNT (31%) > ALT (19%) > ADT (7%). Essas evidências são interessantes porque confirmam o que se observou em dados dos séculos XIV e XV (respectivamente, Mattos e Silva (1989) e Sepulveda Netto (1989)), em que o avanço de **estar** sobre **ser**, semanticamente transitório, crescia mais nas estruturas locativas que nas descritivas. Tal situação, com esses novos dados, confirma que é pelos contextos locativos que se difundiu mais rapidamente o **estar** sobre o **ser** semanticamente transitório.

A outra estrutura atributiva em que **ser** e **estar** variam é a classificada de Alg (atributo de 'lugar geográfico'). Também aí **ser** é ainda predominante, 19 para 11 ocorrências, ou seja, 63% para 37%, do total desse tipo de locativo. Embora a variação já existisse, é **ser** o verbo mais selecionado para essa estrutura e ainda hoje é aí usado alternando com **estar** ('A cidade é no quilômetro 20' / 'A cidade está no quilômetro 20').

Sobre contextos idênticos ou análogos em que *ser* ou *estar* é selecionado

Destaque-se que, no conjunto dos contextos de atributo transitório do **corpus** analisado, há um único caso em que **estar** supera **ser**. Trata-se do contexto ALNT na documentação editada por C. Maia (DCM): 05 ocorrências de **ser** e 07 ocorrências de **estar** no total. Trata-se do efeito da presença do contexto formular — *en sua revor* (*revor*='confirmação de contrato', cf. I. Castro 1991:222), em que **ser**, **estar** e ainda **ficar** e **permanecer** são selecionados:

- . a carta sêpre estauil seya en sua reuor firmada 102,13
- . e estauil seya en sua reuor 108,21
- . esta carta senpre ffirme e estauil seja en sua reuor 112,11
- . este meu testamento seia firme e estauil ... e en sua reuor permanesça 114,61
- . a carta ste firme en sou rouor 1,15
- . a carta ystia sempre en sua reuor 52,25
- . e esta carta sepre esté en seu reuor 93,9
- . o plazo esté en reuor 57,20
- . e o preito e a carta estando sempre i seu reuor permanente 27,38
- . e a carta fique en sua reuor 99,26
- . e a carta fique e seja sempre firme e estauil en sua reuor 105,32

Também na DCM, em uma mesma seqüência, ocorre a seleção alternada de **ser/estar**; em Alg:

- . en terra que suya seer o forno de Fernã Vassalo... e está a cabo d'outras nossas casas 29,3.

A estrutura ADT é altamente freqüente na DCM, embora quase que exclusivamente com o verbo **ser** (88% das ocorrências de ADT no conjunto dos dados do **corpus**), devido ao fato de cada documento concluir com a formulação "... que foram presentes", referindo-se às testemunhas que presenciaram o ato jurídico, e com "eu que fui presente", referindo-se ao notário responsável pelo documento. Nesse conjunto de documentos ocorre apenas uma vez, com o mesmo atributo (—**presente**), o verbo **estar**:

- . E o dito abbade don Henrique estando presente na dita cortina 101,7.

Considerando os textos analisados de per si, vê-se que a seleção de **estar** predomina na DCM, seguida pelas CSM, Foro Real, e o TAFIL. Neste caso, não são as **Cantigas de Santa Maria** o documento mais inovador, como ocorreu nas já observadas estruturas existenciais, mas a documentação editada por C. Maia, que alcança 54% de ocorrências de **estar**, em relação aos 29% das CSM, aos 15% do FR e aos 2% do TAFIL. Por esses dados se pode afirmar que já no primeiro documento escrito em português, o TAFIL de 1214, o verbo já era selecionado numa estrutura do tipo ALNT:

- fiz mia mãda per que depos mia morte mia molier, meus filios... que Deus mi deu em poder **sten en paz e en folgãcia** 1.6-7

Pode-se então dizer que é esta a mais antiga atestação do verbo **estar** em atributo transitório na história escrita do português; e, como é a única ocorrência do verbo **estar** nesse documento, será esta a primeira ocorrência desse verbo.

Pelo conjunto dos dados analisados, pode-se afirmar que no século XIII *ser* é o verbo básico nas estruturas atributivas, mas que *estar* já ocupa as suas posições nos atributos semanticamente transitórios, embora com freqüência muito inferior a *ser* (ADT 93/7%; ALT 81%/19%; ALNT 69%/31%), destacando-se, sem dúvida, a seleção mais freqüente de *estar* nos locativos (ALNT 31%; ALT 19%) em relação aos atributos descritivos (ADT 7%).

2.3.3 Estruturas possessivas: *ser*~*haver*~*ter*

Os tipos de posse focalizados foram categorizados como: posse adquirível material (PAM); posse adquirível imaterial (PAI) e posse inerente ou inalienável (PI).

Quadro geral dos dados:

Estrutura Verbos	Ser		Haver		Possessiva		Ter			
			PAM	PAI			PAM	PAI	PI	
Textos	N	% **	N	% **	N	%	N	%	N	%
TAFII	-	-	08	5%	11	7%	06	23%	11	15%
CSM	14	18%	09	5%	67	44%	07	27%	10	14%
FR	23	29%	26	15%	45	30%	07	27%	13	18%
DCM	41	53%	128	75%	29	19%	06	27%	38	53%
Total	78	100%	171	100%	152	100%	26	100%	72	100%
% *	7.9%		34%		31%		5%		55%	

Tabela 8

* % sobre o total de dados de *ser* (992); *haver* (496); *ter* (131);

** % sobre o total de cada tipo de posse

Considerando as estruturas possessivas no conjunto das possibilidades de emprego de *ser*, *haver*, *ter*, temos o seguinte quadro:

Verbos	Ser	Haver	Ter
T. Geral	992	496	131
T. e % em Estrut. Possessivas	78/7.9%	349/70%	98/75%

Tabela 9

Considerando o total das estruturas possessivas - 525 - e sua distribuição pelos três verbos:

Verbos	Ser	Haver	Ter
% em Estrut. Possessivas	15%	66%	19%

Tabela 10

As tabelas 9 e 10 mostram que no conjunto das possibilidades de emprego, a estrutura possessiva tem ocorrência baixa quando preenchida por *ser* (*ser de*): 7.9%; enquanto *haver*, verbo de posse, ocorre em 70% das possibilidades de emprego desse verbo e *ter*, como verbo de posse, ocorre em 75% de seus usos. No conjunto das estruturas de posse é o verbo *haver* o predominante, podendo ser considerado como verbo fundamental para a expressão da posse nessa documentação do século XIII.

A variação *haver~ter* em estruturas possessivas

O quadro geral dos dados sobre estruturas de posse mostra que *haver* e *ter* variam nas estruturas semanticamente classificadas como PAM(=posse adquirível material) e PAI(=posse adquirível imaterial). Na posse do tipo PI (=posse intrínseca, inalienável) só ocorre o verbo *haver*. Portanto, no século XIII, o verbo *ter* não preenchia todas as possibilidades de expressão da posse.

Os dados abaixo mostram a taxa de freqüência de *haver* e *ter* nos contextos de posse em que ambos os verbos podiam ocorrer: PAM e PAI.

Estruturas possessivas	PAM	PAI
Haver	171/70%	152/85%
Ter	72/30%	26/15%
Total	243/100%	178/100%

Tabela 11

Esses dados indicam a alta predominância de *haver* tanto no tipo PAM(70%) como no PAI(85%). Deve destacar-se que *ter* se apresenta mais freqüente na posse PAM(30%) do que na PAI(15%), o que confirma a hipótese, por nós levantada em trabalho anterior, de que a expansão de *ter* sobre o campo de *haver* se difunde primeiro do contexto PAM para o PAI. A ausên-

cia de **ter** no tipo PI mostra que esse será o último contexto atingido, como também mostraram investigações já feitas sobre documentação dos séculos XIV, XV e XVI (Mattos e Silva 1989, 1991a, 1995a, 1996).

Observações sobre as estruturas de posse

A posse com o verbo **ser** (*ser+de+SN*), embora pouco freqüente no conjunto das possibilidades de emprego do verbo **ser** (7,9%) e no conjunto das estruturas de posse (15%), já está documentada desde os primórdios do português escrito, embora não ocorra no TAFII, decorrente talvez da própria natureza estilística do texto, e se mantém até hoje, concorrendo com o verbo **ter** (*ter+SN*) ('a casa é dele'/'ele tem a casa').

Os estudos anteriores que fizemos sobre a variação **haver/ter** nas estruturas de posse, já referidos, demonstraram que, para captar a difusão de **ter** sobre **haver**, ao longo da história do português, seria necessário destacar três tipos de posse, considerando seus valores semânticos - a posse de bens materiais adquiríveis (PAM), a posse de bens/qualidades imateriais adquiríveis (PAI) e a posse inadquirível e inalienável (PI)

Exemplificamos a seguir, a partir dos documentos analisados, os três tipos de posse, decorrentes do valor semântico do "objeto possuído", abaixo destacados:

. Do TAFII:

Posse do tipo PAM:	<i>Haver</i> reino, cousas movils, seu aver, duas partes de ..., meiedade de... <i>Ter</i> dizimas, aver, tesouro, outras cousas, castelos, terras Observem-se em contexto idêntico: <i>Haver/ter</i> cousas, aver
Posse do tipo PAI:	<i>Haver</i> poder, revora (=maioridade)
Posse do tipo PI:	<i>Haver</i> filio, filia

. Das CSM:

Posse do tipo PAM:	<i>Haver</i> pitaça, quanto, seda, vijo, aver <i>Ter</i> anfaz, arma e escudo, arca, fror, panos dourados Observem-se em contexto análogo: <i>Haver/ter</i> sedas, panos dourados
Posse do tipo PAI:	<i>Haver</i> amor, ben, lediça, perdon, sabor, mester, pesar e coita, fiuza, sono, mayça, sabor, fror, prazer, renebrança, prazer, alma, nome, vocaçom, sabor, sazom, prazo, par, poder, bondades, fiança, esperança, pavor, raçon, maravilha, aocrimento, parayso. <i>Ter</i> coração, o demo, coita grande, feituraz Observem-se em contexto idêntico: <i>Haver/ter</i> coita
Posse do tipo PI:	<i>Haver</i> entendimento, filio, irmão, congeyto (= 'capacidade), nome

.Do FR:

Posse do tipo PAM: *Haver* quanto, maravediis, outros bees, gallardon, nada, quinô, herdamento, salayro, testemoinho, casa, peyta, raiz

Ter alguma cousa, pan, apenhoramento, préstamo, tavao, notas, seelo

Observem-se em contexto análogo: *Haver/ter*, alguma cousa, nada

Posse do tipo PAI: *Haver* foro, conselho, pea, saúde, asperança, conhocença, mester, dolta, duvida, plazo, valya, preyto, direito, demâda, voontade, querella.

Ter lealdade, sentenças, preyto, demanda, voz, seu logar

Observem-se em contexto idêntico: *Haver/ter* preyto, demanda

Posse do tipo PI: *Haver* vida, ydade de XXV anos, XXV anos, nome

.Dos DCM:

Posse do tipo PAM: *Haver* herdade e voz, lugares, quinon, quanto, bôas, cortina, casa, vina, outras cousas, ffiado de lino, modios d'orgio, quarteyros de trigo, caba, eydo, aver, dineyros, todo, perteeças, bees, casal, egoas, arcas.

Ter herdade, grana, todo aquesto, vaso, todo los bees, mayadade de ..., quino, vinas, casal, ygrejas.

Observem-se em contexto idêntico: *Haver/ter* herdade, quinon, e vina

Posse do tipo PAI: *Haver* septimas, mercee, queyxume, conselo, maldizô, direito, dereyturas, vida perduravil, serviços, iazença, vendyson

Ter foro, prazo

Observem-se em contexto análogo: *Haver/ter* direito, foro

Posse do tipo PI: *Haver* fillos e fillas, fillo, fillo baron, nume

Considerando os textos de per si, verifica-se, quando se observa o número de ocorrências (cf. Tabela 8), que:

- . nenhum dos quatro documentos do século XIII examinados apresenta *ter* no tipo de posse PI, como já ressaltado;
- . o TAFII só utiliza *haver* para a posse do tipo PAI, nunca *ter*; entretanto na posse PAM seleciona *ter* 11 vezes e *haver*, 08 vezes.
- . nas CSM *haver* é muito mais freqüente que *ter* no tipo PAI (67 e 04, respectivamente), mas na PAM o número de ocorrências dos dois verbos é quase idêntico, superando não *haver*, mas *ter*, embora com pequena diferença (10 para 9);
- . No *Foro Real* *haver* supera *ter* nas duas distribuições (PAM: 26 e 13; PAI: 45 e 16).
- . A incidência de *haver* é maior ainda nos documentos editados por C. Maia (PAM: 128 e 38; PAI 29 e 06).

Pode surpreender nesses dados a maior seleção de **ter** no tipo PAM no **Testamento de Afonso II** e nas **Cantigas de Santa Maria**, embora com pequena diferença: o fato é que, em muitos dos contextos em que ocorre **ter**, nos quatro documentos examinados, carrega ainda esse verbo traços semânticos mais complexos e não apenas o de posse, como ocorre com **haver**. Tais traços são responsáveis pelos valores de compostos de **ter**, como **manter**, **reter**, **deter**, **obter**, expressos todos pelo verbo **ter**, assim, por exemplo:

. Do TAFII:

- . *e dos que revora non ouverẽ mado que lis **teniã** seu aver ata quando agiã revora* (ls. 82-83)
- . *e mado que quen quer que **tenia** meu tesouro ou meus tesouros a dia de mia morte que os de a departir* (ls. 83-85)

. Das Cantigas de Santa Maria:

- . *e quando a no monte **teveron** 5,70 (= **deter**, **reter**)*
- . *mas o jogar que na Virgen **tiia** seu coração 8,27 (= **manter**)*
- . *de noite eles fez **teer** vigias 15,81 (= **manter**)*
- . *por Deus que o mund'en poder **ten** 15,145 (= **manter**)*
- . *nas mentes sempre **teer** devemo-la sas feituraz 29.3-4 (= **reter**)*

. Do Foro Real:

- . *a todo rey que ha de **teer** os poboos en justiça e en deryto 1,21 (= **manter**)*
- . *e queremos e demãdamos que todo crischão **tenha** esta fe e a guarde 1,79 (= **manter**)*
- . *se alguu leygo **tever** prestamo de eygreya ...aquele prestamo tomesse logo a ygreja ou ao mosteyro de quẽno **tever** se demanda nenhua 1,336-340 (ter=**reter**)*
- . *Nõna mostre nõna **tena** em logar u a ueya 1,496 (= **manter**)*

. Dos Documentos não-literários editados por C. Maia:

Os dois exemplos seguintes, com contexto idêntico, ilustram a distinção entre **ter** e **haver**:

- . *uos damos essa **herdade** que a **tenades** en todos os uossos dias 28,6 (= **manter**)*
- . *quanta **herdade** eu ey 91,3 (haver=**possuir**)*

O exemplo seguinte ilustra bem a distinção semântica aqui ressaltada entre a posse expressa por **haver** e a posse expressa por **ter** que pode carregar outros traços semânticos, neste caso a "manutenção da posse":

- . *e o foro que **ten** Garcia Rodriguez en Val de Godo e outro no Castro de Cornego e outro que **téén** os fillos de Pedro Fernandez e quanto **agio** en Torneo e quanto **agio** en Pintellos 55,8*

Os dados apresentados querem dizer que o verbo *ter* não era ainda o suporte da expressão simples de posse, o que é fortalecido pelo fato de *ter* nunca expressar a posse intrínseca ou inalienável (PI), sendo esse o campo absoluto de *haver*

Esses fatos e a supremacia de *haver* no conjunto das formas de expressão das estruturas possessivas (66%) permitem afirmar ser, no século XIII, *haver* o principal verbo para a expressão da posse. Tal supremacia, pelo que conhecemos sobre o assunto, só será vencida pelo verbo *ter* na segunda metade do século XV, quando ambos os verbos variam nos três tipos de posse, mas *ter* já é mais selecionado que *haver* (Mattos e Silva 1995).

Note-se ainda que, embora *ter* seja mais freqüente que *estar* neste corpus do século XIII (8% a 3% sobre o total de ocorrências dos quatro verbos em foco), como antes referido (cf. 2.1), *estar*, apesar da freqüência baixa em relação a *ser*, já ocupava todas as posições de atributos transitórios (cf. 3.3.2), enquanto *ter*, ocorre no TAFII só na posse do tipo PAM e nos outros documentos nos tipos de posse PAM e PAI. Queremos com isso aventar a hipótese de que *estar* como expressão do atributo transitório, substituindo *ser*, parece ter se difundido pela estrutura atributiva transitória mais rapidamente que *ter* difundiu-se pelas estruturas de posse. Isso talvez justifique o fato de que no século XIV, nos *Diálogos de São Gregório* (Cf. 2.1), a freqüência de *estar* já seja mais alta que a de *ter*, 8% e 4%, respectivamente.

2.3.4 Estruturas com participio passado (PP)

Foram levantados dados de *ser*+PP como expressão da voz passiva (2.2.4.1) e de outras estruturas em que *ser*, *estar*, *haver* e *ter* ocorrem com PP (3.3.4.2).

Quadro geral dos dados

Estruturas	_____ + PP				VP+ agente	VP- agente	Total
	Ser	Estar	Haver	Ter			
Textos					Ser	Ser	
TAFII	3	-	-	-	1	6	10
CSM	24	-	47	3	20	54	148
FR	29	-	1	-	22	109	161
DCM	1	1	5	1	5	62	75
TOTAL	57	1	53	4	48	231	394

Tabela 12

2.3.4.1 SER+PP: a expressão da passiva analítica

Das estruturas com PP, 279 (71%) são a expressão da passiva analítica com ou sem agente explícito e 115 (29%) das outras estruturas com PP. O problema de variação e mudança que focalizamos neste trabalho não envolve as passivas, mas sim as outras estruturas com PP; aqui, contudo, apenas informamos sobre as ocorrências das duas possibilidades de passiva analítica, para, em seguida, prosseguir com a análise das outras estruturas com PP.

A passiva sem agente é uma das expressões do sujeito indeterminado (cf. Mattos e Silva 1989:521-574 e 1994:87-88) e é muito usual na documentação do português arcaico.

Exemplos de passiva /+ agente/ e de passiva /- agente/:

- .TAFII: *dos dieiros que su en Alcobaza... que segia partido pelas manus do arcebispo de Bragaa* Is. 21-23
e o que remaser daquesta mia tercia mãoo que segia partido igualmente Is. 66-67
- .FR: *e foy concebudo do Spiritu Santo* 1,54-55
receba a pea que é posta contra os hereges 1,80
- .CSM: *o monge da dona non foi conhoçudo* 9,153
um dia en que foron juntados muitos judeus e crischãos 6,37-38
- .DCM: *Que ende he feyta per Grial Domjgues* 107,7
Todalas pesqueiras que son feitas. 27,22

Passiva analítica/+agente/ e /-agente/:percentual de ocorrências

Estruturas Textos	VP + agente		VP - agente		Total	
	N	%	N	%	N	%
TAFII	1	14%	6	86%	7	100%
GSM	20	27%	54	73%	74	100%
FR	22	17%	109	83%	131	100%
DCM	5	7%	62	93%	67	100%
T / %	48	17%	231	83%	279	100%

Tabela 13

Em todos os documentos analisados a grande predominância é da passiva sem agente, um dos recursos para a indeterminação do sujeito: 83%/17%. Por tais dados pode se afirmar que o recurso à estrutura passiva funcionava principalmente como uma das formas de indeterminação, sendo, portanto, menos usual o emprego da passiva plena.

No conjunto das possibilidades de uso do verbo **ser** (cf. Tabelas 4,5,6,8) no **corpus** analisado, ocorrências que recobrem 992 dados, a estrutura passiva apresenta o percentual significativo de 28% (279/992).

2.3.4.2 *Ser, estar, haver, ter + PP*

Quadro geral dos dados:

Estrutura Verbos Textos	+ PP								Total	
	Ser		Estar		Haver		Ter		N	%**
	N	%*	N	%	N	%	N	%		
TAFII	3	5%	-	-	-	-	-	-	3	3%
CSM	24	42%	-	-	47	89%	3	75%	74	64%
FR	29	51%	-	-	1	2%	-	-	30	26%
DCM	1	2%	1	100%	5	9%	1	25%	8	7%
TOTAL	57	100%	1	100%	53	100%	4	100%	115	100%

Tabela 14

*% das ocorrências de cada verbo nessa estrutura em cada texto

**% das ocorrências sobre o total das estruturas com PP

Percentual de cada verbo sobre o total das estruturas com PP:

Verbos		Ser		Estar		Haver		Ter		Total	
N	%										
		57	50%	01	1%	53	46%	04	3%	115	100%

Tabela 15

Observando-se a tabela 14, vê-se que dos documentos analisados são as **Cantigas de Santa Maria** e o **Foro Real** que apresentam com frequência alta essas estruturas, 64% e 26%, respectivamente. As ocorrências dessas estruturas nas CSM se distribuem entre **ser** e **haver**; no FR, elas se concentram na estrutura de **ser**. Considerando o conjunto dos textos (Tabela 15), nas estruturas de **haver+PP** e de **ser+PP** se concentram as ocorrências encontradas: 50% de **ser+PP** e 46% de **haver+PP**; apenas 1% de **estar+PP** e 3% de **ter+PP**.

Percentual de estruturas com PP no total de ocorrências de cada verbo:

Verbos	Ser		Haver		Ter		Estar	
T de OC.	992	100%	496	100%	131	100%	50	100%
<u> </u> + PP	57	6%	53	11%	4	3%	1	2%

Tabela 16

Pelos percentuais acima vê-se que são de freqüência baixa as estruturas com particípio passado no conjunto de usos possíveis desses verbos. Se confrontamos os dados de **ser**+PP nas estruturas de passiva (cf. 2.3.4.1) com os dados de **ser**+PP em outras estruturas, vemos também que **ser** nessas últimas é pouco usual em relação às estruturas de passiva, respectivamente, 6% e 28% do total de ocorrência do verbo **ser** (=992).

Sobre as estruturas em foco

O estado do conhecimento sobre as estruturas em foco no período arcaico do português pode ser sumarizado como segue (cf. Mattos e Silva 1989:418-447 e 1994:61-64):

a. Com verbos classificados como não-transitivos, tanto ergativos como intransitivos, ocorriam no período arcaico estruturas constituídas com o verbo **ser**+PP, de valor perfectivo; segundo Epiphânio Dias expressavam o "ato consumado", ou seja, o aspecto concluído (1959:250, 326). São verbos tais como: **nascer**, **morrer**, **falecer**, **passar** (=morrer), **chegar**, **vir**, **correr** etc. Para E. Dias, "estas combinações representam literalmente os tempos compostos ("perfectum") dos depoentes latinos", que eram constituídos de **esse**+PP. Os depoentes são definidos, na gramática do latim, como verbos de forma passiva, mas de significação ativa. De fato essas seqüências verbais têm, no período arcaico, uma significação ativa e estrutura morfológica de passiva analítica, diferindo desta por exigir a passiva PP de verbo transitivo. Said Ali (1964:160) considera, nesses casos, **ser** como verbo auxiliar, entendendo o PP como referindo-se ao sujeito da sentença. Como afirma esse autor, veio a prevalecer na língua, com verbos desse tipo, o verbo **ter** seguido de PP e, em certos contextos, será substituído por **estar**.

b. Se se pode admitir com E. Dias e S. Ali que **ser**+PP de verbos não-transitivos constituíam "tempos compostos" no período arcaico, os "tempos compostos" com **haver/ter** só se generalizariam no português a partir do

momento em que o PP deixa de ser flexionado em concordância com seu complemento direto, portanto ainda adjetivo e não PP. É essa, por exemplo, a opinião de M. Câmara Jr. (1956:82 e 1975:166). Os verbos *ter/haver* nessas estruturas seriam ainda um verbo de posse. Lembre-se que a estrutura de “tempo composto” com *ter/haver* não existia no latim padrão, mas já é rastreável no latim imperial. Em documentação em prosa literária dos séculos XIV e também XV (Mattos e Silva 1981) sempre encontramos *ter/haver*+PP de verbo transitivo concordando com o PP com o seu objeto direto; mas, já na primeira metade do século XV, começam a aparecer exemplos de variação na concordância do PP (cf. Naro e Lemle 1977; Mattos e Silva 1981 e 1994; Ilza Ribeiro 1993). Evidências desse tipo indicam que a difusão da estrutura de *haver/ter*+PP como “tempo composto” se propaga naquele século, porque já estão documentados “tempos compostos” com PP de verbos não-transitivos como mostraram Naro e Lemle (1977). Assim esses autores propõem que a reanálise de *haver* e *ter* como auxiliar de “tempo composto” teria ocorrido à volta da segunda metade do século XIV (Id.: 266), diferentemente dos historiadores da língua portuguesa que anteriormente trabalharam sobre o tema que propunham essa reanálise como posterior ao período arcaico.

Em pesquisas anteriores, encontramos dados esparsos que informavam que no **Cancioneiro Medieval** já se usavam *haver/ter*+PP de verbo não-transitivo (Mattos e Silva 1994:74-65). Tais dados encontramos em exemplos de Huber (1986: 408 e 416) e em cantiga de amigo de D. Dinis (rei de 1280-1325) publicada na antologia de Gonçalves e Ramos (1982:290-292):

*“E disse: “Oimais nom é nada
de fiar per namorado
nunca mulher namorada,
pois que mi o meu á errado”*

Com essas evidências de “tempo composto” (isto é, *haver/ter*+PP de verbo não-transitivo, sem, portanto, possibilidade de não ser “tempo composto”), direcionamos este estudo sobre **corpus** diferenciado do século XIII, para tentar confirmar, ou desconfirmar, os dados acima e rever o estabelecido na tradição do conhecimento sobre os “tempos compostos” no período arcaico

Exame dos dados do corpus em função do exposto em a e b

Estar: iniciamos pela única ocorrência de **estar** nas 115 ocorrências dessas estruturas no **corpus** selecionado para análise (cf. Tabelas 14, 15, 16), para em seguida concentrar-nos nos outros verbos que apresentam dados mais sugestivos. Aparece **estar**, excepcionalmente, na documentação do século XIII editada por C. Maia:

. *Como aquy está escrito* 59,28

quando seria antes de esperar "**he escrito**", corrente no período arcaico, para expressar uma ação concluída.

Ser: nas suas 57 ocorrências está sempre seguido de verbo não-transitivo - ergativo ou intransitivo - o PP referindo-se ao sujeito da sentença e com valor perfectivo. Estrutura que veio a deixar de ser usada, substituída por formas simples do perfeito, por tempo composto ou por **estar** seguido de PP.

No TAFII ocorre sempre (3 vezes) com o verbo **morrer**:

1.9-10 *Se este for morto sen semmel, o maior filio que ouuer agia o reino*
(= morrer ou tiver morrido)

1.15 *E ssi eu for morto rogo o apostoligo ... que ...* (= morrer ou tiver morrido)

1.19-20 *E ssi eu e a raina formos mortos, rogoli e pregoli que ...*
(= morreremos ou tivermos morrido)

As 24 ocorrências das CSM também incidem sobre verbos não-transitivos - **chegar, tornar** (=voltar), **falir, cair, aparecer, correr, nacer, vir, acontecer, aparecer, acordar** (=concordar), **passar** (=morrer), **chamar** (=ter nome), como nos exemplos:

1.63-64 *Nem quero de dizer leixar de como foy chegada* (=chegou)

9.143 *E a nav'a Acre enton foi tornada* (=tornou, voltou)

23.32 *e a adegã non en foi falida* (=faliu, faltou)

28.66 *Foi pelo muro amparar que non fosse caudo* (=caisse)

28.127-128 *Pois m'est'apareçudo foi* (=aparecer)

28.137 *Foy-os segurar que non fosse corrudo* (=corresse)

30.2 *Muito valera mais que non fossemos nados* (=nascéssemos)

31.2 *E gentes foron vīdas* (=vieram)

31.7 *que ll'eran conheçudas* (=aconteceram, tinham acontecido)

34.21 *que nunc'apareçudo foi* (=apareceu)

38.14-15 *madr' e fill'acordados son en fazer ben e mal castigar*
(concordaram, tinham concordado)

38.17-18 *tempos son passados grandes* (=passaram)

1.77 *des que foi passada deste mund' e juntada com el no ceo*
(=passado/juntou)

2.10 *Affons'era chamado* (=chamava-se)

As 29 ocorrências do **Foro Real** incidem sobre os verbos **ter de**, **ousar de**, **acordar en** seguidos de infinitivo, como nos exemplos:

- I,186 e todos comunalmente **seyã teodos de fazerlhy menage** (=tenham de)
I,644 e pessueyro **seya teodo de peytar aquello** (=tenha de)
I,186 e que ne huu non **seya ousado de ir contra el rey** (=ouse)
I,335 nenguu **seya ousado de quebrantar** (=ouse)
I,93-95 mandamos que todos **seyã acordados en aguardar e cobijçar a uida e saude del rey** (=concordem)

A única ocorrência de **ser** na documentação do século XIII editada por C. Maia também se apresenta sem o **ter de+INF**:

- 94,17 e **seya teudo de pagar esse foro dela** (=tenha)

Uma vez que a edição utilizada do **Foro Real** dispõe de um glossário rigoroso e exaustivo, recorreremos a seus dados para complementar os encontrados no **corpus** selecionado desse documento. Encontramos a estrutura **ser+PP** com outros não-transitivos: **avijr** (=estar de acordo com), **fugir**, **morrer**, **passar**, **tornar** (=voltar):

- III,825-826 Se alguu ome quiser cambyar cū outro cauallo ou outra cousa qualquer e **forëaueodos no câbho, seya feyto de guysa que cada huu receba aquel en que ambos forë aujdos** (=concordarem)
IV,764 seruo alheo que **seja fugido** (=fuja, tenha fugido)
I, 164 negūu non diga mal del rey depoyz que **for morto** (=morrer, tiver morrido)
II, 681 se el provar que hūū ano e hūū dija é **passado** (=passou)
IV, 435 ela **seja tornada** a sseu moesteiro onde foy cō gran peendencia (=torne)

Os dados encontrados sobre **ser+PP** confirmam o exposto em a., ou seja, o PP é sempre de verbo não-transitivo. Contudo, a busca no **Glossário do Foro Real** nos trouxe um interessante dado em que um verbo ergativo - **jazer** - aparece com o auxiliar **haver**, quando seria de esperar **ser**:

- IV, 807 Se o achar cū sa mulher leuadao per força para **iazzer cū elha** ou **aja jazudo cū elha**

Voltaremos a esse dado no decorrer desta exposição, ao discutirmos a questão da datação e da difusão do "tempo composto" na história do português.

Haver e ter: O primeiro fato que ressalta neste conjunto de dados é a desproporção entre as ocorrências de **ter** em relação a **haver** (4 e 53, respectivamente).

Das 04 ocorrências de **ter**, uma está na DCM:

114,55 *Sse en outro testamento fige ou **tenho feito** ante ca este*

que indica já então a variação na seleção de **haver/ter** com PP de verbo transitivo, como se pode observar comparando-se essa ocorrência com a seguinte em que, na mesma documentação, está o verbo **haver**,

53,4 *e todo quanto al y **ey feito** e por fazer*

As outras três ocorrências de **ter**, estão nos dados das CSM:

15.65 *e quant'eu ei **tenn'encomendado** da Virgen, Madre Salvador*

28.30 *e o **tesouro** en levar que **tiian ascondudo***

38.53 *E deu no Fillo, que ambos **alçados tiia seus braços** en maneira de beizer*

Esses poucos dados indicam a possibilidade já no século XIII de **ter+PP**, embora rara a sua seleção.

Haver ocorre 05 vezes na DCM, uma delas já apresentada acima: nas outras fica patente a concordância:

4.16 *e per **outra** que **ey comprada** eu e meu irmão.*

105.17 *o qual **herdamento** eu **auya ya uendudo** a este sobredito*

105. 27-29 *e **toda voz e dereyturas...** que eu **auia uendudas***

A única ocorrência de **haver+PP** na amostra analisada do **Foro Real** é a seguinte:

l,124 *e despoys esto fez ome a maneyra de sa corte e(n) como / a si / **auya posto cabeça e começo**, pose ao home a cabeça encima do corpo...*

Essa ocorrência levanta a questão: já no século XIII haveria variação na concordância do PP. Do que está estabelecido pelos historiadores do português tal variação estaria documentada só a partir da primeira metade do século XV.

Investigamos o glossário do editor do **Foro Real** e o **Estudo lingüístico** apresentado juntamente com a edição. Apresenta A. Ferreira, o editor, numerosíssimos exemplos de **aver+PP**, sempre com concordância do PP (cf. vol.I: 424 e 489) e afirma ele à pag. 423 que o particípio sempre concorda com o objeto. A ocorrência (única) que encontramos sem concordância pode ser um erro (até da versão impressa). Contudo, nos dados das CSM que analisaremos a seguir, encontramos novas evidências que mostram que já no século XIII essa variação existia.

Antes porém de considerar os dados de *haver*+PP nas CSM, apresentamos dados interessantes do FR, retirados do **Glossário**, sobre *ter*+PP, nesse documento. No verbete *teer*, documentam-se três ocorrências de *ter*+PP, uma delas, a primeira, sem a concordância requerida do PP:

II,625 e o demandador lhy *teuer forçado alguma coisa*

II,627 ata que o entregue *daquillo que lhy teuer forçado*

III,486 que saya *della que el tija forçada*

Esses dados reforçam que *ter* já era no século XIII selecionado nessas estruturas, mas com frequência muito inferior à de *haver*; e também reforçam a possibilidade de variação na concordância do PP.

Esse ponto fica confirmado pelos dados de *haver*+PP nas CSM.

Das 47 ocorrências de *haver*+PP/+transitivo/ nas CSM, uma delas não apresenta concordância:

5.132 *Como se sempr'ouvesse comudo carne e pan*

e outra permite a interpretação sem concordância:

19.20 e pois que eles *peças feit'ouueren* (essa elisão não pressupõe o particípio no plural, mas *feito ouveron*)

Esses dados de não-concordância encontrados no FR e nas CSM não podem sustentar a hipótese de já haver "tempo composto" no século XIII, sobretudo por sabermos que não é essa a característica que definirá o "tempo composto", como argumentou I. Ribeiro (1993). Contudo, se associarmos esses dados ao dado do FR de *aver*+*jazudo* e não *ser*+*jazudo* a outro encontrado no **corpus** analisado das CSM:

6.82 *Ca muito per ás dormido, dormidor te feziste*

em que, tal como *jazer*, tem-se um verbo ergativo com o auxiliar *haver*, pode-se admitir que a estrutura de "tempo composto" já então se difundia para verbos não-transitivos, confirmando os exemplos de Huber (1986) e da **Cantiga** de D. Dinis referidas em **b**.

Procuramos reforçar os dados da amostra das CSM, examinando o **Glossário** da edição das CSM, de W. Mettmann e encontramos outros verbos ergativos em que o auxiliar tanto é o verbo *ser* como o *aver*. Essa variação encontramos com os verbos *aparecer* e *passar*, nas ocorrências seguintes:

. *apareçulo foi*

34,21 *Pois que o judeu assi foi mort'e confondudo/ e o demo o levou que nunc'apareçudo foi, un crischão ...*

- . **ouv'apareçuda**

79,44 *A vint'e seis dias tal fever aguda/fillou log'a Musa, que jouve tenduda./ e Santa Maria ll'ouve apareçuda que lhe disse...*

196,50 *convosco oy mais non quero peleja/ ca tal com'esta aquela é que m'ouve' apareçuda*

. **á passado**

78,10 *E daquest'aveo, gran temp'á ja passado que ouve en tolosa*

134,94 *E non é guisado/ de me forçardes vós, non,/ ca á Virgen dei en don/meu corpo, tenp'a passado.*

353,94 *e non querria eu Galla/seer do que prometudo ey mui gran temp' á passado*

. **son passados**

38,17 *Daquest'aveo, tempos son passados grandes, que o conde de Peiteus quis ...*

Esses dados referentes á variação na concordância do PP de verbo transitivo e ao uso de *haver* com PP de verbos não-transitivos, ergativos, são novos indicadores empíricos que permitem recuar para a segunda metade do século XIII a possibilidade de "tempos compostos" no português, confirmando os exemplos de Huber e os dados da cantiga de Don Dinis.

Conclusões sobre os dados de *ser, estar, haver, ter*+PP

a. Seleção prioritária de *ser*+PP/ - transitivo/, mas já a possibilidade de *haver*+PP/ - transitivo/, documentados nessas últimas estruturas os verbos *jazer, dormir, aparecer* e *passar*, no **Foro Real** e nas **Cantigas de Santa Maria**;

b. Concordância do PP com o objeto direto nas estruturas de *haver/ter*+transitivo/, mas já a possibilidade de não-concordância, documentada no **Foro Real** e nas **Cantigas de Santa Maria**;

c. Predominância de *haver* nas estruturas com PP/ +transitivo/, mas já a presença de *ter* nessa estrutura, no **Foro Real**, nas **Cantigas de Santa Maria** e na documentação editada por Clarinda Maia.

Esses fatos permitem, portanto, recuar para a segunda metade do século XIII a emergência do "tempo composto", não apenas pela possibilidade de ausência de concordância, mas sobretudo por já ocorrer "tempo composto" com *haver*+PP de verbo ergativo, confirmando-se, com novos dados, as evidências rastreadas na **Gramática** de Huber e na cantiga de amigo do D. Dinis.

Dados complementares do Cancioneiro da Ajuda (CA)

Em face dos resultados do **corpus** ducentista examinado, buscamos ainda informações complementares no **Cancioneiro da Ajuda (CA)**, códice

ducentista, que não consta do **corpus** pré-estabelecido, para tentar confirmar ou não o que nos informou a documentação previamente selecionada, como **corpus** para representar o século XIII. Baseamo-nos na clássica edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de 1904, reimpressa em 1990, e encontramos, sobre o problema focalizado, os dados que apresentamos a seguir.

Das 467 cantigas de amor editadas por C.M. de Vasconcelos, levamos os dados das 310 que provêm do códice ducentista da Biblioteca da Ajuda (CA). Excluimos as 157 que a editora foi buscar aos códices quatrocentistas, o **Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (CBN)** e o **Cancioneiro da Vaticana (CV)**.

Nos 6.875 versos examinados encontramos apenas 32 ocorrências de estruturas com PP. Dessas, 18 com o verbo *ser* e 14, com o verbo *haver*.

Esses dados complementares para verificar a questão do tempo composto em documentação do século XIII atestaram:

a. o verbo *ser*+PP/ - transitivo/, com verbos: *achegar, chegar, nascer, morrer, partir, tornar en*.

b. o verbo *haver*+PP/+transitivo/, sempre com concordância do PP, quando requerido pelo contexto, com os verbos: *crer, dar, perder, perguntar, desmentir, fechar, servir*.

O dado interessante para o problema aqui discutido se refere à variação *ser/haver* com verbo/-transitivo/: *achegar* com *haver* e com *ser* (uma ocorrência de cada) e *passar* com *haver*, também uma *ocorrência*:

. *por quê o por quem/eu fui assi a mort'achegada* 10.20.21

. *e a Deus devo muit'agradecer/porque mi á certo, senhor, achegado* 86.3.5

. *com'og eu vivo mundo coitado
nas graves coitas que ei de sofrer,
nen poderia outr(o) ome viver,
nen eu fazera, temp'á i passado* 170.1-4

Assim no CA se confirma a estrutura de *haver*+PP/-transitivo/, mas não a variação possível na concordância quando o PP/+transitivo/. Também não se documenta *ter*+PP. Não é de surpreender que as **Cantigas de Santa Maria** se apresentem mais modernizadoras que o CA, já que se pode considerar que o **Cancioneiro Mariano** refletirá mais a oralidade, pela natureza de sua temática e de sua provável veiculação popular, que as cantigas palacianas de amor do CA. Faz-nos falta uma boa edição, em função de estudos lingüísticos, das cantigas de amigo do **Cancioneiro Medieval Profano**, para melhor sustentar a indicação aventada que tem pista na ocorrência de *haver*+PP/-transitivo/ — *dormir* — em cantiga de amigo do D. Dinis, citadas no início deste item 2.3.4.2.

Com os dados complementares analisados se confirma, portanto, já no século XIII a possibilidade - muito menos freqüente é claro - do uso de **haver** + PP/ - transitivo/ — **jazer**, no FR, **dormir**, **aparecer**, **passar**, nas CSM, **achegar**, **passar**, no CA, além de **dormir** e **jurar** nas referidas cantigas de amigo; e também a variação na concordância do PP/ + transitivo/ nas **Cantigas de Santa Maria** e no **Foro Real**.

O analisado sobre **ser**, **haver**, **ter**+PP no **corpus base** e nos **dados complementares** pode ser sumarizado em números de ocorrências:

No **corpus base** em que se documentaram 53 ocorrências de **haver**, 04 de **ter** e 57 de **ser**, a distribuição é a seguinte, em que se pode ver que as “estruturas inovadoras” (**haver/ter**+PP/+transitivo/ sem concordância e **haver** haver+PP/ - transitivo) ocorreram apenas 04 vezes em 114 ocorrências (3.5%):

Estruturas	haver+PP/+trans./		ter+PP/ -trans./		ser+PP/ -trans./	haver+PP/ -trans./
	c/conc.	s/conc.	c/conc.	s/conc.		
Ocorrências	49	3	4	-	57	1

Tabela 17

As “estruturas inovadoras” nos dados complementares:

Estruturas Dados complementares	haver+PP/ +trans./	ter+PP/ +trans.	haver+PP/ -trans./
	s/ conc.	s/ conc.	
Glossário FR	-	1	1
Glossário CSM	-	-	4
CA	-	-	2
Total	-	1	6

Tabela 18

No total, as “estruturas inovadoras” ocorreram 11 vezes no conjunto de dados ducentistas analisados:

Estruturas	haver/ter+PP/ +trans./	haver+PP/ -trans./
	s/ conc.	
Total	4	7

Tabela 19

Os **dados complementares** reforçaram a informação do **corpus básico** sobre as “estruturas inovadoras” (de 04 para 11 ocorrências); não apresentamos os percentuais já que não quantificamos as ocorrências das “estruturas conservadoras” nos **dados complementares**.

3. Síntese das conclusões sobre a variação nas estruturas com *ser*, *estar*, *haver*, *ter*, em corpus ducentista.

- a. No conjunto dos dados analisados, *ter* se apresenta mais implementado na sua difusão sobre *haver* que *estar* sobre *ser*; enquanto nos dados trecentistas dos *Diálogos de São Gregório*, *estar* é mais freqüente que *ter*. Esse dado cronológico inesperado talvez se justifique pelo fato de *estar*, já no século XIII, ocupar todas as estruturas de atributo transitório de que descartará *ser*, apesar de sua freqüência baixa, enquanto *ter*, apesar das freqüências mais altas que *estar*, ainda não ocupa no século XIII todas as estruturas possessivas de que descartará *haver*, o que parece — pelo que se conhece até agora — só ter ocorrido na segunda metade do século XV (cf. 2.1);
- b. A seleção de *ser* como verbo existencial é predominante sobre *haver* no geral do corpus; contudo, na documentação analisada, as CSM selecionam preferencialmente o existencial *haver* (cf. 2.3.1);
- c. Confirmou-se, nesses dados também, em confronto com outros já publicados sobre os séculos XIV e XV, que *estar* se difundiu sobre *ser*, primeiro nos atributos locativos transitórios e subseqüentemente nos descritivos transitórios (cf. 2.3.2). DCM é o documento que apresentou maior implementação quanto à seleção de *estar* nos atributos transitórios (cf. 2.3.2)
- d. Confirmou-se que *ter*, em relação a *haver*, em estruturas possessivas, se difunde da PAM para a PAI e só depois para PI; nesta última *ter* ainda está ausente no corpus ducentista, como seria de esperar, já que ainda assim se comportava nos séculos XIV e XV, como estudos anteriores têm demonstrado (cf. 2.3.3). As CSM apresentam maior implementação no uso de *ter* nas estruturas de posse, já que selecionam mais *ter* que *haver* na posse do tipo PAI, que os outros textos;
- e. Embora as passivas analíticas não sejam tema deste trabalho, o exame de todas as estruturas com PP indicou o já observado para o século XIV, em estudos anteriores: a passiva com *ser*+PP sem agente, funcionando como expressão de indeterminação do sujeito, era muito mais freqüente que a passiva com agente (cf.2.3.4.1);
- f. Na documentação ducentista analisada já se atesta o "tempo composto" formado com *haver*+PP de não-transitivos, não apenas com *ser*, e já ocorrem *haver/ter*+PP de transitivos sem a concordância com o objeto direto. Em ambos os casos a freqüência das "estruturas inovadoras" é baixa, em relação ao *ser*+PP de não-transitivos e ao *haver/ter*+PP de transitivos com concordância do objeto direto (cf. 2.3.4.2). Dos documentos analisados, as CSM é aquele que apresenta mais evidências para o referido (cf. 2.3.4.2)
- g. Os dados também evidenciaram a preferência de *haver*+PP/+transitivo/, mas já então ocorre *ter*+PP de verbos transitivos (cf.2.3.4.2);
- h. Considerando o conjunto das estruturas analisados, as CSM apontam como o documento mais inovador no conjunto do **corpus analisado** (cf.b.d.f).

Résumé

Ce travail présente les résultats des données analysées en un corpus galicien-portugais du treizième siècle (le **Testamento de Afonso II**, le **Foro Real de Afonso X**, les **Cantigas de Santa Maria** et les soixante documents relatifs au XIII^e. siècle, édités par Clarinda Maia en 1986) concernant les emplois des verbes *ser*, *estar*, *haver* et *ter* au XIII^e. siècle, surtout dans des structures où ils se présentent en variation: existentielles (*ser~haver*); attributives (*ser~estar*); possessives (*ser~haver~ter*) et dans des structures avec un participe passé (*ser~estar~haver~ter*). Pour celles-ci un corpus complémentaire du **Cancioneiro da Ajuda** a été ajouté. Cette étude fait partie d'un projet plus ample, qui, à partir d'une documentation en série du XIII^e au XVI^e siècles, cherche à démontrer la variation de ces verbes dans ces structures et des changements qui ont mené à la sélection de *haver* dans les structures existentielles; à celle de *ter* dans les possessives; à celle de *estar* dans les attributives transitoires et à l'apparition et à la généralisation du "temps composé" avec *haver/ter* et à la disparition de *ser* dans des structures avec participe passé de verbes non transitifs.

4. Referências bibliográficas

- CASTRO, I. et alli - 1991 - **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta. Vol.I.
- COSTA, A. de J. da - 1976 - Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-lingüístico. Sep. da **Revista Portuguesa de História** 17:263-340.
- DIAS, E. A. da S. - 1959 - **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- FERREIRA, J. de A. - 1987 - **Foro Real de Afonso X**. Edição crítica, estudo lingüístico e glossário. 2 vols. Lisboa: INIC.
- HUBER, J. - 1986 - **Gramática do português antigo**. Lisboa: Gulbenkian.
- MAIA, M. C. de A. - 1986 - **História do galego-português: estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao XVI (com referência ao galego-moderno)** Coimbra, INIC.
- MATTOS E SILVA, R. V. - 1981 - Um aspecto do auxiliar no português arcaico. **Tulane Studies in Romance languages and literatures** 10:93-109.
- IDEM - 1987 b - *Ser, estar, jazer, andar* no português trecentista. **Arquivos do Centro Cultural Português** XXIII:31-47.
- IDEM - 1989 - **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: IN-CM.
- IDEM - 1991 a - Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico. **Cadernos de Estudos Lingüísticos** 20:59-74.
- IDEM - 1991 b - **O português arcaico: fonologia**. S. Paulo/Salvador: Contexto/CED/UFBa.
- IDEM - 1992 - **As relações semântico-sintáticas entre *ser, estar, haver, ter*, no português arcaico: variação e mudança**.(Projeto/CNPq. dat.)
- IDEM - 1994 a - **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. S. Paulo/Salvador: Contexto/CED/UFBa.
- IDEM - 1994 b - Para uma caracterização do português arcaico. **Revista D.E.L.T.A** 10 (n^o especial):247-276.

- IDEM - 1995 a - Variação e mudança no português arcaico: *ter* ou *haver* em estruturas de posse. IN PEREIRA, C e PEREIRA, P (orgs.) - **Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literário in memoriam Celso Cunha**. Rio: Nova Fronteira. P. 299-312.
- IDEM - 1996 - *Haver/ter* em 1500. In MATTOS e SILVA, R.V. (org.). **A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500**. Salvador: EDUFBA.
- NARO, A. e LEMLE, M. - 1977 - Syntactic diffusion. **Ciência e Cultura**: 29(3): 259-268
- RIBEIRO, I. M - 1993 - A formação dos tempos compostos: evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*. In I. ROBERTS e M. KATO (orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora UNICAMP. P. 342-386.
- SAID ALI, M. - 1964 - **Gramática histórica da língua portuguesa**. S. Paulo: Melhoramentos.
- SEPÚLVEDA NETTO, M. S. - 1989 - **Ser/estar: um estudo de variação e mudança em curso no português antigo**. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado.
- IDEM - 1992 - **Ser/estar** em 1500. **Estudos Lingüísticos e Literários** 13: 139-148.
- VASCONCELOS, C. M. de - 1990 - **Cancioneiro da Ajuda**. 2 vols. Lisboa: IN-CM.
- VASCONCELLOS, J. L. de - 1959 - **Lições de filologia portuguesa**. Rio: Livros de Portugal.

GRAFUFBa

Impresso na Gráfica da Universidade
Federal da Bahia, rua Barão de Geremoabo
s/nº, Campus Universitário da Federação,
Ondina - CEP: 40170-290, Salvador-Bahia.
Tel.: (071) 245-9564/Fax: (071) 235-8991

